

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR
SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO - PPGSeD**

ADRIANE MENDES DANTAS

**A PANDEMIA DA COVID-19 NO ESPAÇO URBANO DE CAMPO
MOURÃO: MUDANÇAS NAS PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS E NO
USO DO ESPAÇO PÚBLICO**

**CAMPO MOURÃO - PR
2023**

ADRIANE MENDES DANTAS

**A PANDEMIA DA COVID-19 NO ESPAÇO URBANO DE CAMPO
MOURÃO: MUDANÇAS NAS PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS E NO
USO DO ESPAÇO PÚBLICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre(a) em Sociedade e Desenvolvimento.

Linha de Pesquisa: Formação humana, políticas públicas e produção do espaço.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Ana Paula Colavite

Coorientador(a): Prof^a Dra. Maria Antônia Ramos Costa

**CAMPO MOURÃO - PR
2023**

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Dantas, Adriane Mendes

A pandemia da COVID-19 no espaço urbano de CampoMourão: mudanças nas práticas socioespaciais e no uso do espaço público / Adriane Mendes Dantas. -- Campo Mourão-PR,2023.

159 f.: il.

Orientador: Ana Paula Colavite.

Coorientador: Maria Antônia Ramos Costa.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico Interdisciplinar: "Sociedade e Desenvolvimento") -- Universidade Estadual do Paraná, 2023.

ADRIANE MENDES DANTAS

**A PANDEMIA DA COVID-19 NO ESPAÇO URBANO DE CAMPO MOURÃO:
MUDANÇAS NAS PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS E NO USO DO ESPAÇO
PÚBLICO**

BANCA EXAMINADORA



Prof^ª. Dra. Ana Paula Colavite (Orientadora) - Unespar, Campo Mourão



Prof^ª Dra. Maria Antonia Ramos Costa (Coorientadora) - Unespar, Paranavaí



Prof^ª Dra. Sandra Carbonera Yokoo - Unespar, Campo Mourão



Prof^ª Dra. Patrícia Louise Rodrigues Varela Ferracioli - Unespar, Paranavaí

Data de Aprovação

18/12/2023

Campo Mourão - PR

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, fonte de vida e de esperança! Quem iluminou os caminhos trilhados e distribui forças para superar os grandes obstáculos no decorrer da minha pesquisa.

Várias foram as pessoas que contribuíram para que este estudo fosse concretizado, as quais tenho de destacar e fazer um reconhecimento.

Gratidão aos meus pais. A minha mãe Alzira, que sempre foi minha fortaleza, passando os ensinamentos mais dignos e importantes, desde a minha infância até a fase adulta, aquela que esteve ao meu lado motivando ao caminho universitário. Ao meu pai Adenir por me apoiar na minha trajetória acadêmica.

Ao João Israel (esposo), por sua amizade e companheirismo e apoio nas dificuldades no decorrer do mestrado. Ao tesouro mais valioso que temos na vida, minha filha Laís Vitória, filha querida e amorosa. Quero agradecer a compreensão das muitas ausências.

À minha família e amigos, pela rede de apoio em cuidados com minha filha, para que eu pudesse desenvolver minha pesquisa. Sem vocês eu não teria conseguido chegar até aqui.

Meu agradecimento especial para minha orientadora, professora Dr^o Ana Paula Colavite, pela paciência, conversas, orientações e acolhida durante a minha trajetória desde a graduação. Agora no mestrado obrigada pela empatia, competência, seriedade, humildade, amizade e conhecimento transmitido no decorrer do processo da dissertação.

À professora Dr.^a Maria Antônia (Coorientadora), pela acolhida durante o mestrado, pelas valiosas colaborações, aprendizados e orientações. Meu muito obrigada.

Aos professores e funcionários do Departamento Pós-graduação Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD – Unespar) pela motivação prestada no processo do mestrado.

Aos amigos Sandra, Fernando, Mirian e Elesandra pelo incentivo, carinho e apoio pelo suporte técnico, leituras e correções da dissertação.

Aos funcionários da Secretaria de Saúde Municipal, Edna por disponibilizar os dados das ocorrências da COVID-19, no formato de planilha eletrônica do Excel.

À professora Dr.^a Sandra Carbonera Yokoo, professora Dr.^a Patrícia Louise Rodrigues Varela Ferracioli, e ao professor Dr. Marcos Bovo, pela participação e contribuição no processo de qualidade da dissertação, pois além de apontarem os erros, me direcionaram para o melhor discernimento do tema estudado. Meu muito obrigada.

À UNESPAR, instituição pública, gratuita e de qualidade, por ter me acolhido e possibilitado concluir a minha licenciatura, bacharelado em Geografia e, agora meu tão sonhado Mestrado.

Assim se construiu meu sonho de se tornar Mestre, com auxílio de muitos, desde os professores universitários, que nos transmitem o conhecimento formal, quantos aqueles mais simples, por meio de palavras motivadoras e amizades sinceras.

DANTAS MENDES, Adriane. **A pandemia da Covid-19 no espaço urbano de Campo Mourão**: mudanças nas práticas socioespaciais e no uso do espaço público. 159f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, Universidade Estadual do Paraná, *Campus* de Campo Mourão, Campo Mourão, 2023.

RESUMO

Um novo coronavírus foi responsável por causar a doença da COVID-19, que pode resultar na Síndrome Respiratória Aguda Grave. A pesquisa tem como foco, discutir as práticas socioespaciais e as relações da população com o uso do espaço público durante a pandemia, de um ponto de vista interdisciplinar. O objetivo geral consiste em averiguar os desdobramentos e reflexos da pandemia da COVID-19 no espaço urbano de Campo Mourão-Pr, considerando as práticas socioespaciais e as relações da população com o uso do espaço público. A pesquisa se pauta no Método Quanti-qualitativo, com base na teoria da complexidade, e se desenvolveu a partir de etapas teóricas e práticas. Foram apresentadas abordagens teóricas de diferentes autores que discorrem sobre a temática da pandemia da COVID-19, indicando as práticas socioespaciais urbanas e o uso do espaço público. O desenvolvimento prático desta seguiu as seguintes etapas: mapeamento da evolução dos casos da COVID-19 no espaço urbano de Campo Mourão, com a identificação dos padrões de distribuição; em seguida foram aplicados questionários com a população, utilizando o *Google Forms*, para averiguar as principais mudanças nas práticas socioespaciais urbanas durante a pandemia. Sendo assim, realizou-se a análise dos mapas da evolução dos casos da COVID-19, relativos à evolução temporal dos casos por trimestres e identificou-se que no quinto trimestre, que compreende de março a maio de 2021, sendo o que obteve o maior número de casos positivados. Para tanto, foram selecionados dois setores de estudo, sendo um que apresentou maior incidência das ocorrências atribuído para o setor 4, e o outro, menor incidência de ocorrências sendo o setor 5. A escolha desses setores se deu por ser, um com bairros mais periféricos e o outro com bairros mais próximos da área central. Desta forma, ao analisar os dados obtidos com a aplicação do questionário, articulou-se que os indivíduos passaram a valorizar mais os espaços públicos em meio à pandemia do novo coronavírus. As respostas indicaram diferenças significativas nas possibilidades de prática de isolamento social entre os dois setores, mas similaridades na visão que tem sobre os espaços livres públicos, indicando que desempenham um papel fundamental para a manutenção da saúde física e/ ou mental. Os dois setores indicaram que sentiram falta de frequentar os espaços livres públicos durante o isolamento social e destacaram a falta desses espaços públicos em mais bairros da cidade, e o desejo de reformas e manutenção nos espaços que já existem. Finalmente destaca-se a relevância deste trabalho para subsidiar discussões que promovam a ampliação e melhorias nos espaços públicos para a utilização pela população, estimulando a melhoria da qualidade de vida para o enfrentamento de cenários extremos como o vivenciado durante a pandemia.

Palavras-chave: Sars-Cov2, Saúde Pública, Teoria da Complexidade, Geografia da Saúde.

DANTAS MENDES, Adriane. **The Covid-19 pandemic in the urban space of Campo Mourão**: changes in socio-spatial practices and the use of public space. 159f. Dissertation (Master) - Society and Development Interdisciplinary Postgraduate Program, State University of Paraná, Campo Mourão *Campus*, Campo Mourão, 2023.

SUMMARY

A new coronavirus was responsible for causing COVID-19 disease, which can result in severe acute respiratory syndrome (SARS). The research focuses on discussing socio-spatial practices and the population's relationships with the use of public space during the pandemic, from an interdisciplinary point of view. The general objective is to investigate the consequences and repercussions of the COVID-19 pandemic in the urban space of Campo Mourão-Pr, considering socio-spatial practices and the population's relationships with the use of public space. The research is based on the Quantitative-qualitative Method, grounded on complexity theory, and was developed from theoretical and practical steps. Theoretical approaches were presented by different authors who discuss the topic of the COVID-19 pandemic, indicating urban socio-spatial practices and the use of public space. The practical development of this followed the following steps: mapping the evolution of COVID-19 cases in the urban space of Campo Mourão, with the identification of distribution patterns; subsequently, questionnaires were administered to the population using Google Forms to investigate the main changes in urban socio-spatial practices during the pandemic. Therefore, an analysis of the COVID-19 case evolution maps was conducted, regarding the temporal evolution of cases per quarter, and it was identified that in the fifth quarter, which spans from March to May 2021, it had the highest number of positive cases. For this purpose, two study sectors were selected, one showing a higher incidence of occurrences attributed to sector 4, and the other, a lower incidence of occurrences being sector 5. These sectors were chosen because one has more peripheral neighborhoods and the other has neighborhoods closer to the central area. In this way, when analyzing the data obtained from the application of the questionnaire, it was articulated that individuals began to value public spaces more amid the new coronavirus pandemic. The responses indicated significant differences in the possibilities for practicing social isolation between the two sectors, but similarities in their vision of public open spaces, indicating that they play a fundamental role in maintaining physical and/or mental health. Both sectors indicated that they missed visiting public open spaces during social isolation and highlighted the lack of these public spaces in more neighborhoods of the city, and the desire for renovations and maintenance in spaces that already exist. Finally, the relevance of this work is highlighted to support discussions that promote the expansion and improvements in public spaces for use by the population, stimulating the improvement of quality of life to face extreme scenarios such as the one experienced during the pandemic.

Keywords: Sars-Cov2, Public Health, Complexity Theory, Health Geography.

LISTAS DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1 – Medidas a serem tomadas: Poder Público e Sociedade Civil.....	41
Quadro 2 – UBSs do município de Campo Mourão Pr.....	49
Quadro 3 – Decretos e Atas dos Espaços Públicos.....	54
Quadro 4 – Setores definidos para a pesquisa Campo Mourão -Pr.....	66
Quadro 5 – Total de Participantes por Setores e Bairros.....	85
Quadro 6 – Perfil da situação empregatícia por setores ..	92
Quadro 7 – Explicação da resposta em relação ao tamanho e o conforto da residência	99
Quadro 8 – Caso queira complementar as respostas anteriores, ou fazer algum comentário, nos dê a sua opinião	112
Quadro 9 – Locais indicados como de maior frequência dos participantes da pesquisa	115
Quadro 10 – Existe algum espaço nas proximidades da sua residência que você usa para o lazer ou outra atividade? Quais?.....	117
Quadro 11 – Caso queira fazer mais algum comentário sobre o tema da pesquisa ..	123
Gráfico 1 – Sexo.....	87
Gráfico 2 –Cor/Raça.....	88
Gráfico 3 – Religião.....	89
Gráfico 4 – Faixa Etária.....	89
Gráfico 5 – Estado Civil.....	90
Gráfico 6 – Escolaridade.....	91
Gráfico 7 – Mudança de emprego na pandemia.....	93
Gráfico 8 – Forma de trabalho na pandemia.....	94
Gráfico 9 – Faixa Salarial.....	95
Gráfico 10 – Alteração de Renda na pandemia.....	95
Gráfico 11 – Sobre a Residência	96

Gráfico 12 – Número de pessoas que residem na casa.....	96
Gráfico 13 – Em relação ao tamanho da residência, consideram	96
Gráfico 14 – Em relação ao conforto da residência, consideram	98
Gráfico 15 – Em relação ao tamanho e o conforto da residência nos períodos mais críticos da pandemia, consideram	98
Gráfico 16 – Sobre o espaço utilizado para o trabalho na residência durante a pandemia....	100
Gráfico 17 – Sobre o espaço utilizado para o estudo na residência durante a pandemia	101
Gráfico 18 – Sobre o compartilhamento de espaço para estudo/trabalho na pandemia	101
Gráfico 19 – Caso alguém tenha se contaminado na sua residência, foi possível fazer o isolamento social adequado?	102
Gráfico 20 – Condições externas da residência.....	104
Gráfico 21 – Meio de transporte foi mais usado por você no dia a dia durante a pandemia .	104
Gráfico 22 – Sobre as condições para o deslocamento na pandemia.....	105
Gráfico 23 – Se deixou frequentar algum local na pandemia	106
Gráfico 24 – Locais que parou de frequentar ou diminuiu significativamente a frequência .	107
Gráfico 25 – Considera que a frequência de uso dos espaços citados na questão anterior durante pandemia.....	108
Gráfico 26 – Sobre o cumprimento dos decretos de isolamento social	108
Gráfico 27 – Em relação à adaptação ao isolamento social	109
Gráfico 28 – Sobre os locais que sentiu mais falta de frequentar durante a pandemia.....	110
Gráfico 29 – Sobre os locais que sentiu mais falta de frequentar durante a pandemia	111
Gráfico 30 – Se tinham o hábito de frequentar espaços públicos antes da pandemia	113
Gráfico 31 – Frequências de uso dos espaços livres públicos.....	113
Gráfico 32 – Espaços públicos livres que frequentava antes da pandemia.....	114
Gráfico 33 – Frequência de uso dos espaços públicos indicados nas respostas anteriores durante a pandemia.....	115
Gráfico 34 – Motivações para usar os espaços públicos antes da pandemia	116

Gráfico 35 – Existe algum espaço nas proximidades.....	117
Gráfico 36 – Como considera os protocolos de fechamento dos locais públicos.....	118
Gráfico 37 – Afirmações com as quais concorda e/ou refletiu sobre durante a pandemia....	120
Gráfico 38 – Mudanças que gostaria que fossem feitas nos espaços livres públicos no futuro.....	122

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Setores definidos para a pesquisa em Campo Mourão (PR).....	46
Figura 2 – Localização da 11° Regional de Saúde Campo Mourão (PR) e da Macrorregional Noroeste.....	48
Figura 3 – Estratégia de Saúde da Família Campo Mourão - PR.....	51
Figura 4 – Número de casos confirmados, e de óbitos pela COVID-19 na área urbana de Campo Mourão - PR.....	68
Figura 5 – Distribuição de Parques e Praças por setores Campo Mourão- PR.....	74
Figura 6 – Praças, Parques e outros Espaços de Lazer nos setores pesquisados Campo Mourão- PR.....	76
Figura 7 – Parque Municipal Parigot de Souza.....	78
Figura 8 – Jardim Montes Claros: Praça do Japão.....	79
Figura 9 – Pista de caminhada e ciclovia do Jardim Tropical II.....	79
Figura 10 – Praça Jardim Tropical II.....	80
Figura 11 – Academia ao Ar Livre Jardim Ilha Bela.....	80
Figura 12 – Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira.....	81
Figura 13 – Jardim Flora 4 – Praça Manoel do Nascimento.....	82
Figura 14 – Praça Jardim Araucária.....	82

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A PANDEMIA DA COVID-19 NO ESPAÇO URBANO: PADRÕES DE EVOLUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO E AS ALTERAÇÕES PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS DO USO DO ESPAÇO PÚBLICO	16
2.1 A Pandemia da COVID-19: dispersão no espaço urbano e os reflexos na vida da população	19
2.2 Mudanças das práticas socioespaciais urbanas na pandemia: um olhar interdisciplinar das funções dos espaços público	23
2.3 O uso do espaço público na pandemia: restrições e orientações e vacinação	37
3 A PANDEMIA DO COVID-19 NO ESPAÇO URBANO DE CAMPO MOURÃO/PR	44
3.1 A cidade de Campo Mourão e as estratégias de Saúde durante a pandemia	46
3.2 A evolução espaço-temporal da COVID-19 na área urbana de Campo Mourão/PR	55
3.3 Caracterização dos setores selecionados para aplicação empírica	82
4 AS RELAÇÕES DA POPULAÇÃO COM O USO DO ESPAÇO PÚBLICO NA PANDEMIA DA COVID-19	84
4.1 Breve caracterização do perfil dos entrevistados	87
4.2 Mudança dos hábitos socioespaciais dos participantes das entrevistas durante a pandemia	102
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
REFERÊNCIAS	127
APÊNDICES	138

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, a humanidade vivenciou pandemias ou epidemias que marcaram sua trajetória de distintas formas, e com diferentes graus de impactos nas dinâmicas das sociedades. São alguns exemplos a varíola, o sarampo, a cólera, a dengue, a gripe aviária, conhecida por suas diferentes denominações, entre outras, e por último, a pandemia da COVID-19¹. Cabe destacar que a dinâmica da sociedade globalizada permitiu espaço-temporalmente que, cada vez mais, doenças causadas por vírus se disseminassem por diferentes partes do mundo rapidamente.

Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS), foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Esses casos tratavam-se então de uma nova cepa do coronavírus, até então desconhecido, e que se adaptou ao corpo humano. Esse novo agente infeccioso, no início, foi temporariamente nomeado como 2019-nCoV, e, em 11 de fevereiro de 2020, recebeu o nome de SARS-CoV-2. Esse novo coronavírus é responsável por causar a doença da COVID-19, que pode resultar na Síndrome Respiratória Aguda Grave (OMS, 2020).

Segundo a OPAS/OMS (2020), a deflagração de uma pandemia acontece quando uma determinada doença atinge todos os continentes do mundo. Sobre a COVID-19, decorrente dos inúmeros casos registrados no nível global, e da gravidade desses, em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou o estado de Emergência de Saúde Pública de Interesse Internacional e, em 14 de março, decretou o estado de pandemia.

Destarte, com a declaração oficial da pandemia, teve início um processo de inúmeras transformações para a sociedade. Silva (2022), aponta que logo após o alerta da OMS, a população assustada com a situação, e com receio dos desdobramentos da emergência global, e, do colapso na distribuição de produtos, realizou estocagem de alimentos e medicamentos, e, as autoridades governamentais iniciaram processos de divulgação de práticas de proteção, alertando para o uso de máscara e álcool em gel, e criou protocolos e decretos de isolamento social.

Assim, cada país deveria se adaptar à contenção do novo coronavírus de acordo com a evolução da doença em seu território, e, conforme orientações da Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS - 2020). Portanto, medidas de segurança e contenção da dispersão foram

¹ Sobre a prevalência da COVID-19, esta teve o fim da emergência de saúde pública declarado em maio de 2023, pela Organização Mundial da Saúde.

adotadas com a finalidade de proteger a população da contaminação por meio das medidas preventivas de higiene e, especialmente, evitando aglomerações. Para aqueles já infectados, a recomendação foi relativa à adoção de períodos de isolamento social/físico. Além disso, os países foram orientados a testarem o maior número de pessoas, dar assistência médica para todos os infectados, e rastrear todas as pessoas que tiveram contatos com pacientes positivados.

Nos setores social e econômico, foram necessárias a adoção de medidas específicas e muitas atividades presenciais de trabalho, estudo, lazer e viagens foram interrompidas, objetivando reduzir o risco de contágio, promovendo uma crise de projeção global. Marques *et al* (2021), assinalam que “a chegada da pandemia de Covid-19 foi um choque para todas as economias do Mundo”.

No contexto mundial, Ribeiro (2020), destaca que a globalização com seus fluxos de pessoas e mercadorias intensificou a disseminação do vírus em diferentes países, nas capitais, nas grandes cidades, e também, em pequenos municípios. Assim, houve grande impacto da Pandemia nas dinâmicas urbanas dada sua proeminência, e fruto da globalização, em razão dos diferentes fluxos populacionais, de mercadoria, de capital e de informação que ocorrem nesses espaços.

Essa conjuntura econômica em escala mundial e política conectada e acelerada, associada a dinâmica pandêmica, produziu também uma crise sanitária. Além disso, o desaceleramento comercial acompanhado pela diminuição da produção e da consequente demissão de trabalhadores, foram fatores preponderantes para a crise econômica. Para o caso brasileiro, Granemann (2021) aponta que a crise se firmou sob as bases econômica, política e sanitária.

Pensando no cotidiano da sociedade brasileira, Ribeiro (2020), assinala que as mudanças na vida e no cotidiano das pessoas atingiram grandes dimensões, a começar por regras sanitárias implementadas, com orientações intensas de lavagem das mãos, uso do álcool gel e de máscaras. Além disso, foi recorrente o alerta dos cuidados de higiene pessoal no retorno das pessoas para suas residências, tanto referente ao manuseio dos alimentos, como demais produtos. Essas alterações foram mais significativas, e atingiram em especial a população com menor poder aquisitivo, pois estas precisaram sair para trabalhar, mesmo nos períodos mais críticos da Pandemia.

Nesse sentido, a pandemia ocasionou uma série de desafios e prejuízos à sociedade brasileira, que refletiram nas áreas da saúde, economia, educação, cultura, mobilidade e lazer, e também nas emoções, dada a abrangência espaço-temporal do vírus, e o período de isolamento social, a qual repercutiu no comportamento humano. O isolamento social levou os indivíduos a

refletirem sobre seu modo de vida, suas reais necessidades, anseios reprimidos. As alterações na rotina, e no cotidiano limitada especialmente ao trabalho e os afazeres domésticos “agora nos faz repensar os problemas da nossa condição Humana” (MORIN, 2021, p. 23).

No contexto pandêmico, em suas múltiplas esferas socioespaciais, do global ao local, a aglomeração de pessoas se tornou o principal cenário de proliferação do vírus. Para combater o problema, Estados e Municípios criaram medidas de contenção do agravamento do cenário vivenciado, de modo especial, nos períodos de maiores picos de contágio. Desse modo, Neca *et al.*, (2020), complementam que a dinâmica das cidades se alterou radicalmente, sendo necessário suspender atividades escolares, eventos públicos, abertura do comércio não essencial, além de outras atividades produtivas. A atenção dos gestores públicos no debate acerca das melhores formas de prevenção, passou também por repensar estratégias que se aplicassem aos espaços públicos e privados.

Para Santos (2007), o espaço público é um espaço geográfico formado de fixos e fluxos, compreendendo ser, espaços de livre e de fácil acesso, fruição e circulação social. É preciso também considerar que atitudes responsáveis para a apropriação dos espaços públicos das cidades, contribui para a renovação do bem-estar social. Além disso, o tempo de lazer pode contribuir para o cuidado do corpo e da mente, possibilitando assim, o exercício da cidadania e o convívio social. Portanto, foi urgente discutir as medidas de proteção individual e coletiva para uso dos espaços públicos, especialmente durante os momentos pandêmicos mais críticos.

A pandemia da COVID-19, afetou a vida da população mundial em suas múltiplas dimensões e manifestações, demandando um olhar interdisciplinar para sua análise. Diante do exposto, o foco da pesquisa, está em compreender como a COVID-19 evoluiu espaço-temporalmente, e as alterações produzidas nas práticas socioespaciais e nas relações da população com o uso do espaço público, nos dois primeiros anos da pandemia, utilizando como delimitação espacial, a cidade de Campo Mourão, interior do estado do Paraná.

Acredita-se que durante a pandemia da COVID-19, a evolução dos casos foi desigual no espaço urbano, e que as práticas socioespaciais da população mourãoense, em relação ao uso do espaço público, foram afetadas de inúmeras formas, especialmente nos bairros mais periféricos da cidade, e que, embora inicialmente a maior concentração de casos estivesse na área central, pouco a pouco se alastrou pelo espaço urbano, sem padrões de distribuição pré-estabelecidos.

Dessa forma, o objetivo geral da presente pesquisa consiste em averiguar os desdobramentos e reflexos da pandemia da COVID-19 no espaço urbano de Campo Mourão-Pr, considerando as práticas socioespaciais e as relações da população com o uso do espaço

público. Assim, mediante a problemática levantada, a pesquisa foi desenvolvida contemplando os seguintes objetivos específicos: Analisar a distribuição espaço-temporal dos casos da COVID-19 em Campo Mourão, de março de 2020 a fevereiro 2022; identificar as áreas de maior incidência de casos positivados da COVID-19 para coleta de dados empíricos e; diagnosticar as mudanças nas práticas socioespaciais da população, relativas ao uso do espaço público.

Desse modo, as questões problemas são: 1) Como ocorreu a evolução espaço-temporal dos casos da COVID-19 na área urbana de Campo Mourão de março de 2020 a fevereiro de 2022. É possível identificar padrões espaciais na distribuição dos casos da COVID-19 e quais foram os setores afetados com maior incidência? Quais foram as mudanças nas práticas socioespaciais no uso dos espaços públicos durante o período pesquisado?

A estrutura dessa pesquisa, se divide em cinco seções. Na primeira seção, a Introdução ao qual pretende-se trazer a contextualização do problema de pesquisa, apresentação dos objetivos, questões problema e o percurso metodológico. Na segunda apresentar-se-á abordagens teóricas de diferentes autores que discorrem sobre a temática da pandemia da COVID-19, indicando as práticas socioespaciais urbanas, e o uso do espaço público. A evolução espaço-temporal dos casos positivos, e/ou a dispersão e concentração de sua ocorrência nos bairros de Campo Mourão serão discutidos na terceira seção. Na quarta, será realizada análise com finalidade de compreender de quais formas a pandemia produziu mudanças nas práticas socioespaciais da população relativas ao uso do espaço público. Por fim, serão apresentadas as considerações finais.

2 A PANDEMIA DA COVID-19 NO ESPAÇO URBANO: PADRÕES DE EVOLUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO E AS ALTERAÇÕES PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS DO USO DO ESPAÇO PÚBLICO

A fim de entender as mudanças e os efeitos causados pela pandemia da COVID-19 nas cidades e, em suas populações, nesta seção busca-se desenvolver uma abordagem geral sobre a pandemia e as múltiplas implicações na vida humana, indicando as alterações das práticas socioespaciais urbanas, os reflexos na vida da população e no uso do espaço público, especialmente decorrentes das restrições e orientações dadas pela Organização Mundial da Saúde - OMS.

Devido à complexidade do tema tratado, esta pesquisa tem o caráter interdisciplinar e agrega teorias e conceitos de diferentes áreas do saber. Portanto, o debate teórico alicerça-se de maneira especial, nas áreas da Sociologia urbana, da Geografia e da Saúde Pública por meio dos quais buscou-se compreender as múltiplas implicações da Pandemia da COVID-19 na dinâmica da população, e na vida das cidades.

A pandemia evidenciou uma série de desigualdades na sociedade brasileira, que refletiram na área da saúde, da economia, da educação, da cultura, da mobilidade e do lazer, dada a abrangência espaço-temporal do vírus, e o período de isolamento social, a qual repercutiu também, no comportamento humano. Sobre o assunto, Marques (2021, p. 46), assinala que, “na base dessas desigualdades, encontra-se a estrutura formada pelas classes sociais, tornando ainda mais complexa pela questão da raça ou cor e de gênero. No Brasil, não foi diferente”.

A partir do reconhecimento desses fatores e da evidente necessidade de analisar as consequências gerais da pandemia para a sociedade, a pesquisa se respalda nos estudos da Sociologia urbana. Por ser uma área da sociologia que estuda as dinâmicas sociais nas cidades, e também analisa as relações entre as pessoas que vivem nas áreas urbanas. Dessa forma, contribui para a análise das mudanças socioespaciais decorrentes dos reflexos ocasionados pela pandemia.

Morin (2021), centrou sua análise nas desigualdades socioeconômicas evidenciadas pela crise sanitária, e que explorou os efeitos ambientais, culturais, sociais, e econômicos da globalização sobre os seres humanos dentro do contexto pandêmico. A COVID-19 demonstrou a ausência e a deficiência do Estado no atendimento às demandas da sociedade diante da situação de crise sanitária vivenciada, despontando a desigualdade ainda mais nítida nos lugares onde há um número significativo de grupos vulneráveis. Muitos indivíduos não puderam contar

com políticas públicas, e os “Grupos populacionais vulneráveis são atingidos duas vezes, uma pelo vírus, e outra pelos discrepantes contrastes de uma sociedade desigual” (CANABARRO, 2020, p. 14).

Nas observações de Boaventura de Sousa Santos (2021, p. 80), “os Estados se encontram sem capacidade efetiva para responder com eficácia à crise humanitária que se abateu sobre os seus cidadãos”. Santos (2021) relata que o pedido por parte da OMS era para trabalhar em casa, e, em confinamento, porém o isolamento e a adoção do trabalho remoto foram impraticáveis para uma parcela significativa da população do mundo, especialmente “porque obrigou os trabalhadores a escolher entre ganhar seu pão diário ou ficar em casa e passar fome” (SANTOS, 2021, p. 106).

Essa realidade evidencia a falta de visibilidade de alguns grupos pelo Estado, suas formas distintas de apropriação dos espaços urbanos, e suas práticas socioespaciais, aqueles que Bauman (2005), denomina de refugos humanos, ou seja, pessoas que não são reconhecidas em uma sociedade cada vez mais seletiva.

Nesta direção, a autora Ana Fani (2004, p. 7), aponta que “a reflexão sobre a cidade é, fundamentalmente, uma reflexão sobre a prática socioespacial que diz respeito ao modo pelo qual se realiza a vida na cidade, enquanto formas e momentos de apropriação”. Para a autora, o espaço urbano proporciona um sentido amplo, pois nele se manifesta a condição, o meio, e o produto da atuação humana pelo seu uso ao longo do tempo, ou seja, “nesse sentido aponta a superação da ideia de cidade considerada como simples localização dos fenômenos (da indústria, por exemplo), para revelá-la na condição de sentido da vida humana em todas as suas dimensões” (CARLOS, 2004, p. 7).

Segundo Maglio e Ximenes (2020), a COVID-19 trouxe impactos para a vida urbana em relação aos hábitos e aos comportamentos das populações que se transformaram nesse momento de pandemia. Inclusive a percepção sobre a cidade, e seus espaços públicos que tiveram suas dinâmicas alteradas, ou seja, antes perpassados pelos centros de comércio, esses espaços públicos ganharam destaque na pandemia. Dessa forma, estudos da Geografia Urbana e da Geografia da Saúde podem contribuir sobremaneira para a compreensão dos impactos da pandemia na vida urbana.

Ferreira (2015, p. 100), assinala que “A Geografia da Saúde aparece, portanto, neste século XXI, como uma importante tendência da Geografia brasileira, dentro do princípio das multidisciplinidades na Pesquisa Geográfica Contemporânea” (FERREIRA, 2015, p. 100). E, considerando os múltiplos impactos da Pandemia da COVID-19 nas dinâmicas espaciais globais e urbanas, parte da base teórica para compreender a dispersão do vírus pelo espaço

urbano, e as alterações nas relações da população com o uso deste espaço podem ser compreendidos pela perspectiva da Geografia da Saúde.

Barcellos, Miranda e Moreira, *et al.* (2008), confirmam o pensamento da autora anterior, enfatizando a relevância dos estudos em Geografia da Saúde, dado que implica em estudos das bases territoriais, seja para pesquisas analíticas ou de intervenção. Contribuem, também seus desdobramentos, destacando-se os fatores de risco a saúde, sejam eles/ambientais ou socioambientais, no qual se emprega os 'Sistemas de Informação Geográfica' para mapeamentos digitais, pois estes contribuem com pesquisas que tratam do planejamento, aplicados à área da saúde (FERREIRA, 2015).

Em relação à saúde pública, o Estado é a única instituição capaz de fazer garantir o acesso aos cuidados com a saúde. Marques *et al* (2021) corroboram que desenvolver planos adequados para o enfrentamento da COVID-19 se tornou essencial para a gestão da saúde pública, pois é essencial o acesso a um sistema com capacidade de realizar o atendimento dos pacientes com suspeita, e também a rápida confirmação da infecção pelo vírus. No entanto, essa estrutura depende de um gerenciamento eficiente, além de um aporte significativo de recursos financeiros, humanos e da disponibilidade de espaço físico adequado.

Para Marques *et al* (2021), a pandemia colocou a saúde no centro da preocupação governamental de alguns países. Consta na Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo nº196, que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado. Assim, no contexto pandêmico, os sistemas de saúde público e privado precisaram remanejar leitos adequados para os pacientes com COVID-19, separando-os dos demais. Outras medidas foram impostas, tais como, o uso de máscaras, proibição de aglomerações, e a realização do distanciamento físico, com intuito de evitar a propagação do vírus. Mas, como não houve muito tempo para uma preparação em larga escala, equipar os hospitais com respiradores e leitos na Unidade de Terapia Intensiva - UTI foi uma grande dificuldade, pois o sistema ainda não estava preparado para enfrentar a magnitude da situação. A situação resultante dessa realidade revelou uma grande desigualdade na condição de saúde, e de acesso aos serviços de saúde.

Diante do exposto, na próxima subseção, será debatido a distribuição da COVID-19 no espaço urbano, por meio do campo teórico e conceitual, considerando as múltiplas distinções e desigualdades existentes, e de quais formas essas diferenciações refletiram na evolução desigual do vírus nas cidades brasileiras.

2.1 A pandemia da Covid-19: dispersão no espaço urbano e os reflexos na vida da população

A chegada da pandemia de COVID-19 abalou a organização global e as economias do mundo. Conforme as Nações Unidas (DESA, 2020) se torna necessário investimento em resiliência econômica e social objetivando sua recuperação. No caso do Brasil, a perda de empregos foi o impacto econômico mais visível desse cenário pandêmico, haja vista, o confinamento ter afetado direta e indiretamente milhões de trabalhadores de forma desproporcional, especialmente aqueles, cujo grau de instrução escolar, baixo nível de qualificação e de rendimentos dificultou o trabalho remoto. Conforme o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais (DESA), da ONU:

[...] 131 milhões de pessoas foram empurradas para a pobreza em 2020, muitas delas mulheres, crianças e pessoas de comunidades marginalizadas. A pandemia afetou negativamente mulheres e meninas de forma desproporcional, expondo-as a um risco crescente de devastação econômica, pobreza, violência e analfabetismo (DESA, 2020, p. 2).

Ainda de acordo com informações da Desa (2020), as consequências também se refletiram no setor de empregos, saúde e educação. As camadas da população que apresentavam rendas mais baixas estiveram entre os mais vulneráveis do período pandêmico, dada as medidas restritivas, tais como, isolamento, distanciamento social, *lockdown*, e quarentena em razão das ondas de contágio.

Ribeiro (2020), tem opinião semelhante, ao dizer que a pandemia afetou de modo mais intenso a população com menor poder aquisitivo, pois esta, se encontrava muito mais sujeita a aglomerações em suas residências, seja decorrente do uso de transporte coletivo, da falta de infraestrutura de saneamento básico para higienização eficiente e da falta de espaços de lazer e recreação apropriados. Além disso, as cidades são as áreas com maiores concentrações humanas, agregando grupos de classes sociais diferentes e mais vulneráveis, sendo também os mais impactados pela COVID-19, evidenciando que a pandemia não foi democrática.

Ainda tecendo comentário semelhante, a autora Ana Fani Alessandri Carlos (2021), analisa que com a pandemia, a segregação espacial e urbana ficou em evidência, assim como a diferença de renda entre os grupos de classes sociais. Diante desse fato, enquanto uma menor parcela da população dispunham de moradias que apresentavam infraestrutura adequadas, ao contrário, a maior parte da população não possui sequer moradia digna, contendo espaços amplos e arejados, na qual pudessem realmente ficar em casa para se proteger do vírus.

Conforme Boaventura de Sousa Santos (2021, p. 104), a pandemia mostrou uma vulnerabilidade preexistente como “a saúde, de habitat, menor capacidade de seguir as regras da OMS, nomeadamente no que se refere ao confinamento, ao distanciamento físico e à higiene, deficiente ou nulo acesso aos sistemas de saúde que poderiam salvar vidas ou minorar o sofrimento”.

O *Lockdown* ocorreu em razão da alta taxa de contaminação da população em diversos países do mundo, no Brasil. Por meio deste, foram criados decretos federais, estaduais e municipais limitando a circulação de pessoas para que não houvesse maior propagação e transmissão do vírus. No entanto, este cenário paralisou a vida econômica e social da população que se encontrava em isolamento social agravando a desigualdade social planetária (MORIN, 2021). A crise derivada da Pandemia promoveu no cenário global, o aumento do desemprego, a volta da fome em muitos países, inclusive no Brasil, e o enriquecimento dos mais ricos.

Boaventura de Sousa Santos (2021, p. 112), assinala que cerca de 1 bilhão de pessoas moram em assentamentos informais, e, “vivem em espaços exíguos onde se aglomeram famílias numerosas. Habitam na cidade sem direito à cidade, já que, vivendo em espaços desurbanizados, não têm acesso às condições urbanas pressupostas pelo direito à cidade”.

Morin (2021), também destacou outros grupos de grande vulnerabilidade e, invisíveis na pandemia. Para os sem-teto, os refugiados e as famílias que não possuem moradias com condições de se isolar com seus filhos, o isolamento social foi inviável. Coaduna com esta ideia Boaventura de Sousa Santos (2021, p. 113), ao colocar que “os sem-teto, para além dos perigos a que estão expostos diariamente, não têm lugar onde possam ficar em quarentena”.

Desse modo, a crise do novo coronavírus enalteceu a segregação urbana, e como a pandemia foi sentida e vivenciada diferencialmente entre os membros da sociedade, pois, em um país que apresenta grandes desigualdades sociais, o maior poder aquisitivo fez com que muitas pessoas pudessem ficar em isolamento em suas casas, e trabalhar em *home office* para se proteger do vírus, enquanto a maioria não teve este privilégio. Em relação ao acesso aos tratamentos em hospitais, todos os cidadãos têm o direito, porém não é igualitário, completa a autora Carlos (2021).

Segundo Morin (2021), a pandemia atingiu o mundo de forma desigual, especialmente naqueles países em que o desenvolvimento não acompanhou a ciência e a tecnologia. Na era digital, ou como diria Milton Santos (2009), no período técnico-científico e informacional, as tecnologias digitais são de grande valia para enfrentar os problemas trazidos pela COVID-19. Conforme Arroyo, Antas e Contel (2020):

[...] utilizando os sistemas de telecomunicações cada vez mais intensamente para atividades produtivas, educacionais, de saúde, de relacionamento e entretenimento. Todavia somente trabalhadores, estudantes e famílias com infraestruturas e as habilidades adequadas podem usufruir das vantagens dessas ferramentas tecnológicas (ARROYO; ANTAS; CONTEL, 2020, p. 30).

Mediante à toda complexidade vivenciada nos tempos de pandemia, há necessidade de se refletir sobre os momentos passados que foram de incertezas e instabilidades. O Brasil sofreu uma onda de contaminação e óbitos de proporções consideráveis, especialmente no ano de 2021. O enfrentamento ao problema foi diferente nas unidades da federação, e os períodos de maior contágio e prevalência também foram decorrentes de diferenças e especificidades regionais.

No território brasileiro, a presença do novo coronavírus se destacou em alguns Estados, dentre os quais, despontam com maior número de casos confirmados São Paulo, Ceará, Rio de Janeiro, e, em quarta posição, o Amazonas, que no mês de maio de 2020 havia registrado 17.181 casos e 1.235 óbitos de COVID-19. A capital Manaus tornou-se o lugar mais impactado da Amazônia, e um dos mais graves do Brasil, haja vista a capital ser um roteiro turístico muito visitado. Acredita-se que a doença se espalhou, dado o fluxo aéreo acelerado em função do turismo, que recebe pessoas de todos os lugares do mundo e do Brasil, e também por conta do turismo ecológico-ambiental-cultural (PENHA, 2020). Este autor, aponta que “um mês após o primeiro caso, o Amazonas já entrava na lista de emergência do Ministério da Saúde. A cidade de Manaus, por sua vez, vivenciava um caos na saúde pública com serviços funerários colapsados”. (PENHA, 2020 p. 124).

Salienta-se que embora o início do contágio tenha se dado em decorrência do fluxo de pessoas via transporte aéreo, que acessavam Manaus para a realização de negócios referentes aos roteiros turísticos, o desenvolvimento e a propagação do vírus no espaço urbano afetaram principalmente, as populações mais vulneráveis. A ausência, ou precariedade, do saneamento básico, o modelo e a estrutura das moradias, somada à falta de suporte e estrutura hospitalar foram insuficientes para atender a demanda do número de contaminados. Dessa forma, essas condições foram determinantes para a complexificação do problema naquela localidade. É o que salienta Barrucho (2021):

Temos uma negligência sanitária histórica em Manaus que foi favorecida por uma precária infraestrutura médico-hospitalar anterior à epidemia de covid-19. Antes do início da epidemia, não havia nenhum leito UTI nos 61 municípios do interior do Estado. Estavam todos concentrados, portanto, na capital (BARRUCHO, 2021, p. 1).

O panorama traçado por Arroyo, Antas e Contel (2020, p. 23), afirma que “os problemas da gestão de alguns governos negacionistas, como o que estava à frente do Governo Federal no Brasil, agravaram tal quadro pela ausência de ações coordenadas entre União, Estados e Municípios”. Cuba e Uruguai merecem destaque pelo baixo índice de mortalidade que apresentaram em outubro de 2020. Segundo os autores, a baixa densidade demográfica facilitou as práticas das políticas sanitárias a serem implementadas nos dois países, porém observa-se que o sistema de vigilância foi fortalecido. “Em ambas formações socioespaciais, não se trata apenas do resultado de ações imediatas, mas também do trabalho acumulado por décadas na saúde pública e na consciência da população”. (ARROYO, ANTAS e CONTEL, 2020, p. 23).

Versando sobre o quadro de desigualdades, o Livro “Pandemias, crises e capitalismo” da autora Rosa Maria Marques *et al.* (2021), aponta dados relevantes da Rede Nossa São Paulo (RNSP), referente a junho de 2020. A mesma realizou o cruzamento de dados de número de óbitos por COVID-19 com as variáveis como: renda, trabalho informal e nível de pobreza. O primeiro cruzamento de dados foi relativo ao número de óbitos por COVID-19 com a renda média das famílias, e, obtiveram que em São Paulo:

[...] os distritos com menor renda registraram 2,7 vezes mais mortes do que os que concentram maior renda. Esses distritos são: Jardim São Luiz (renda familiar mensal de R\$ 983 e 256 mortes, com uma taxa de mortalidade de 97,9 por 100 mil habitantes), [...] Morumbi (R\$9.091 e 42 mortes, com taxa de 131) [...] (MARQUES *et al.*, 2020, p. 49).

Conforme Marques *et al.* (2020), a disparidade da taxa de mortalidade é visível revelando as desigualdades sociais do país, especialmente em relação a população de renda mais baixa que foi a mais suscetível à contaminação pelo vírus, para a qual os números de óbitos foram os mais expressivos. Os dados da RNSP, do final de agosto de 2020, apontam que o percentual de mortalidade por COVID-19 por 100 mil habitantes, nos distritos Água Rasa, Arthur Alvin, Belém e São Miguel Paulista. Estes foram os que possuíam as maiores taxas, e encontram-se localizados na zona leste da cidade de São Paulo, e concentra as rendas mais baixas. Nestas localidades registraram-se 206 óbitos por 100 mil habitantes. Ao contrário, nos distritos mais nobres, os autores asseveram que:

[...] (por possuírem maior proporção de domicílios com maior faixa de renda e por disporem de melhor infraestrutura urbana e de moradia), como Alto de Pinheiros, Itaim Bibi, Moema, Jardim Paulista, Perdizes, Pinheiros e Morumbi, apresentavam uma taxa de mortalidade média de 124 por 100 mil habitantes. (MARQUES *et al.*, 2020, p. 50).

Comparando as taxas dos distritos da Zona Norte ao da Zona Leste de São Paulo, foi possível perceber que na segunda, as taxas de óbitos por 100 mil habitantes foram superiores em relação aos distritos considerados mais nobres. Pesquisas nesse sentido, contribuem especialmente no que tange aos mapeamentos, pois por meio da análise dos mesmos se torna possível entender as relações entre saúde e espaço, “pois a saúde é um processo dinâmico, um presente estendido através do qual se manifesta o espaço”. (GUIMARÃES; PICKENHAYN; LIMA, 2014, p. 50).

A pesquisa de Marques *et al* (2020), centrou sua análise na distribuição espacial da COVID-19 para entender e compreender de forma integrada os resultados dos locais acima elencados. O mapeamento realizado, evidenciou as desigualdades sociais quando ao comparar os distritos mais nobres, com aqueles que concentravam rendas mais baixas. Com o resultado dos dados, os autores consideraram que mesmo retratando a realidade da cidade de São Paulo, os padrões podem ser associados a outras cidades brasileiras.

Diante do exposto, Morin (2021), reforça a importância da mudança de via, porque é necessário e urgente que as desigualdades sociais sejam reduzidas, que as pessoas sejam mais solidárias e responsáveis, e que pensemos em uma qualidade de vida não apenas material, mas, sobretudo, existencial, que nos tornemos solidários com o planeta, e não dominadores da natureza. É necessário, portanto, empreender mudanças nas práticas socioespaciais e nas relações de uso com o espaço público.

2.2 Mudanças das práticas socioespaciais urbanas na pandemia: um olhar interdisciplinar das funções dos espaços públicos

Nesta subseção abordar-se-á a questão do espaço urbano, com a intenção de compreender como foram as relações da população com o uso do espaço público durante a pandemia. Para tanto, voltamos-nos, primeiro, aos tipos de espaços intrínsecos a esse, trazendo conceituações que permitem compreender as diferenças de espaços que compõem a cidade, delimitando quais categorias de espaços públicos essa pesquisa se ocupa.

Os espaços públicos, suas múltiplas conceituações e possibilidades de uso, podem ser compreendidos a partir das relações da sociedade com as cidades, pois, de acordo com Calvacanti (2001), são lugares onde as pessoas concretizam a vida social,

[...] à medida que, mais do que abrigar a maior parte da população, ela produz um modo de vida que se generaliza. Em função de suas complexidades e de requerer enfoques multi e interdisciplinares, ela é objeto de preocupação de muitos profissionais, estudiosos e pessoas interessadas em contribuir para uma sociedade mais justa, mais solidária e respeitosa com o ambiente em que vive (CALVALCANTI, 2001, p. 11).

Para Gehl (2013), nossas cidades poderiam ser melhores se fossem pensadas para aqueles que as criam, ou seja, as pessoas. Isso porque, faltam investimentos na mobilidade, na segurança das áreas urbanas, e na valorização dos espaços públicos. A melhoria dessas questões contribuiria para a qualidade de vida que se apresenta na forma de apropriação e do uso do espaço público. O autor considera as ruas, as praças e os parques como espaços públicos essenciais ao bom ambiente urbano, os quais podem ser usufruídos de forma agradável, segura, sustentável e saudável, ressaltando a importância de resgatar a dimensão humana das cidades, que se materializa nas oportunidades de encontros de pessoas, espaços de vivência do cotidiano. Essa dimensão humana possibilita, deste modo, a criação de uma identidade desses lugares, devido ao vínculo que as pessoas estabelecem com os espaços da cidade

Quanto aos lugares, consideramos sua definição pela perspectiva de Ana Fani Alessandri Carlos (2004). Segundo a autora,

[...] o plano do lugar pode ser entendido como a base da reprodução da vida e espaço da constituição da identidade criada na relação entre os usos, pois é através do uso que o cidadão se relaciona com o lugar e com o outro, criando uma relação de alteridade, tecendo uma rede de relações que sustentam a vida, conferindo-lhe sentido (CARLOS, 2004, p. 50).

Nessa perspectiva, os lugares vão tomando sentido, tanto por meio das apropriações, quanto dos usos cotidianos dos habitantes e de suas relações com esses espaços. Para que essa relação entre homem e espaço se imbua de significados e contribua para as formações identitárias, é necessário que os lugares sejam utilizados constantemente pelos sujeitos.

De acordo com Bezerra e Cunha (2020), o espaço público apresenta-se como lugar para o encontro democrático e heterogêneo dos habitantes. Nesse espaço também é desenvolvido o sentimento de pertencimento à cidade, enquanto as relações entre cidadãos e ambiente urbano são estabelecidas. Contudo, Gehl (2013) aponta que, por décadas, o planejamento urbano tem tratado com baixa prioridade os espaços públicos, as áreas de pedestres e outros espaços de encontros dos moradores.

Em algumas situações, os espaços públicos são vistos como vazios urbanos, sem edificações, e erroneamente considerados como desprovidos de função. Entretanto,

apresentam-se como espaços de convivência dos cidadãos, e que devem ser valorizados, cuidados e planejados para suprir a necessária interação entre os sujeitos e esses locais. Segundo Alomá (2014), o espaço público deve ser entendido como o espaço de manifestação da liberdade pública, enquanto a cidade precisa ser vista como propriedade e domínio da administração pública. Para Sobarzo (2017), o espaço público é definido como uma propriedade e por suas múltiplas possibilidades de uso com relação à propriedade, define espaço público como aqueles espaço de domínio estatal.

Costa (2001), enfatiza que a cidade é uma categoria de análise complexa, uma vez que possui muitos sentidos e interpretações. Nos últimos anos, com a urbanização acelerada encontra-se nos planos urbanos das cidades, o debate sobre os conceitos de esfera pública e espaço público, com o objetivo de pensar uma cidade mais democrática (ABRAHÃO, 2008).

Essa busca por pensar os espaços urbanos nos remete a questão do parcelamento do solo urbano. Pois com a urbanização acelerada, muitas cidades estão em crescimento, mas sem um planejamento adequado. E é neste contexto que a Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei n.6.766/1979) foi criada:

[...] para suprir as necessidades de controle do uso, ocupação e parcelamento dos loteamentos, observa-se uma nova problemática originada justamente pela atribuição do rígido controle desses usos e ocupações por parte dos próprios municípios. Nesta vertente tem-se o artigo 22 da referida lei no qual institui que os espaços destinados à implementação de “vias e praças, os espaços livres e as áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos”, assim como as áreas do sistema de circulação, após o registro em cartório do loteamento, passam a integrar os bens de domínio público do município, tornando-se inalienáveis e imprescritíveis por natureza, por serem também regulados pelo regime jurídico administrativo. (Código Civil Brasileiro, art. 99, I e art. 100). Conta ainda que na Lei de Parcelamento que, todo loteamento urbano, para ser aprovado perante a Prefeitura, precisa reservar parte do imóvel, em percentual definido em lei municipal, para construção de praças, escolas, postos de saúde e outros equipamentos comunitários necessários ao atendimento dos futuros moradores daqueles empreendimentos, tendo-se assim as áreas definidas como de lazer e institucionais (LIMA *et all*, 2014, p. 136).

Diante do exposto, compreende-se que a gestão municipal deve pensar os espaços públicos a partir da Lei de Parcelamento do Solo Urbano. Essa gestão precisa partir do pressuposto que o espaço público representa, “o conjunto de diferentes usos da terra que se correlacionam entre si”, portanto, “se percebe o complexo sistema que engloba o contexto do conceito” (CARNEIRO; MESQUITA, 2000, p. 136), sendo esta questão importante pauta de debate entre o poder público e a sociedade.

Além disso, em complementariedade ao conceito de espaço público, Queiroga (2007, p. 85) assinala que “o espaço público é compreendido não apenas como suporte físico – sistema de objetos – onde se realizam as ações da esfera pública, mas como espaço da esfera pública – sistema de objetos e de ações da esfera pública”. Assim, em relação a estes espaços, o autor considera que:

[...] “espacialidade pública” não é apenas aquela de propriedade pública (os bens de uso comum do povo, ruas, praças, parques, os imóveis do poder público, escolas públicas, os postos de saúde, os terminais municipais, etc), mas todos os lugares nos momentos onde se realizarem ações da esfera pública. Podem ser públicos, neste sentido, espaços livres ou edificados, de propriedade pública ou privada, desde uma padaria paulistana, um boteco carioca, uma praia em Florianópolis, uma Igreja em Belém, um Terreiro em Salvador, um estádio particular de futebol em dia de “clássico” estadual, um CTG – Centro de Tradições Gaúchas – em Sorocaba ... (QUEIROGA, 2007, p. 85).

Conforme Puime (2014), existem dois tipos de espaços públicos: os livres, definidos pela circulação, como ruas e avenidas, nos quais a população tem o pleno direito de ir e vir; e os espaços de lazer e conservação, como as praças, praias e parques.

Além desses espaços públicos caracterizados, os autores Carneiro e Mesquita (2000) ampliam os ambientes, que, por sua configuração física ou pelos usos que lhe são atribuídos, também podem ser considerados espaços públicos. Por exemplo, os canteiros que estão presentes no ambiente urbano, os quais, primeiro, têm a função de dividir as faixas de trânsito de veículos, mas, ao mesmo tempo, são espaços que podem ser usados pela população como área de lazer ou de comércio.

Além dessas questões, ao tratarmos sobre espaço público, uma gama de outras conceituações são necessárias, tais como os espaços livres urbanos, definidos por Miranda Magnoli (1982, p. 138), como “todo espaço não ocupado por um volume edificado (espaço-solo, espaço-água, espaço-luz) ao redor das edificações e que as pessoas têm acesso”. São alguns exemplos de espaços livres os quintais, os jardins públicos ou privados, as ruas, os parques, os rios, os mangues e as praias urbanas.

Gomes (2006, p. 162) considera que “fisicamente, o espaço público é, antes de tudo, o lugar, praça, rua, shopping, praia, qualquer tipo de espaço, onde não haja obstáculos à possibilidade de acesso e participação de qualquer tipo de pessoa”. Para o autor, esta é uma regra que deve ser seguida, apesar das divergências dos grupos sociais que convivem sob o

mesmo espaço. Diante disso, essa acessibilidade deve estar sujeita apenas às normas que regulam as condutas nas áreas comuns.

Tais definições de espaços livres públicos também podem ser aplicadas a determinados espaços de convívio humano, como demonstrado por Carneiro e Mesquita (2000), que apontam as praças como espaços livres públicos, sendo usados com a função do convívio social. Normalmente possuem área equivalente a uma quadra, com cobertura vegetal, bancos, mobiliário lúdico e canteiros.

Alguns pátios também são considerados espaços livres públicos, como os de igrejas, museus, estádios, ou de outros elementos arquitetônicos que possuem esses locais, os quais podem ser destinados a atividades lúdicas temporárias. Os largos, por sua vez, são espaços livres públicos constituídos de equipamentos, geralmente comerciais, como o mercado público ou feiras periódicas. Devido a essa relação dialógica entre os sujeitos e os espaços pode-se considerar que, atualmente, os espaços públicos se tornaram necessários e de vital importância, agregando qualidade de vida e sociabilidade, além de contribuir para uma cidade mais democrática (CARNEIRO; MESQUITA, 2000).

Outro ponto relevante para compreensão dos espaços públicos se refere a noção dos espaços com restrição de acesso e circulação, tais como, edifícios públicos de instituições de ensino, universidades, bibliotecas, hospitais, prefeituras, fóruns, entre outros, que têm regras e horários próprios de funcionamento e acesso. Além disso, também há espaços privados, que podem ser abertos ao público, mas “são de propriedade privada (pessoas ou empresas), ou seja, casas, lojas comerciais, escolas particulares, *Shopping Centers*. Os responsáveis pela manutenção e preservação locais são os proprietários” (PUIME, 2014, p. 1). Nesses espaços,

[...] o acesso mediante o preenchimento de certas condições, tais como, pagamento de ingresso e/ou despesas pela utilização do local e/ou serviços. Assim, não se confunde lugar público com espaço acessível ao público (ou aberto ao público). Exemplificando, os *shopping centers* e bancos são estabelecimentos comerciais privados, acessíveis ao público em determinado horário (PUIME, 2014, p. 1).

Portanto, em relação aos espaços privados acessíveis ao público, estes possuem regras, como horários pré-determinados, geralmente com a proibição de animais dentro de seus ambientes, entre outras que inviabilizam, em alguns casos, o direito de ir e vir de parte da população (PUIME, 2014).

Ao contrário do espaço privado, Trevisan (2009, p. 6) ressalta que “o espaço público tem uma multiplicidade de sentidos para a sociedade em função da cultura, dos hábitos e dos costumes”, tornando-se um espaço multidimensional e multidisciplinar, principalmente porque,

Não se reduz àquele dos equipamentos coletivos, já que tem outro sentido enquanto possibilidade de apropriação múltipla funcionando como lugar de encontros/ desencontros. O público pode ser também o lugar da extensão do morar, onde as crianças podem brincar, os jovens namorar e todos podem se expor, conversar, reivindicar. Aqui, produz-se uma visibilidade que cria identidades, pela sensação de ‘pertencer’ ao grupo e ao lugar (TREVISAN, 2009, p. 6).

O espaço público é considerado, portanto, um espaço para a vida coletiva urbana, mesmo aqueles considerados vazios e os denominados abertos, “como: os becos, travessas, passeios públicos, bulevares, avenidas, praças, ruas comerciais, estacionamentos, parques, *playground*, pátios ferroviários, morros, vales, vias expressas, pontes” (TREVISAN, 2009, p. 6). Eles também fazem parte da interação humana de alguma forma.

Desse modo, como vimos, as diferentes e complementares definições do espaço público mostram que ele é “dicotômico, só tendo sentido a sua oposição com o privado, ou seja, a sua complementaridade tem de estar presente; não se tratando de dois âmbitos separados, mas unidos nas suas diferenças” (TREVISAN, 2009, p. 6). Os espaços públicos são essenciais para a relação do homem com as cidades e, por conseguinte, entre os indivíduos de uma determinada comunidade que fazem uso desses espaços.

Essa realidade foi modificada em razão da pandemia, uma vez que as medidas de proteção, que incluíam o fechamento dos centros e a reclusão das pessoas em suas casas, impossibilitou a dinâmica da vida urbana comum até então. Esse novo contexto torna necessário o levantamento de reflexões referentes ao uso dos denominados espaços públicos, considerando como ocorreu durante a pandemia, e como será no período pós pandêmico.

Com a evolução da pandemia, foi necessário, em um primeiro momento, privar os indivíduos do direito básico de usufruir dos espaços públicos, sendo está uma alternativa prudente e razoável, tendo em vista todas as incertezas e limitações impostas pela pandemia. A decisão se justificou por se tratar de uma questão de segurança e saúde pública, sendo o espaço público um lugar de grande potencialidade para a transmissão do vírus, o que exigia o distanciamento social. Portanto, as dinâmicas de uso desses espaços foram fortemente alteradas no período pandêmico (SILVA, 2022).

Desse modo, nos momentos de maior intensidade na disseminação do vírus, houve o esvaziamento dos espaços públicos, como medida sanitária adotada para a diminuição da velocidade de transmissão do vírus, demandando o ajuste das práticas espaciais da população para o atendimento às medidas protetivas. Silva destaca que “o acesso ao interior de estabelecimentos públicos ou privados passou a ser controlados com aparelhos de medida de temperatura e higiene das mãos com álcool 70 graus.” (SILVA, 2022, p. 139), o que também contribuiu para a restrição de uso dos espaços.

As áreas abertas, espaços verdes e públicos urbanos se tornaram relevantes para o bem-estar social, durante e no pós-pandemia. Examina-se a condição pandêmica como uma oportunidade para a tendência de valorização dos espaços públicos e as relações neles desenvolvidas.

Os espaços públicos ganharam um destaque especial com a pandemia da Covid-19. Precedidos por ficar dentro de casa, os espaços ao ar livre foram considerados como locais seguros para se estar e continuar a enfrentar a pandemia desde que vivenciado de maneira segura, com distanciamento e uso de máscaras de proteção individuais (BRITO, 2021, p. 38).

Porém, se torna necessário refletir como se estruturam os espaços de convivência na sociedade, pois os mesmos, não são blocos homogêneos de lugares uniformes, afirma a autora Carlos (2021), e com a pandemia inúmeras fragilidades relacionadas à acessibilidade e distribuição desses na cidade, foram evidenciadas. Vale ressaltar que partir do princípio da sociedade de classes, há um conflito existente entre os espaços com mais infraestruturas em bairros de classes mais abastadas, e os espaços públicos com pouca infraestrutura, em bairros periféricos.

Mediante a complexidade do espaço urbano é inevitável que ocorram inúmeras diferenças sociais, e que estas se materializam, tanto na construção das habitações, quanto em relação a distribuição espacial, e, conforme o poder aquisitivo. Estes refletem espaços segregadores, pois camuflam o acesso, a liberdade de circulação e a igualdade. A autora Carlos (2021), afirma que o espaço urbano reflete as desigualdades sociais, bem como as organizações espaciais determinadas pelas relações de poder embutidas nestes. Relações estas que podem ser políticas, sociais e econômicas, e são comandadas pelo capitalismo.

Conforme Ribeiro (2020), a segregação espacial define-se como:

[...] o termo segregação espacial é uma categoria de análise que contém sempre duas dimensões: conceitual, relacionada com os princípios teóricos

adotados para explicar a organização social; prática, relacionada com as concepções normativas da sociedade. Podemos identificar duas concepções: segregação como diferença de localização de um grupo em relação aos grupos e segregação como chances desiguais de acesso aos bens materiais e simbólicos materializados na cidade (RIBEIRO, 2020, p. 94).

Em poucos meses, a expansão geográfica da pandemia, indicou a sua velocidade de ação e a dimensão do seu impacto na sociedade em diversas escalas, e em correlação direta com a segregação socioespacial urbana, afetando a população de diferentes formas. O autor Bosco (2020), faz uma relação entre a pandemia e a reconfiguração de fronteiras sociais, culturais e políticas, enfatizando que as relações sociais se organizam no espaço, ou seja, em parques, tipos de moradia, infraestruturas de transporte e tráfego de veículos, criando assim, o espaço social. É importante observar como os atores sociais agem sobre este espaço social, como desenvolvem a socialização, favorecendo ou prejudicando a integração social.

As fronteiras sociais podem ser o endereço onde a pessoa mora e trabalha, nos lugares por onde circula, explica Bosco (2020), e ainda vínculos interpessoais, gostos e estilos de vida. O corpo também pode ser considerado uma fronteira social, pois é pelo corpo que ocorre a individualização, a construção do senso de identidade, e como aprendemos a interagir com os outros.

A relação entre corpo e fronteira social, com a pandemia foi alterada. Bosco (2020) salienta que o confinamento, o uso das máscaras para se proteger do vírus e o distanciamento social foram medidas de segurança para a prevenção de contágio, “forçam um movimento abrupto de desincorporação da relação entre corpo e fronteira social e uma reintegração sob novas bases”. (BOSCO, 2020, p. 200).

A autora Ana Fani descreve a “revolução” no cotidiano invadido pela pandemia, ela analisou que “O *home office* subverteu a lógica e o uso do espaço privado da família, que se torna um espaço produtivo do capital subordinando o tempo familiar. Deste modo, impõe-se novas regras de convívio através de sérias imposições ao uso do tempo e dos espaços privados”. (CARLOS, 2020, p. 12).

Conforme Bosco (2020), a experiência da vivência do confinamento fez alterar o tempo e o espaço, os dias da semana mudaram, a noção de tempo foi ampliada. No novo cenário vivenciado, houve mudanças nas formas de realizar determinadas tarefas que antes tinham momentos e lugares pré-definidos. Com a pandemia, muitas tarefas cotidianas passaram a ser realizadas em casa, como o estudo e o trabalho, visitas a familiares, e encontros com os amigos foram desaconselhados, a rotina se tornou um ciclo fechado na própria residência da pessoa.

As mudanças acarretadas em razão da mobilidade reduzida foram sentidas também no ambiente familiar, em razão do isolamento social. A liberdade de transitar livremente foi limitada pelo risco de contágio e a recomendação de distanciamento de um metro e meio entre as pessoas estabeleceu novas fronteiras, inclusive em relações interpessoais mais próximas. Bosco (2020), analisa em seu livro, que as relações sociais, ou seja, a vida social se tornou uma ameaça, dado ao medo do contágio.

A autora Ana Fani (2004), diz que a prática socioespacial corresponde ao modo pelo qual se realiza a vida na cidade, enquanto formas e momentos de apropriação. Os autores Ferreira, Rua e Lencioni (2022), apontam que ao mesmo tempo que a pandemia se expressa como uma crise sanitária, também pode ser considerada estrutural e socioecológica, inerente ao capitalismo, por desencadear efeitos socioeconômicos negativos.

Conforme ressalta Boaventura de Sousa Santos (2021, p. 171), “a pandemia do novo coronavírus criou uma situação complexa no que diz respeito ao conhecimento e, nomeadamente, no que diz respeito ao conhecimento científico”. Para Santos (2021, p. 171), “a crise gerada pela Covid-19 revelou duas condições que nos vão acompanhar por muito tempo. Por um lado, as potencialidades e os limites, da ciência moderna, por outro, a pluralidade de saberes sobre a saúde e suas epistemologias existentes no mundo”.

A crise gerada pela Pandemia afetou diretamente a relação das práticas sociais e a circulação de pessoas no nível global, pois, conforme aponta Jacobi (2020), atingiu toda sociedade mundial, pois cabe lembrar que o turismo foi uns dos grandes disseminadores de contaminação já no início da pandemia, afetando os voos aéreos ou navegação em cruzeiros marítimos.

Nesse mesmo viés, os autores Rua e Ferreira (2022), esclarecem que a COVID-19 chegou ao Brasil por meio do grupo social de alta e média-alta renda, na cidade do Rio de Janeiro, especialmente nos bairros nobres, trazido por passageiros de voos aéreos e marítimos internacionais ou nacionais. Também segundo os autores, “o contágio no Rio de Janeiro seguiu o mesmo perfil das tendências observadas nas grandes metrópoles do mundo. A dinâmica de contágio é essencialmente urbana e se dá a partir da intensa circulação e tráfego aéreo entre as grandes cidades do mundo”. (RUA, FERREIRA, 2022, p. 10).

Em meados do mês de junho, julho e agosto do ano de 2020, e janeiro, fevereiro e março de 2021 confirmaram-se tanto o maior número de casos, bem como de óbitos no Brasil. (MINISTERIO DA SAÚDE). Como medida para frear a contaminação, houve a exigência do Certificado de Vacinação nos aeroportos, pois os mesmos permaneceram por alguns períodos fechados em razão do alto nível de contaminação em várias partes do mundo. Destarte, todos

os serviços agregados foram prejudicados, causando impacto econômico no turismo, dentre outros setores, conforme esclarece Silva (2022), pois houve a:

[...] exigência do passaporte da vacinação ou Certificado Nacional de Vacinação, documento que comprova a vacinação completa do cidadão contra a COVID-19. Quanto aos viajantes que chegam ao Brasil, apesar de não existir uma normativa internacional publicada, alguns países estão aceitando o Certificado Nacional de Vacinação contra a COVID-19 como comprovante (SILVA, 2022, p. 133-134).

Para Silva (2022), outras medidas necessárias adotadas foram em relação a obrigatoriedade “do uso de máscaras, o estímulo à lavagem frequente das mãos e ao uso do álcool 70 graus líquido ou em gel, que oferecia certa segurança necessária para deslocamentos ou convivência de grupos nas ruas ou em locais fechados”. (SILVA, 2022, p. 134).

Essas medidas tomaram maior vulto quando da necessidade de distinção, entre os que podiam ficar em casa, e, sob quais condições, daqueles que, pela natureza do tipo de ocupação, são obrigados a se deslocarem da casa para o trabalho e vice-versa. Nos períodos acentuados de disseminação e contágio, [...], foram adotadas medidas extremas, como o *lockdown* (SILVA 2022, p. 134).

Enfatizando a ideia de Silva (2022) Houvèssou, Souza e Silveira (2020, p. 4) definem que “o *lockdown* pode ser classificado em confinamento total ou parcial”. O confinamento total é definido como “suspensão total das atividades não essenciais com restrição de circulação de pessoas”, podendo continuar em funcionamento os serviços essenciais como, saúde e abastecimento. “No *lockdown* parcial, alguns serviços não essenciais podem funcionar, sob rigorosas medidas de segurança” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020, *online*).

O vírus seguiu um caminho que se iniciou nos bairros de classe alta e média - alta, em direção aos bairros periféricos, sendo que a população presente nestes últimos não teve o privilégio de se adaptarem o trabalho para o *home-office* mantendo o isolamento social, como os primeiros, ou seja, a classe detentora de poder aquisitivo mais elevado. Como destacado por Silva (2022, p. 140-141), “essa adaptação nem sempre foi possível e as condições de precariedade de milhões de famílias marcaram a exclusão e segregação espacial, característica da realidade brasileira”. Ainda conforme o autor, o Brasil é um país com grande extensão territorial, no entanto, apresenta desigualdades socioeconômicas marcantes, desigualdades estas, salientadas pelo quadro pandêmico.

Pouco espaço e muita gente nas habitações, o equipamento possível para uma grande maioria era o telefone celular. Além do problema do acesso as redes digitais, deve ser considerada a qualidade do sinal. A maioria dos adultos inseridas nesse contexto da população caracterizada pelos baixos salários ou pelo subemprego ou desemprego tinha que sair diariamente, se expondo ao contágio e, muitas vezes, trazendo o vírus para o interior de suas casas. O pobre, mais uma vez, é a vítima preferencial (SILVA, 2022, p. 141).

Para a autora Carlos (2022, p. 15), “a pandemia tem pontuado e invadido as investigações dos últimos dois anos porque se apresenta como um grave problema para a sociedade. [...]” a autora salienta que a crise urbana foi mais evidente em tempos de pandemia “[...] essa situação do espaço urbano atinge diferencialmente a sociedade nos espaços-tempos da vida, iluminando a contradição centro-periferia. Para a autora “o cotidiano é invadido por muitas carências”. (CARLOS, 2022, p. 21).

Associado ao exposto, Morin (2021) discute também a transformação do cotidiano com o isolamento social, pois este atingiu diretamente o campo das profissões, especialmente das entregas a *delivre*, tanto de produtos alimentícios, quanto de comércio varejista (vestimentas, eletrônicos e até mesmo eletrodomésticos). Citam-se também alguns serviços essenciais que não pararam na pandemia, como dos coletores de lixo, caminhoneiros e os de natureza médico-hospitalares.

Ainda buscando compreender as mudanças socioespaciais os autores Rua e Ferreira (2022, p. 12), apontam que,

Em tempos de pandemia, evidenciam-se as clivagens sociais que marcam a sociedade brasileira e que aparecem mais demarcadas atualmente o tele-ensino, o *homeoffice*, os cultos *online*, as diferentes formas de *delivery* e o próprio sentido da diversão, do lazer e dos contatos científicos ganham novos significados expressos em espacialidades e territorialidades bastantes distintas daquelas que vigoravam antes da pandemia. Reforçam-se, assim, relações menos definidas atualmente, nas quais tanto o espaço e o território nelas produzidos e vivenciados quanto os sujeitos sociais que (re)produzem tal espaço evidenciam uma crescente complexidade social (RUA; FERREIRA 2022, p. 12-13).

Também destaca a globalização, que sem dúvida sofreu algum tipo de transformação, seja na dinâmica do trabalho, seja na educação. Cabe nos tempos atuais a sociedade a nível mundial, entender que o risco cria um público afetado pela globalização, e este, por sua vez, cria o risco global, como é o caso da COVID-19.

Portanto, temos que levar em conta os efeitos colaterais e observar que estes convergem para mudanças na lógica que condiciona o *modus operandi* da

produção e começa a alterar de modo constante e crescente a ordem da sociedade, promovendo novas formas de articulação e de poder, como nos temas que têm sido enfatizados em matérias jornalísticas e publicações acadêmicas, como desigualdade, insegurança, mas também novas formas de cooperação, certezas e solidariedade através das fronteiras (JACOBI, 2020, p. 219).

Segundo Jacobi (2020), as políticas públicas urgem na sociedade, visando reduzir os impactos da pandemia nos grupos mais vulneráveis da população, procurando diminuir a desigualdade deixada pela pandemia, em suas múltiplas dimensões da vida humana e diferentes áreas/setores.

Versando sobre insegurança nos momentos mais críticos da pandemia, a autora Veridiana Zurita (2020), faz uma análise sobre os serviços considerados essenciais que não puderam parar seus trabalhos, assim como outros grupos que não puderam trabalhar no modelo de *home-office*.

Aqui estamos, vivendo o abismo aonde o consumismo globalizado nos levou. Aqui estamos, nesse redemoinho pandêmico, uns seduzidos pela promessa de um ilimitado espaço doméstico, enquanto outros são excluídos dos cuidados emergenciais, como o isolamento social, para continuarem trabalhando nos serviços considerados “essenciais”, já que a máquina-capital não pode parar (ZURITA, 2020, p. 229).

Nos meses com maior taxa de contaminação, ficar em casa, embora necessário, foi um privilégio da “classe da quarentena”, assim como afirma Zurita (2020). Então se para um grupo de trabalhadores aquele ambiente é de risco, a autora faz uma dura crítica sobre porque para o outro grupo que trabalha, não é, se cria desse modo por um lado, um sujeito imune ao vírus e protegido em nome do capitalismo que não pode parar. O fato demonstra a desigualdade estrutural que há no país.

A intensidade e a violência com a qual a pandemia se proliferou, reforçou e aprofundou crises já existentes na sociedade em torno da política, educação, ecologia, economia e na área social, especialmente nos países emergentes. Nesse sentido, Morin descreve: “O futuro imprevisível está em gestação hoje. Tomara que seja para a regeneração da política, para a proteção do planeta e para a humanização da sociedade: está na hora de mudar de Via”. (MORIN, 2021, p. 22).

Em se tratando do viés econômico, para a autora Silvana Maria Pintaudi (2020), a pandemia ocasionou grandes problemas à saúde, e para a economia de todos os países afetados gerando impacto na sua expectativa de crescimento. Pintaudi (2020), destaca que o Brasil já

estava sofrendo com problemas de crise econômica mesmo antes de o vírus chegar ao país, e as políticas públicas que poderiam diminuir as diferenças sociais durante a pandemia, não foram suficientes, e desse modo, aumentou a desigualdade social no país.

Conforme Santana (2020), o Brasil vem passando por três graves problemas, sendo eles, a pandemia, a economia e a questão governamental.

Os governos lidam com famílias e empresas considerando os mercados de bens, serviços e fatores. Todos estão articulados, mas isso fez o país se dividir entre os em casa e os no trabalho, ambos com medo. O avanço do coronavírus preocupa as famílias quanto à sobrevivência e os mercados quanto ao faturamento (SANTANA, 2020, p. 82).

Sabendo-se que as cidades dependem do comércio varejista, e em tempos de crise, aqueles que conseguiram se “reinventar” continuaram funcionando, pois buscaram novas formas de comercializar pela utilização do comércio *on-line*, aderiram a promoções, reduziram o número de funcionários, bem como outras medidas para suportar a crise econômica do país. (PINTAUDI, 2020).

Segundo Morin (2021), algumas redes de supermercados buscaram novas formas de comercializar os produtos, dentre o qual se destaca o *delivery*. Essas grandes redes obtiveram altos lucros, especialmente em tempos de isolamento social com a classe de maior poder aquisitivo, pois as pessoas passando mais tempo em casa, conseqüentemente aumentaram o consumo de produtos alimentícios. Por outro lado, a maior parte da população brasileira que recebeu um salário inferior teve que reduzir o consumo de compras com produtos supérfluos, porque os alimentos que compõe a cesta básica se tornaram ainda mais essencial em tempos de pandemia.

Nossa civilização nos incita a levar uma vida extrovertida, voltada para fora, para o exterior, transporte, trabalho, *happy hour*, restaurantes, encontros, viagens. Paramos diante de vitrines: uns de butiques, outros de lojas de produtos alimentícios, circulando fascinados por *shoppings* e imensos supermercados, atraídos por campanhas de descontos, seduzidos por uma roupa, guloseimas ou um aparelho qualquer (MORIN, 2021, p. 27).

O autor faz uma reflexão sobre como muita coisa supérflua nos parecia necessária antes da pandemia, pois vivemos em uma civilização que nos impulsiona ao consumo indiscriminado.

A autora Ximenes (2020), considera que o comportamento das pessoas irá mudar ao utilizar os espaços confinados, como *Shoppings*, museus, galerias, entre outros necessitando de

mais segurança quanto a aglomerações. E as pessoas iram buscar mais espaços públicos ao ar livre:

[...] com o efeito da pandemia, o comportamento das pessoas irá se transformar, e os cuidados com a saúde e o bem-estar de verão se intensificar, surgindo novas tendências no uso e na escolha de espaços de convivência, podendo optar por espaços públicos ao ar livre, como praças, parques e áreas verdes [...] (XIMENES, 2020, p. 5).

Pesquisadores do Programa Cidade Globais, do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, levantaram a percepção da população brasileira sobre seu cotidiano, comportamento e hábitos, sendo que 1.956 pessoas participaram em maio de 2020, quando ainda estavam em isolamento social, “ [...] indica-se que o contato com as pessoas e com a natureza são os fatores que mais têm feito falta durante o isolamento social, com 86% das pessoas indicando a falta de estarem junto às áreas verdes.” (XIMENES *et al.*, 2020, p. 6).

Outra mudança com a propagação da COVID-19 foi em relação à utilização de aplicativos para o comércio *on-line*, tanto pela rede mundial de computadores, e especialmente por meio dos *smartphones*, incluindo desde alimentos em supermercados, a eletrônicos, vestimentas, e tantos outros produtos. A entrega desses diversos produtos, geraram mão de obra essencial, principalmente para poder atender aqueles que estavam em *home office*, ou cumprindo isolamento social – os chamados entregadores de aplicativos – os *motoboys*. Isso fez crescer a precarização desse tipo de trabalho, haja vista os mesmos não terem vínculo empregatício com as empresas. No entanto, muitas pessoas desempregadas encontraram nesse ramo uma nova fonte de renda para sobreviver.

Camila Salles de Faria (2020), também aponta que outro emprego precário que aumentou consideravelmente com a crise econômica, e que mesmo antes da pandemia já apresentava níveis acentuados de crescimento, foi o de ambulantes. O ambulante é o sujeito social que faz parte da taxa estimada de informalidade-desocupação, compreendida como subemprego, desemprego ou qualquer outra forma de sobrevivência. Esta atividade é naturalmente urbana, e necessita de concentração e circulação de pessoas, em sua maioria são realizadas em praças, ou eventos como, *shows*, jogos de futebol, que fazem com que os ambulantes se dirijam para lá em busca de consumidores. Esses trabalhadores ultrapassam as horas de trabalho diárias, tornado o ambiente de trabalho indigno com aglomeração de pessoas, e ausência de proteção contra a COVID-19.

Versando também sobre trabalhadores ambulantes que trabalham nos espaços públicos como nas ruas, Santos (2021) aponta que:

Trabalhadores de rua são um grupo específico de trabalhadores informais precários. Os ambulantes, para quem o “negócio”, isto é, a subsistência, depende exclusivamente da rua, de quem nela passa e da decisão de quem passa, sempre imprevisível para o vendedor, de parar e comprar alguma coisa. Há muito tempo que os vendedores vivem em quarentena, nas ruas, mas nas ruas com gente (SANTOS 2021, p. 110).

O autor Marques (2021), aponta que em muitos países foram implementados planos de transferência de renda para garantir a segurança alimentar. No Brasil no ano de 2020, houve a criação e a ampliação de programas de transferência de renda para a população em situação de pobreza e extrema pobreza. Essa foi a forma que o Brasil encontrou para mitigar a ausência de renda para os profissionais informais que não tem direito ao seguro-desemprego.

Diante do exposto, compreende-se que as medidas reguladoras e de isolamento, implementadas durante a pandemia, alteraram sobremaneira as relações da população com os múltiplos tipos de espaços, entre eles os públicos, bem como afetaram e promoveram mudanças significativas nas práticas socioespaciais. Sendo este um dos objetos de análise na pesquisa.

2.3 O uso do espaço público na pandemia: restrições, orientações e vacinação

O espaço público molda a imagem da cidade, e sua apropriação por parte da população, o transforma em um lugar de convivência, como afirma Queiroga (2007):

Os espaços livres urbanos formam um sistema, apresentando, sobretudo, relações de conectividade, complementaridade e hierarquia. Entre seus múltiplos papéis, por vezes sobrepostos, estão a circulação, a drenagem, atividades do ócio, convívio público, marcos referenciais, memória, conforto e conservação ambiental, etc. (QUEIROGA, 2007, p. 86).

Versando sobre a importância dos espaços públicos urbanos durante a pandemia da COVID-19, a autora Ximenes (2020) enfatiza como esses espaços são importantes e devem ser reorganizados de forma a valorizar as áreas verdes na cidade. A vida urbana pós-pandemia precisou ser repensada, pois os impactos da pandemia no comportamento e no cotidiano das pessoas foi considerável. Assim,

[...] pesquisas sobre percepção, comportamentos sociais no campo das emoções podem colaborar nas diretrizes a serem elaboradas pelos gestores com o objetivo de orientar os dispositivos adequados para reabertura ou adaptações de uso de áreas públicas, ou privadas de uso público, que venham

a estimular de forma segura a retomada das atividades (XIMENES *et al.*, 2020, p. 7).

Nos estágios iniciais da pandemia da COVID-19, as aglomerações de pessoas se tornaram o principal cenário de proliferação do vírus. Estados e Municípios criaram medidas de contenção do agravamento da pandemia, as cidades suspenderam as aulas e eventos, e houve o fechamento do comércio não essencial. A atenção dos gestores públicos, no debate acerca das melhores formas de prevenção, volta-se também para as estratégias que se apliquem aos espaços públicos e privados. (NECA, *et al.*, 2020).

É preciso, portanto, considerar atitudes responsáveis para a apropriação dos espaços públicos das cidades, pois estes contribuem para a renovação do bem-estar social. O tempo de lazer pode contribuir para o cuidado do corpo e da mente, possibilitando, assim, o exercício da cidadania. Por isso, mesmo passando os períodos mais críticos da pandemia, e com a total liberação do uso dos espaços públicos ou privados, foi necessário manter o debate sobre medidas de proteção individual e coletiva para que se possa voltar a usufruir das experiências de lazer nos espaços públicos. Como afirma Neca (2020),

[...] nesse cenário, torna-se essencial uma estratégia massiva de orientação para apropriação do espaço público em tempos de pandemia da Covid-19. Tal como foi executada com a campanha “Fique Em Casa!”, seria preciso também uma campanha “Ocupe, com cuidado, os espaços públicos ao ar livre” (NECA, *et al.*, 2020, p. 474).

O autor faz uma análise sobre como o poder público precisa disseminar informações referentes à apropriação segura dos espaços públicos de lazer, pensando em mudanças e novas formas de uso desses espaços no pós-pandemia, visando também possíveis ações que poderiam ser adotadas pelo Estado e pela Sociedade Civil.

As áreas verdes e os espaços públicos durante a pandemia, contribuíram para uma boa qualidade da saúde mental, pois as pessoas vivenciaram diversas experiências lúdicas no tempo de lazer, observando a paisagem ou respirando ar fresco (FREEMAN; EYKELBOSH, 2020). Assim, com responsabilidade individual e coletiva, vivenciou-se o lazer nos espaços públicos abertos das cidades com os cuidados necessários, adotando as devidas medidas protetivas, e contribuindo para diminuir o estresse do cotidiano para gerar bem-estar social e aumentar a saúde física e mental da população. Para Ximenes (2020, p. 7) “estar perto das pessoas e em contato com a natureza são os aspectos que mais fazem falta”, reflexão esta destacada para o período de exigência do isolamento social.

A ação de vivenciar o lazer nos espaços públicos abertos das cidades está ligada à necessidade de sair do espaço doméstico, as quais a população ficou submetida com o isolamento social, e incentivar as pessoas a continuar suas práticas sociais familiares, tomando posse de um tempo livre em espaços públicos com segurança. Na fase inicial da pandemia, Neca *et al.* (2020), assinalou a importância da população em buscar menos os espaços de lazer com fins comerciais, ou reduzir o tempo de exposição nesses ambientes, especialmente o contato físico, ajudando no controle da propagação do vírus.

Ao tempo em que o mercado se torna o lugar comum das práticas de lazer e ao tempo também em que a indústria cultural globalizada – particularmente, a grande indústria do lazer – se encarrega de dizer qual é o bom e o melhor lazer, fica parecendo que nada mais é possível fora do “mercolazer”, que não há alternativas que valham a pena considerar (MASCARANHA, 2005, p. 157).

As pessoas não podem passar a acreditar que espaços privados são mais seguros que os públicos. Contudo, esses locais geram aglomeração de pessoas e estão propensos ao contágio do vírus da COVID-19, por exemplo, em restaurantes e bares. Esses espaços são denominados por Mascaranha (2005) de mercolazer:

A expressão categorial “mercolazer” procura traduzir tanto a dinâmica tendencial de mercantilização do lazer em sua manifestação mais imediata, quando assume a forma de uma mercadoria propriamente dita [...] (MASCARANHA, 2005, p. 156).

Para Gehl (2013), os espaços públicos, como praças e parques, estão cada vez mais esquecidos nos planejamentos urbanos, e, devido à pandemia, segundo a autora Ximenes (2020), temos a oportunidade de fortalecer a vida urbana e promover a descentralização e equidade das áreas verdes e espaços públicos. Uma ação que poderia ser estendida para as periferias, proporcionando a devida integração dessas áreas com os locais de moradia da população e diminuindo a segregação espacial.

Os autores Sathler e Leiva (2022, p. 24), apontam que “cidades desiguais que exibem extensas periferias pobres enfrentam grandes desafios no combate à disseminação da Covid-19.” Além disso, “a cidade deve estar no centro do debate ao investigar a disseminação da Covid-19. [...] dinâmicas intraurbanas, como forma urbana, densidade, infraestrutura e padrões de deslocamento [...]”.

Nos momentos de grandes crises da pandemia, todos os espaços em que circulam um número significativo de pessoas representavam riscos à população. Os Estados e Municípios

elaboraram, então, protocolos de medidas protetivas seguindo as orientações da OMS para que os bares e restaurantes cumprissem e exercessem suas funções com segurança, reduzindo o risco de contágio e a propagação do vírus.

Assim, o poder público adotou medidas de proteção para o uso de áreas abertas dos espaços públicos de lazer ao ar livre, ações estas de fundamental importância, conforme afirmam Neca *et al.* (2020). Com informações baseadas em orientações precisas em estudos científicos atualizados constantemente, a partir da avaliação de risco no espaço, a população pode ter de volta sua mobilidade em espaços públicos seguros, evitando o risco de contágio durante o lazer.

Ao analisar o processo de desenvolvimento de medidas protetivas em parques, a autora Rosiéle Melgarejo da Silva (2020) observou, na cidade de Porto Alegre as estratégias usadas nos espaços públicos durante o momento pandêmico. Para evitar aglomerações, foi usada como referência a estratégia desenvolvida pelo *Domino Park*, situado na cidade de Nova York, demarcando círculos pintados no gramado com cal, com cinco metros de diâmetro cada. Desse modo, foram demarcados vinte e quatro círculos próximo ao lago da praça, buscando preservar o distanciamento social dos frequentadores do Parque.

Neste processo, Silva (2020) aponta que a utilização da estratégia no Parque Germânia da cidade de Porto Alegre foi feita sem refletir sobre a real demanda local, utilizando planos urbanísticos eurocêntricos, de países com contextos políticos, econômicos e sociais muito diferentes do nosso. A perspectiva da autora, mostra a necessidade de se avaliar as ações a partir das particularidades de cada região, e dentro das cidades, as diferenças entre os distintos espaços, pois “se voltarmos nosso olhar para bairros mais pobres da cidade, por um lado se observa espaços públicos fora do circuito de investimentos e por outro lado, dinâmicos durante a pandemia, com papel de fortalecer redes comunitárias.” (SILVA 2020, p. 141).

Tendo isso em vista, Silva (2020) argumenta que, ao fazer um recorte de classes, ficam evidentes as desiguais articulações de cada lugar em que os espaços públicos se inserem, porquanto, uma grande parcela da sociedade sequer vai ter a experiência de espaços públicos diferenciados para este momento de pandemia.

Da mesma forma, com base nas estratégias desenvolvidas pela Prefeitura Municipal de Londres, Neca *et al.* (2020) acredita que a orientação é a melhor forma de estratégia, uma vez que as pessoas possam fazer uma avaliação autônoma e responsável sobre o espaço ser ou não seguro. Nesse sentido, observando a quantidade de pessoas naquele espaço, e havendo aglomeração, é preciso ter consciência para evitar esses ambientes, mantendo sempre o distanciamento entre outras pessoas. Nesse processo, são essenciais a autopercepção,

autoconhecimento, a troca de experiências e saberes, aumentando as oportunidades de lazer ao ar livre.

O **Quadro 1** apresenta como o Estado, e a Sociedade Civil, podem contribuir com medidas para reduzir os riscos de transmissão do vírus, nos espaços públicos, em tempos de pandemia. O modelo foi adaptado a partir dos estudos de Freeman e Eykelbosh, em *Ficar em casa ou ocupar os espaços de lazer ao ar livre* (2020).

Quadro 1 – Medidas a serem tomadas: Poder Público e Sociedade Civil

O Poder Público	A Sociedade Civil
Elevar ao máximo o distanciamento e tornar mínimo as interações físicas	Ao sair de casa levar consigo os equipamentos de proteção individual e suprimento extra
Isolar equipamentos de usos compartilhados	Ao frequentar espaços público, demarcá-lo para estabelecer os espaços individuais e do núcleo familiar
Higienizar superfícies com frequência	Higienizar as mãos com álcool gel
Proporcionar ambientes com torneira e sabão ou álcool para higienização das mãos e dos locais	Ao sair, escolher locais próximos da residência, ou quando necessário os distantes, evitar a superlotação nos ônibus
Nos banheiros públicos, proporcionar melhor ventilação e higienização com maior frequência	Ao utilizar transporte coletivo, sempre que possível, escolher fora de horários de pico e evitar ônibus lotados
Evitar atividades que envolvam contato físico e de objetos.	Abrir todas as janelas dos ônibus para se ter melhor ventilação
Disponibilizar lixeiras para descarte de máscaras	Sempre utilizar os equipamentos de proteção individuais, e manter distanciamento
Oferecer agenda para poder organizar os acessos aos grandes espaços públicos para assim não ter aglomerações	Planejar as saídas para reduzir, durante sua locomoção, o risco de contato em locais com aglomeração
Aumentar o espaço disponível para interações nas ruas, áreas verdes	Evitar de tocar os olhos, nariz e boca antes de higienizar as mãos
Realizar atualizações on-line sobre agendas, indicando quais estão com capacidade máxima permitida aos grandes espaços públicos	Sempre verificar se banheiros públicos estão bem higienizados antes de usá-los
Oferecer mais acesso da vizinhança aos parques mais próximos	Evitar pontos turísticos que proporcionem aglomeração de pessoas em espaços pequenos
	Aumentar a distância entre outros usuários durante a circulação e também nos ambientes
	Mudar as formas de interações sociais próximas, por exemplo aperto de mão tornar-se por gestos distantes
	Não realizar troca de materiais em qualquer atividade ou prática social

Fonte: Freeman e Eykelbosh (2020), adaptado pela autora.

O poder público e a sociedade civil, ao tomar tais medidas protetivas, buscaram a redução do risco de contágio para toda a sociedade, utilizando as estratégias supracitadas. Para Ximenes (2020) há uma grande necessidade de repensar novos planejamentos para os diferentes espaços públicos das cidades, e assim sensibilizar a população sobre como usar os espaços públicos ao ar livre das cidades. Tomando tais medidas protetivas e vacinando-se contra

COVID-19, a população irá se sentir mais segura, e usufruir o tempo de lazer em outros ambientes.

Em relação à vacinação, o Brasil é mundialmente reconhecido por contar com o Programa Nacional de Imunizações (PNI), que tem a capacidade de atender a um país com dimensões continentais, e de grande diversidade socioeconômica. O PNI é um dos programas do Sistema Único de Saúde (SUS), e tem um calendário vasto de vacinas que visam imunizar a população contra inúmeras doenças. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2022).

Para reduzir o número de casos da COVID-19, a imunização foi a principal estratégia reconhecidamente efetiva, Estados Unidos, e alguns países europeus em 2020, receberam autorização para as primeiras vacinas de uso emergencial para COVID-19. Dessa forma, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorizou no Brasil, o uso emergencial em janeiro de 2021, e o imunizante começou a ser aplicado em fevereiro do mesmo ano. O Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a COVID-19 definiu, a princípio, como grupos prioritários: preexistência de comorbidades, *Síndrome de Down*, idade superior a 60 anos e indivíduos imunossuprimidos, considerando o risco de agravamento e óbito dessa parte da população. Além disso, profissionais da saúde que trabalharam na linha de frente no combate a COVID-19 foram um dos primeiros grupos a receber as primeiras doses da vacina. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2022).

Segundo Galhardi *et al.* (2022), o Brasil sofreu muito com a divulgação de notícias falsas, e provocando resistências das populações sobre a eficácia e a segurança do imunizante, ocasionando uma baixa adesão. As *fake News* (notícias falsas) contribuíram para a desinformação, gerando uma grande propagação de informações de qualquer procedência, falsas, inventadas ou manipuladas muitas em redes sociais provocando uma rápida disseminação de seu conteúdo, com o objetivo de não passar a verdade, desmoralizando as vacinas contra a COVID-19, e manipulando a opinião pública, afetando negativamente o processo de vacinação.

Essa disseminação de desinformação foi uma grande ameaça à saúde pública. Nesse âmbito, foi preciso aumentar as divulgações em sites de confiança buscando esclarecer a eficácia das vacinas, principalmente para a população que desacreditava.

Segundo Serpa (2021), com o início da vacinação em janeiro de 2021, na cidade do Rio de Janeiro, as praias e locais abertos de lazer público da cidade foram reabertas, os agentes de saúde da prefeitura ficavam de plantão para passar as orientações, quanto ao uso de máscara, álcool e distanciamento social.

Seguindo ainda o exemplo da cidade do Rio de Janeiro foram realizados eventos testes de jogos de futebol, no estádio do Maracanã, sendo esses jogos, com liberação progressiva da capacidade de público, os quais foram necessários também a comprovação da vacinação, e tomadas medidas de cumprimento do protocolo sanitário, como o distanciamento social, e uso de máscara de proteção. E, em outros estádios brasileiros, também tivemos eventos testes de jogos de futebol, seguindo as mesmas orientações, e comprovação da vacinação.

Segundo o superintendente de Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Márcio Garcia, desde a notícia da exigência da comprovação da vacinação teve-se um aumento na procura de pessoas para vacinação de primeira e segunda doses e uma redução de 40% de pessoas com a segunda dose em atraso, sendo, segundo ele, um indicativo que a estratégia surtiu efeito. (SERPA, 2021, p. 53).

No entanto, pôde-se perceber as normativas sociais que foram sendo aplicadas ao longo deste período, constantes restrições e flexibilizações. Para Serpa (2021) viu-se como ponto importante, a vacinação para a volta da apropriação das atividades que ocorrem nos ambientes urbanos, seja pública ou semipública.

Por fim, não é claro se os impactos da COVID-19 foram tão profundos nos espaços públicos, quanto em outros aspectos da vida, no entanto é fundamental investigar como o período pandêmico afetou a dinâmica da população nas suas relações de uso com o espaço público, especialmente para repensar alternativas futuras para o planejamento, e a gestão de uso desses.

3 A PANDEMIA DO COVID-19 NO ESPAÇO URBANO DE CAMPO MOURÃO/PR

O objetivo da seção é verificar a evolução espaço-temporal dos casos positivos da COVID-19 no espaço urbano de Campo Mourão e, se houveram distinções, entre o número de ocorrências e óbitos por setores pré-estabelecidos para esta pesquisa.

A pesquisa alicerça-se no Método Quanti-qualitativo, com base na teoria da complexidade de Edgar Morin (2020). Para o seu desenvolvimento esta seção está organizada em duas partes, conforme especificado na sequência:

1ª) Apresenta uma breve contextualização sobre Campo Mourão, e sua inserção no sistema de atenção primária à saúde, a partir das regionalizações do nível estadual, ao regional e pôr fim ao local, com o mapeamento das Unidades Básicas de Saúde. Também é apresentada uma síntese analítica dos decretos de isolamento social e dos papéis assumidos por cada Unidade Básica de Saúde – UBS, no enfrentamento à pandemia e, no atendimento aos casos da COVID-19.

Essa compreensão foi necessária para a organização e filtragem dos dados obtidos para a pesquisa, considerando que em Campo Mourão são atendidos casos locais e de outras cidades do entorno.

2º) Traz a evolução espaço-temporal dos casos da COVID-19 na cidade de Campo Mourão, do período de março de 2020 a fevereiro de 2022. Os dados foram agregados em trimestres, e a cidade foi subdividida, espacialmente em cinco setores, com base nos quais foram elaboradas duas coleções de mapas. A primeira, apresenta a evolução dos números de casos e dos números de óbitos por setor, e a segunda, a correlação entre o número de contaminados e de óbitos.

De posse dos mapas temáticos empreendeu-se a análise das concentrações e dispersões das ocorrências, bem como as desigualdades, associadas à evolução dos casos na cidade de Campo Mourão. Com base nas análises tecidas nessa subseção, selecionou-se dois setores para a aplicação dos questionários, que serão discutidos na seção quatro da dissertação.

Sobre o desenvolvimento prático da pesquisa, a primeira parte dessa seção foi elaborada a partir do levantamento documental de: Decretos emitidos pela Prefeitura Municipal de Campo Mourão; Atas das reuniões do Comitê Municipal de Gestão de Crise; informações coletadas na Secretaria Municipal de Saúde e no site da Prefeitura.

Para a segunda parte obteve-se os dados das ocorrências da COVID-19 na Secretaria Municipal de Saúde de Campo Mourão, no formato de planilha eletrônica do Excel. Os dados entregues passaram por etapas de preparo e filtragem manual, contemplando as atividades:

eliminação de dados não referentes ao município de Campo Mourão e de dados de ocorrências não associadas ao espaço urbano; limpeza de dados que não são de interesse ao desenvolvimento desta pesquisa; agregação dos dados diários em séries mensais, totalizando 24 conjuntos de dados para o número de ocorrências, e 24, para o número de óbitos; identificação de bairros e jardins da cidade, e associação dos dados, de acordo com a localidade de residência dos contaminados; agregação dos dados, por trimestres.

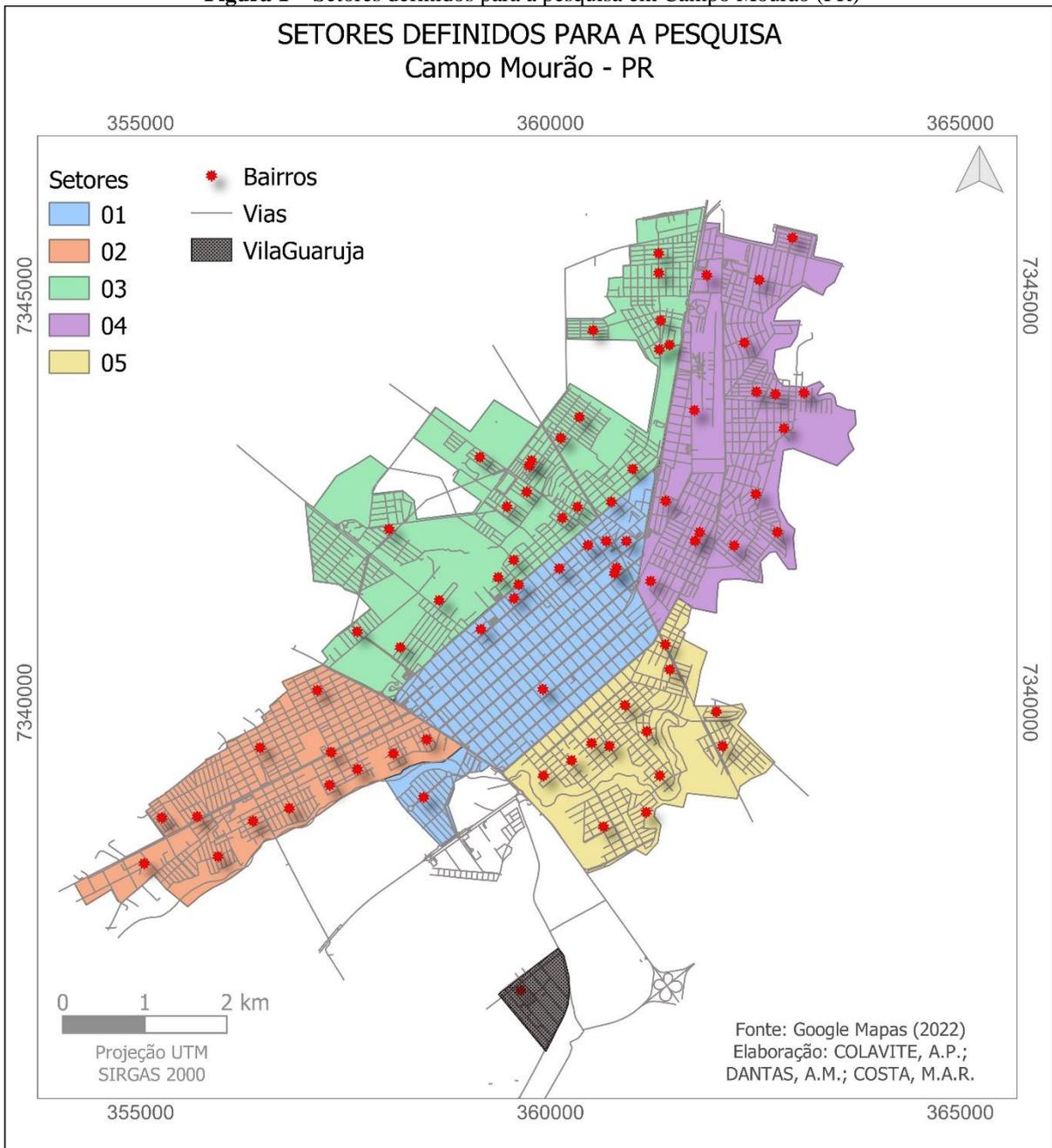
Após os processos empreendidos com a planilha do Excel, procedeu-se a organização da base cartográfica para espacialização do número de contaminados e do número de óbitos. Nesta etapa, algumas dificuldades de implementação foram identificadas:

1º) Os dados originais são incompletos derivados do preenchimento impreciso dos relatórios de atendimento. Para esta pesquisa, a ausência dos endereços completos, e até mesmo a não indicação do bairro de residência, fez com que inúmeros dados fossem descartados. Também é comum a confusão entre o nome de bairros, pois a população não reconhece os limites reais de cada um e, em alguns casos desconhece a forma correta de sua redação.

2º) Desde o início do processo de urbanização de Campo Mourão, os modelos de loteamento realizados foram diversos, não existindo padrão de tamanho espacial dos bairros e de número de moradias ou de população residindo nesses. Existem na cidade jardins ou conjuntos que contemplam duas quadras e outros, com mais de cem quadras, somado a este fator não se obteve da Prefeitura uma planta atualizada, contendo os limites de cada bairro.

Desta forma, não foi possível estabelecer um comparativo das ocorrências por bairro, pois a discrepância seria imensa, e ainda não existem dados populacionais atualizados por setores censitários, e os dados do último censo já não condizem com a realidade citadina. Portanto, o cálculo da taxa de incidência da COVID-19 em razão do número de habitantes não foi possível. Por estes motivos não foi possível realizar a análise da evolução espacial por bairro, o que demandou a proposição de um modelo de espacialização por setores, específico para esta pesquisa.

Na Figura 1 é apresentado por meio de pontos, os bairros identificados nos dados obtidos na Secretaria Municipal de Saúde (aproximadamente 80), e os setores delimitados para esta pesquisa. Os critérios de delimitação e agrupamento dos bairros basearam-se em conhecimento empírico, da organização e produção do espaço urbano das áreas e reconhecimento de padrões sociodemográficos semelhantes. A vila Guarujá em destaque no mapa, foi excluída das análises pois não compõe o *continuum* urbano, ou seja, não está relacionado com a vida urbana na cidade, sendo que o mesmo está em uma área rural, que é relativo ao campo.

Figura 1 – Setores definidos para a pesquisa em Campo Mourão (PR)

Fonte: Google Maps (2022). Elaboração: COLAVITE, A.P.; DANTAS, A.M.; COSTA, M.A.R.

3.1 A cidade de Campo Mourão e as estratégias de Saúde durante a pandemia

O município de Campo Mourão está localizado no interior do estado no Paraná, na Mesorregião Centro Ocidental Paranaense, distante aproximadamente 450 km da capital do estado, Curitiba, nas coordenadas geográficas 24° 02' 38" de Latitude Sul e 52° 22' 40" de Longitude Oeste, com área total de 757,11 km² e altitude média de 585m (IPARDES, 2018).

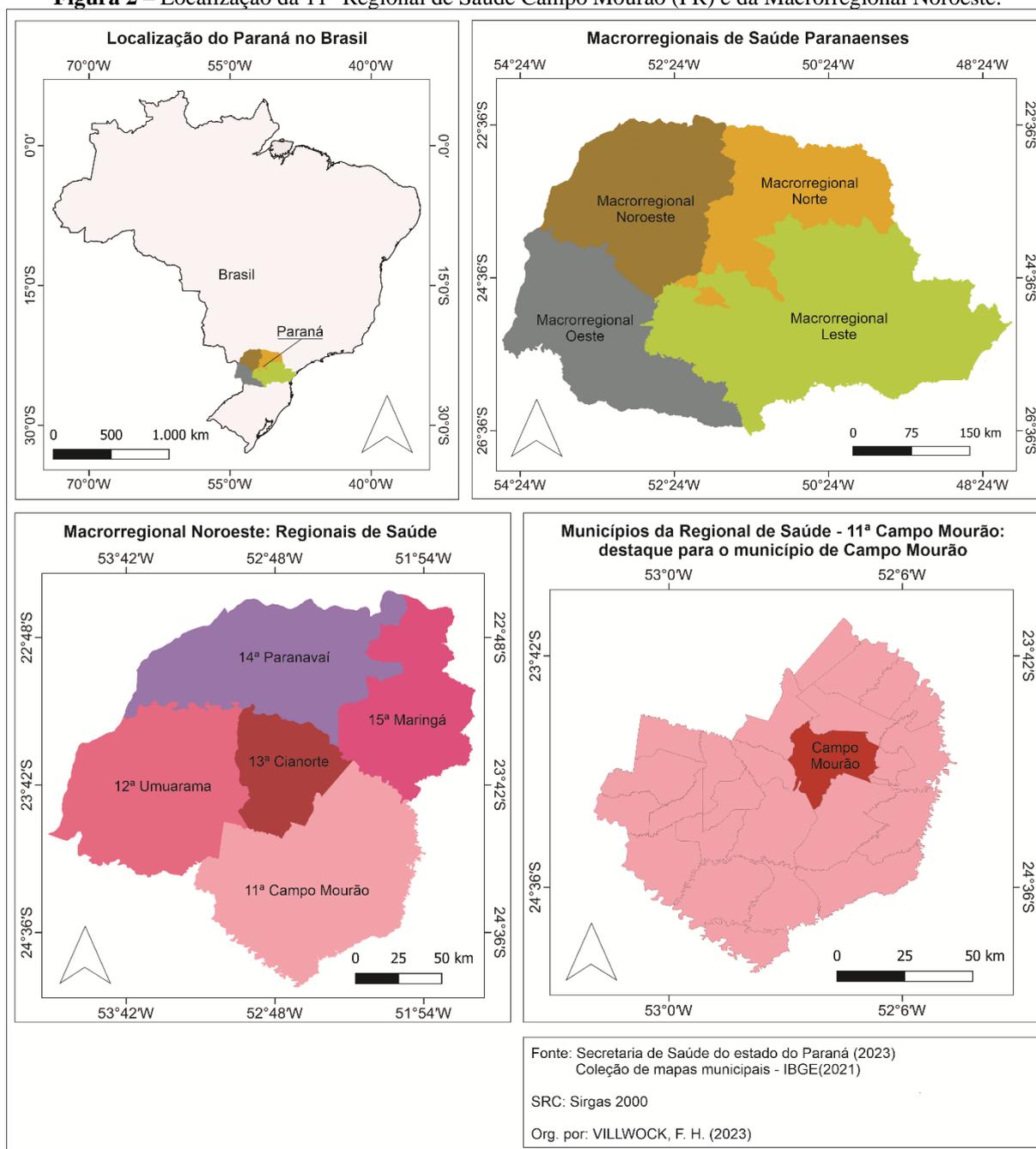
Segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), Campo Mourão possui uma população estimada de 96.102 habitantes, da qual mais de 95% residem na área urbana. O município possui um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de 0,757 (alto), sendo o 25º mais elevado do estado do Paraná.

O município é considerado como a cidade polo da Mesorregião Centro Ocidental Paranaense, composta por 25 municípios e, por este motivo, centraliza parte considerável dos atendimentos de saúde onde se insere, especialmente as internações, e as demandas por especialistas.

No estado do Paraná, o atendimento à saúde básica é subdividido em Macro e Microrregionais. São quatro as Macrorregionais da Saúde: Macrorregional Leste, Macrorregional Oeste, Macrorregional Norte, Macrorregional Noroeste, que por sua vez são subdivididas em Regionais, sendo vinte e duas. Campo Mourão é a 11ª Regional de Saúde da Macrorregional Noroeste, como representado na Figura 2.

Conforme assinalado anteriormente, Campo Mourão é um centro regional de atendimento à saúde e recebe pacientes dos vinte e cinco municípios da Mesorregião Centro Ocidental Paranaense: Altamira do Paraná, Araruna, Barbosa Ferraz, Boa Esperança, Campina da Lagoa, Campo Mourão, Corumbataí do Sul, Engenheiro Beltrão, Farol, Fênix, Goioerê, Iretama, Joanópolis, Juranda, Luziânia, Mamborê, Moreira Sales, Nova Cantú, Peabiru, Quarto Centenário, Quinta do Sol, Rancho Alegre do Oeste, Roncador, Terra Boa e Ubitatã.

Figura 2 – Localização da 11ª Regional de Saúde Campo Mourão (PR) e da Macrorregional Noroeste.



Fonte: VILLWOCK, F. H. (2023).

Com intuito de compreender o processo do atendimento de saúde no município de Campo Mourão, foi utilizado para esta pesquisa o *site* da prefeitura de Campo Mourão no qual encontrou-se informações contidas da Secretaria da Saúde, tanto em relação a estrutura de saúde, quanto das Unidade Básicas de Saúde, referentes a COVID-19.

O município possui 16 Unidades Básicas de Saúde (UBSs), 1 Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e 1 Pronto Atendimento (PA). No Quadro 2 pode-se verificar a distribuição dos bairros por UBSs na área urbana de Campo Mourão. No entanto, as UBS de Piquirivai

(Distrito de Piquirivaí), e a UBS Carlos Antônio (Guarujá) não serão analisadas, pois não compõe o *continuum* urbano.

Quadro 2 – UBSs do município de Campo Mourão Pr.

UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	QUANTIDADE DE BAIROS	BAIROS ATENDIDOS
UBS. Centro Social Urbano (CSU)	25 Bairros	Parque São João, Jardim Vitória Régia, Conjunto residencial Capricórnio, Jardim Maia I, II; Jardim Marino Emer, Jardim Lourdes, Jardim Laura, Jardim Florida, Jardim Gutierrez, Jardim Casali, Vila Teixeira, Jardim residencial Do Lago, Residencial Rio do Campo, Jardim Changrilá; Jardim Flora I, II, III e IV, Residencial Flor de Lis I,II; Jardim Botânico I, II; Jardim Araucária, Jardim Zoraide.
UBS. Cidade Nova	6 Bairros	Parque das Torres, Conjunto Hab. Mundo Novo, Jardim Cidade Nova, Conjunto Hab. Antilhas, Jardim Cidade Alta I, II.
UBS. Dr. Germano Traple (COHAPAR)	7 Bairros	Conjunto Hab. Dr. Milton Luiz Pereira. Conjunto Habitacional Mendes, Jardim Paulino. Jardim Europa I, II; Jardim Itália, Jardim Santa Rosa.
UBS. Dr. Sadayoshi Shimizu (DAMFERI)	11 Bairros	Parque das Acácias, Conjunto Hab. São Francisco, Jardim Maria Barleta, Parque residencial Ipê, Jardim São Luiz, Jardim Damasco, Jardim Fernando, Residencial Campelle, Jardim Veneza, Novo Centro, Resd.Iisabela.
UBS. Alvorada	9 Bairros	Jardim Alvorada, Jardim Curitiba, Jardim São Pedro, Jardim São Sebastião, Jardim Conrado, Jardim Santa Nilce I, Jardim Ana Eliza, Moradias Verdes Campos, Conjunto Primavera.
UBS. Benedito Pereira Duarte	11 Bairros	Jardim Modelo, Jardim Santa Cruz, Jardim Silvana, Jardim Batel I, II; Conjunto Residencial Mário Figueredo, Conjunto José Richa, Jardim Novo Campo, Jardim Modelo, Jardim Esperança, Conjunto Hab. Milton de Paula Walter.
UBS. Paulista	23 Bairros	Jardim Paulista, Jardim Kimberlim, Jardim San Marino, Vila Corinthians, Jardim Resd. Governador Parigot de Souza, Jardim Sol Nascente, Jardim Imperial. Jardim Aeroporto, Jardim Nossa Senhora Aparecida, Vila Nova, Moradias Condor, Jardim Flor do Campo. Jardim Izabel, Jardim Brasília, Conjunto residencial Ilha Bela, Jardim Três Marias, Jardim Maria Clara, Jardim Francisco Ferreira Albuquerque, Jardim Villaggio Trombini, Jardim Joana D'arc, Jardim Flora I, II, III.
UBS. Darcy Deitos	3 Bairros	Jardim Tropical I, Conjunto Hab. Montes Claros, Conjunto residencial Diamante Azul.

UBS. Dr. Delbos Zola Leodoro da Silva	3 Bairros	Jardim Lar Paraná, Vila Cândida, Jardim Indianópolis.
UBS. Piquirívai	Distrito	Distrito Piquirívai
UBS. Carlos Antônio	1 Bairro	Guarujá
UBS. Vila Urupês	10 Bairros	Vila Urupês, Jardim Alcantara, Jardim Ione, Jardim Horizonte, Jardim Cidade Verde, Jardim Vitória, Jardim John Kennedy, Jardim Aurora, Jardim Antônio Toledo Silveira, Jardim Paraiso do Campo.
UBS. Manoel de Jesus Pereira	1 Bairro	Pio XII;
UBS. Dr. Martinho Fernandes de Moraes	1 Bairro	Residencial Fortunato Perdoncini;
UBS. Dilmar Daleffe	9 Bairros	Jardim Copacabana I, II, III; Jardim Tomasi, Vila Rio Grande, Jardim Lopes, Jardim Voideiro, Jardim Topázio, Jardim Orly.
UBS. Auxulia Trice Marchese Piacentini	3 Bairros	Moradias Avelino Piacentini, Jardim América, Jardim Tropical II.

Fonte: Elaborado pela autora

Conforme o Ministério da Saúde, a Estratégia da Saúde da Família – ESF conta com uma equipe de multiprofissionais, que tem por missão, o atendimento de famílias em Unidades Básicas de Saúde, sendo composta por um médico Clínico Geral, ou Médico de Família; Enfermeiro; Auxiliar ou Técnico de Enfermagem; profissionais na área de Saúde Bucal. As referidas equipes de Saúde da Família, “deve ser responsável por, no máximo, 4.000 pessoas, sendo a média recomendada de 3.000 pessoas, respeitando critérios de equidade para essa definição. Recomenda-se que o número de pessoas por equipe, considere o grau de vulnerabilidade das famílias [...]”. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2023, p.1). Esse Programa tem por finalidade:

[...] à reorganização da atenção básica no País, de acordo com os preceitos do Sistema Único de Saúde, e é tida pelo Ministério da Saúde e gestores estaduais e municipais como estratégia de expansão, qualificação e consolidação da atenção básica por favorecer uma reorientação do processo de trabalho com maior potencial de aprofundar os princípios, diretrizes e fundamentos da atenção básica, de ampliar a resolutividade e impacto na situação de saúde das pessoas e coletividades, além de propiciar uma importante relação custo-efetividade. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2023, p. 1).

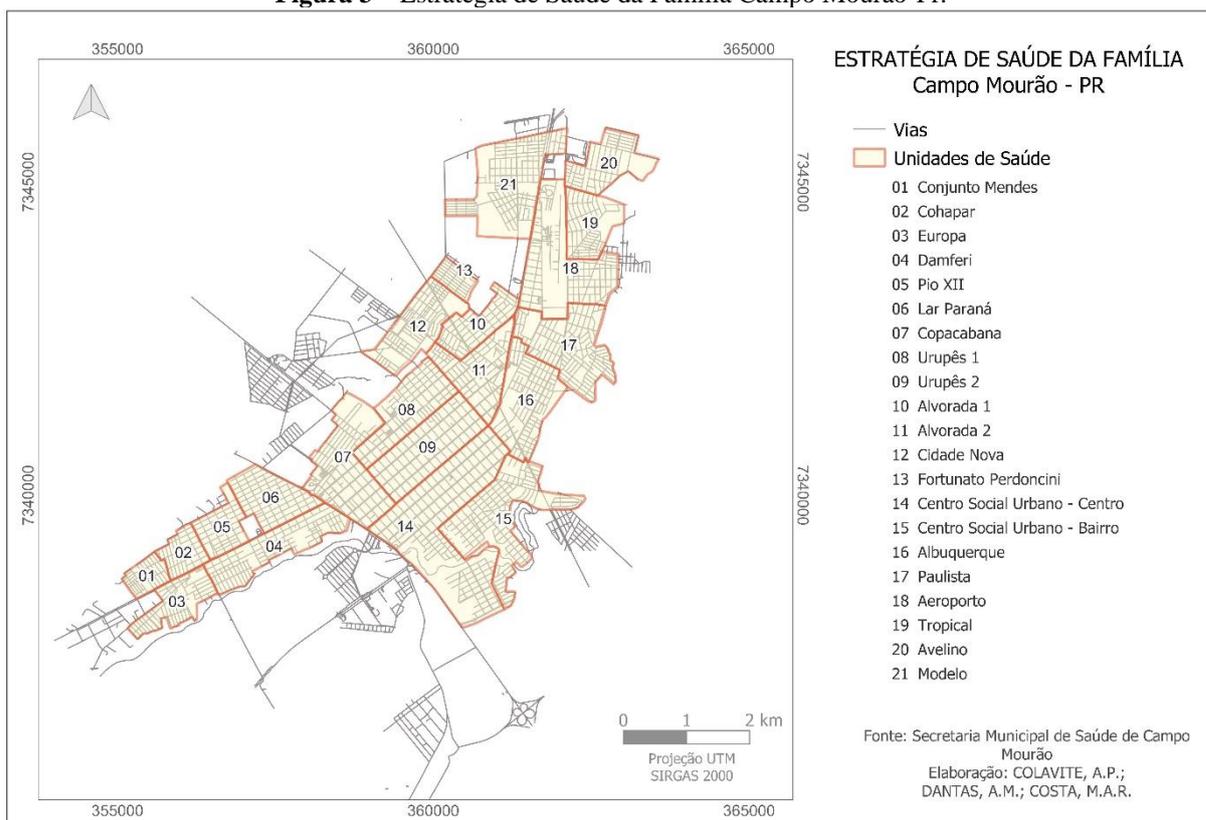
Como já referenciado, o Programa atua em Unidades Básicas de Saúde (UBSs), em articulação com os demais serviços de saúde, da rede de atenção. Assim, para que haja melhor compreensão da delimitação do espaço urbano de cada UBS, foi utilizado o mapa da Estratégia

da Saúde da Família, com objetivo de mostrar a delimitação das áreas de cobertura de cada ESF, sendo que algumas UBSs dispõem de maior densidade demográfica residencial e dessa forma, aparecem na Figura 3 subdivididas.

Os postos ou centros de saúde surgiram a partir da década de 1920, sem referências a outros serviços, trabalhavam na perspectiva de uma saúde pública que fazia procedimentos básicos e o controle de epidemias na população (CHIAPINOTTO, 2007, p. 158; in CARVALHO, 2003).

Já a denominação Unidades Básicas de Saúde surgiu na década de 1980, com objetivo, e possibilidade no atendimento das questões ligadas à saúde. Em relação à área geográfica, “[...] às Unidades cabiam as ações básicas de promoção, prevenção e recuperação, utilizando-se quando necessário, da referência e contra-referência aos outros níveis de atenção, segundo a complexidade considerada em cada caso” (CHIAPINOTTO, 2007, p. 158).

Figura 3 – Estratégia de Saúde da Família Campo Mourão-Pr.



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde (2022); **Elaboração:** COLAVITE, A. P.; DANTAS, A.M.; COSTA, M.A.R.

As UBSs da área urbana de Campo Mourão têm horário de atendimento à população das 7h30 às 11h30, e das 13h30 às 16h30, de segunda à sexta-feira, salvo casos excepcionais. O trabalho da equipe é organizado essencialmente em pronto-atendimento, onde se faz o

agendamento prévio de consultas, com agendamentos para profissionais de especialidades variadas, dentre os quais, destaca-se Clínico Geral, ginecologista, entre outras que também atendem a população, cuja área geográfica de abrangência das UBSs está contida nas visitas domiciliares. Além desses, há também grupos voltados à prevenção e à organização de atividades comunitárias, tais como, ações de saúde e palestras dirigidas a população em geral, realizadas tanto nas próprias UBSs.

Quanto ações relacionadas à prevenção de enfermidades e, também relativas a epidemias e pandemias realizadas na área central, ações fundamentais para alertar a população sobre os cuidados básicos com a saúde.

Marques *et al* (2021, p.70), enfatizam que é “importante destacarmos os fundamentos e as implicações do entendimento de ser a saúde um direito de todos, decorrente da cidadania e, portanto, um dever do Estado”. O autor ainda ressalta que “[...] nenhum ser humano pode abrir mão da existência desses direitos; e universais, aplicados a todo ser humano independentemente de cor, raça, gênero, religião e orientação política”. Com isso, realça-se a importância da Saúde Pública para combater a COVID-19.

Para o desenvolvimento da pesquisa levou-se em consideração, a chegada do vírus, no município de Campo Mourão. Em 17 de março de 2020, a prefeitura de Campo Mourão declarou situação de emergência na cidade, em razão da pandemia do novo Coronavírus através do Decreto nº 8.444, (Campo Mourão, 2020a). Foram instaladas centrais de atendimento e boletins diários para auxiliar na difusão da informação para a população, e o fechamento das atividades não essenciais. A UBS Vila Urupês ficou em primeiro momento, responsável para atender pacientes com COVID-19, das 7 horas às 23 horas. As aulas das escolas municipais ficaram suspensas.

No Decreto nº8.455, (Campo Mourão, 2020b), do dia 26 de março de 2020, foi declarada a primeira confirmação de caso positivado de Coronavírus, e também situação de calamidade pública. Este Decreto, contava com o aumento das medidas para enfrentar a situação, e dentre as ações, já estava pautado o fechamento de parques municipais, e a continuidade do fechamento do comércio e, das atividades não essenciais, dentre as quais, destacam-se escolas, bancos, restaurantes, bares, cinemas, feiras livres, praças e universidades. Desta forma, desde a chegada do vírus na cidade, as práticas socioespaciais e as relações da população com o uso do espaço público foram diretamente afetadas, e o isolamento social produziu um esvaziamento desses.

Os canais de notícias reforçavam a mensagem para que a população permanecesse em suas residências, praticassem o isolamento social, seguissem os parâmetros de higienização e,

em casos necessários de sair para à rua deveriam conservar o distanciamento dos demais, e o uso de máscaras foi obrigatório com pena de pagar multa. No dia 02 de abril de 2020, foi emitido Boletim (Ministério da Saúde, 2020a) confirmando a primeira morte por COVID-19 no município, e nos dias 04, 05, e 08 de abril, a confirmação de mais três mortes, chegando ao total de 4 óbitos².

Segundo Boletim epidemiológico do coronavírus divulgado pelo Ministério da Saúde, no dia 11 de abril de 2020, a 11ª Regional de Saúde de Campo Mourão ficou entre as cinco regionais do país com maior coeficiente de mortes por COVID-19, totalizando 12 óbitos por 100 mil habitantes (BECKER, 2020). Com a evolução da doença na região de Campo Mourão, a COMCAM entrou na rota de alerta do Ministério da Saúde.

Na mesma região onde aparece Campo Mourão estão mais seis cidades que já registraram casos confirmados: Araruna (4), Campina da Lagoa (1), Goioerê (1), Iretama (1), Peabiru (1), Terra Boa (1). Além das quatro mortes em Campo Mourão, nesta quinta-feira foi confirmado o primeiro óbito em Campina da Lagoa (BECKER, 2020).

O secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, Wanderson Kleber, confirmou na reportagem do dia 11 de abril de 2020, que estas regionais teriam atenção especial para receber mais leitos e equipamentos de suporte respiratório (BECKER, 2020). O Hospital Santa Casa Clínicas (HSC) de Campo Mourão foi o responsável por atender pacientes da região em estado grave da COVID-19, sendo preparada uma estrutura para 30 leitos UTI, o Hospital Center (SISNOR) possuía 13 leitos UTI pelo SUS.

Porém ficou decidido em manter o HSC como referência para casos respiratórios suspeitos de COVID-19, e o Sistema Integrado de saúde do Norte do Paraná – SISNOR, responsável por outros traumas. O Hospital Unimed Unidade Centro (HUUC), permaneceu de sobreaviso, caso os hospitais públicos tivessem superlotação, o centro cirúrgico seria adaptado para 6 leitos UTI.

Para uma melhor organização do atendimento à saúde do município, no Decreto nº 8.468, (Campo Mourão, 2020c) do dia 04 de abril de 2020, foi criado e instituído o Comitê

² Aqui assinala-se que foi identificada uma discrepância entre os dados divulgados em boletim, pela prefeitura, e os dados contidos na tabela na Secretaria Municipal de Saúde, pois nesse arquivo a primeira morte na cidade foi registrada no mês de junho de 2020. Para a elaboração cartográfica os dados utilizados são os da tabela, considerando esses como os dados oficiais organizados pela Secretaria Municipal de Saúde. Já os boletins emitidos pela Prefeitura, não traziam informações específicas sobre cada caso e no decorrer da pandemia mudaram o formato de apresentação dos dados, nem sempre sendo possível identificar de qual cidade eram os contaminados ou as vítimas fatais do vírus. Ainda assim, considera-se que os boletins são importantes fontes de dados adicionais para compreender a evolução do vírus em Campo Mourão.

Municipal de Gestão de Crise, para gerenciar o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública, no Município de Campo Mourão decorrente do Coronavírus (COVID-19). O mesmo teve por função propor diretrizes e tomar providências imediatas para o enfrentamento da emergência em saúde, recomendando e implementando medidas de prevenção e atendimentos. O uso obrigatório de máscaras por toda a população que estivesse em vias e espaços públicos, também ficou recomendado a toda a população que permanecessem em casa e, em necessidade de deslocamento deveriam tomar as precauções cabíveis, de forma a evitar aglomerações.

Neste mesmo Decreto do dia 04 de abril de 2020, continuou a suspensão das atividades em parques públicos, feiras livres e do produtor, proibida a aglomeração de pessoas em locais públicos, tais como parques, praças e afins, bem como os locais privados, admitindo-se apenas movimentações transitórias.

Para melhor compreensão da evolução da pandemia no município de Campo Mourão, o entendimento dos protocolos de isolamento e, a proibição do uso do espaço público foram analisadas, 54 Atas das reuniões do Comitê Municipal de Gestão de Crise resultando num quadro síntese, apresentado no Apêndice A. Os documentos - foram separados em temas de interesse à pesquisa considerando as medidas adotadas para o atendimento dos pacientes no município, as estratégias implementadas e as informações, que resultaram em Decretos Municipais.

A fim de entender as mudanças e os efeitos causados nas cidades e suas populações, diante desse contexto pandêmico, também foi realizada a leitura dos Decretos Municipais sobre os momentos de fechamento, restrições, flexibilizações dos espaços públicos de Campo Mourão. Em se tratando do uso dos espaços públicos, este passou por mudanças, refletindo no comportamento social, ou seja, na vida pública. No quadro 3, tem-se os Decretos e as Atas, analisados nesta pesquisa.

Quadro 3- Decretos e Atas dos Espaços Públicos.

Documento	Data	Documento	Data
Decreto nº8.444	Dia 17/03/2020	Decreto nº8.786	Dia 11/12/2020
Decreto nº8455	Dia 26/03/2020	Decreto nº 8.825	Dia 06/01/2021
Decreto nº 8.468	Dia 04/04/2020	Decreto nº8.849	Dia 22/01/2021
Decreto nº8.477	Dia 16/04/2020	Decreto nº 8.884	Dia 19/02/2021
Ata nº08	Dia 01/06/2020	Decreto nº8.899	Dia 07/03/2021
Ata nº10	Dia 16/06/2020	Decreto nº8.907	Dia 10/03/2021

Decreto nº8.568	Dia 17/06/2020	Decreto nº8.920	Dia 06/04/2021
Decreto nº 8.628	Dia 30/07/2020	Decreto nº8.965	Dia 28/04/2021
Decreto nº 8.634	Dia	Decreto nº9.000	Dia 24/05/2021
Decreto nº 8.668	Dia 28/08/2020	Decreto nº9.087	Dia 29/07/2021
Decreto nº 8.698	Dia 08/09/2020	ATA nº45	Dia 09/08/2021
Decreto nº 8.764	Dia 01/12/2020	ATA nº 47	Dia 19/09/2021
		ATA nº48	Dia 18/11/2021
		Decreto nº9288	Dia 29/11/2021

Fonte: Elabora pela autora

Em relação ao Decreto N° 8.468 (Campo Mourão, 2020c), no dia 04 de abril de 2020 ficou determinada a suspensão das atividades do comércio varejista pelo prazo de 07 dias, a partir de 05 de abril de 2020. Neste foram considerados os seguintes espaços: lojas, academias, bares, casas noturnas, cinema, teatro, parques públicos, feiras livres, entre outros similares, com exceção das atividades essenciais.

Também ficou determinado, o fechamento do Terminal Rodoviário Estanislau Gurginski – o que comprometeu a mobilidade da população no espaço urbano. Além disso, ficou proibido, os hotéis e similares do Município aceitarem novas hospedagens de pessoas vindas de outras cidades, na vigência deste Decreto. Ficou determinado que os pacientes com síndrome respiratória deveriam procurar atendimento na UPA (Unidade de Pronto Atendimento), e os demais casos de urgência e emergência não ligados a doenças respiratórias passariam a ser atendidos nas UBSs Vila Urupês das 7 horas às 23 horas e no Jardim Pio XII, das 17 horas às 23 horas.

Com a evolução do vírus, a prefeitura de Campo Mourão recomendou que a partir do dia 17 de abril de 2020, toda população teria que se manter recolhida em suas residências, diariamente, no período entre às 23h00 à 6h00 do dia seguinte. Essa medida foi publicada no Decreto nº8477 (Campo Mourão, 2020d), do dia 16 de abril de 2020. Tais medidas foram tomadas para conter a contaminação e os óbitos no município, sendo que o mesmo foi solicitado aos prefeitos das cidades da região para que reforçassem as medidas de isolamento social.

No mês de maio de 2020 houve uma flexibilização com abertura do comércio, e especialmente para a comemoração do dia das Mães, entre os dias 02 de maio a 09 de maio, com horários mais estendidos. Autorizou-se a abertura do Terminal Rodoviário Estanislau Gurginski, e a abertura das feiras livres. E, a partir de 13 de maio de 2020, a realização de

missas, cultos ou reuniões religiosas, bem como, o consumo de alimentos em restaurantes e demais estabelecimentos definidos como serviços de alimentação.

O Comitê Municipal de Gestão e Crise recebeu o pedido de reabrir os parques, mas o pedido foi indeferido por não conseguir fiscalização rigorosa dos espaços. Contudo, dado o número considerável no aumento dos casos positivados da COVID-19, no mês de junho de 2020, o Comitê fora acionado novamente. Desta forma, na Ata nº10 (Comitê Municipal e Gestão e Crise, 2020c), do dia 16 de junho de 2020 foi discutido novamente medidas mais rigorosas para controlar a contaminação, especialmente aquelas associadas ao isolamento social.

Em junho de 2020, no Decreto nº 8568 (Campo Mourão, 2020e), ficou estabelecido que do dia 17 de junho de 2020, algumas medidas foram implementadas para evitar a aglomeração de funcionários e consumidores nos estabelecimentos comerciais. Aos quais ratificou-se o uso de máscaras, proibido a aglomeração de pessoas em praças e parques. E também ficando determinado, toque de recolher a partir do dia 19 de junho de 2020, até o dia 30 de julho de 2020, das 22 horas até as 06 horas do dia seguinte, para confinamento domiciliar obrigatório em todo território do Município de Campo Mourão.

No Decreto nº 8628 (Campo Mourão, 2020f), do dia 30 de julho de 2020 continuou proibida a aglomeração de pessoas em locais públicos, tais como parques, praças e afins, bem como em locais privados, admitindo-se apenas movimentações transitórias, e com uso obrigatório de máscara.

No Decreto nº 8634 (Campo Mourão, 2020g), do dia 31 de julho de 2020, permaneceu proibida a utilização de salões de festas, *playgrounds*, brinquedotecas, academias e piscinas de condomínios e demais áreas comuns, bem como a aglomeração e permanência de pessoas em áreas de lazer públicas, tais como quadras esportivas, complexos de esporte e lazer, academias da terceira idade, pistas de *skate*, praças, dentre outros.

Determinou-se toque de recolher a partir da publicação deste Decreto, até o dia 30 de agosto de 2020, das 22h00 até as 06h00 do dia seguinte, para confinamento domiciliar obrigatório em todo território do Município de Campo Mourão.

Em agosto o Decreto nº 8668 (Campo Mourão, 2020h), estabeleceu que do dia 28 de agosto, dada a diminuição dos casos positivados de COVID-19, ficou autorizada a reabertura dos Parques Municipais sob a gestão da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente (SEAMA), a partir do dia 01 de setembro de 2020, observando-se os protocolos sanitários. Portanto, ficou estabelecido o funcionamento dos parques municipais das 06h00 às 19h00, diariamente.

A SEAMA, ficou responsável por determinar a capacidade de suporte máximo para cada parque, reforçando a desinfecção e limpeza de áreas de maior fluxo de frequentadores, e passou a orientar os frequentadores sobre as seguintes áreas que estavam sem acesso ao público como, parquinhos infantis, academias da terceira idade, quadras e campos de prática esportiva coletiva e outros equipamentos fechados.

O mesmo controle foi válido para as entradas nos locais, ou seja, deveria respeitar a capacidade máxima estabelecida no Decreto, e dessa forma evitar aglomerações, sendo obrigatório o uso de máscaras. O esporte coletivo foi proibido, e também o uso de bebedouros e realização de piqueniques, esses locais teriam que posicionar álcool em gel de maneira visível e de fácil acesso ao público.

Com a revisão da abertura dos Parques, o Comitê Municipal de Gestão de Crise, publicou no Decreto nº 8698 (Campo Mourão, 2020i), do dia 8 de setembro de 2020, a continuação do funcionamento dos Parques Municipais, das 06h00 às 19h00, diariamente, observando-se o protocolo sanitário estabelecido neste Decreto.

As aulas das Escolas Municipais continuaram suspensas, sendo que a Prefeitura Municipal emitiu o Decreto nº 8710 (Campo Mourão, 2020j), no dia 02 de outubro de 2020, esclarecendo a suspensão das aulas presenciais aos alunos da rede municipal de educação, já para as instituições privadas de ensino superior ficou permitido a realização de aulas presenciais, a partir do dia 05 de outubro de 2020, observando-se o protocolo sanitário

Para ampliar os leitos de UTI disponíveis para a COVID-19, a Prefeitura Municipal lançou o Decreto nº 8764 (Campo Mourão, 2020k), no dia 24 de novembro de 2020, indicando a suspensão pelo prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação deste Decreto, dos procedimentos cirúrgicos eletivos. Dessa forma, além da ampliação de leitos de UTI e enfermarias da COVID-19 no Município de Campo Mourão, aumentou também a disponibilidade de mais equipes médicas para prestar atendimento aos pacientes com Coronavírus.

Com a chegada das comemorações de final de ano, e o aumento dos casos positivados de pacientes com COVID-19, o Comitê Municipal de Gestão de Crise se reuniram e decidiram pela suspensão da programação de Natal, como descrito no Decreto nº 8775 (Campo Mourão, 2020l), no dia 01 de dezembro de 2020.

Ficaram determinadas as seguintes medidas restritivas pelo prazo de 10 dias (a contar do dia 01/12): suspensão da programação de Natal nos espaços públicos (Praça São José e Praça Getúlio Vargas); fechamento do Estádio Municipal Roberto Brzezinski e dos Parques Municipais, sob a gestão da SEAMA; permaneceu proibida aglomeração de pessoas, em locais

públicos, tais como, vias públicas, parques, praças e afins, bem como em locais privados, admitindo-se apenas movimentações transitórias. A realização de missas, cultos e demais reuniões religiosas de modo presencial foram suspensas.

Considerando que os leitos hospitalares para atendimento à COVID-19 continuaram com lotação máxima, inclusive os leitos da macrorregião da qual Campo Mourão pertence, no Decreto nº 8786 (Campo Mourão, 2020m) do dia 11 de dezembro ficou determinada a continuidade da suspensão da programação de Natal nos espaços públicos (Praça São José, Praça Getúlio Vargas, Praça Alvorada e Praça do Japão), ficando vedada a instalação de brinquedos, funcionamento de praça de alimentação, passeios de trenzinho, entre outros atrativos. Também foi determinada a proibição de consumo de bebida alcoólica em espaços públicos, proibição de aglomeração de pessoas em locais públicos, tais como vias públicas, parques, praças e afins, bem como em locais privados, admitindo-se apenas movimentações transitórias.

Em dezembro de 2020, no Decreto nº 8798 (Campo Mourão, 2020n), do dia 15 de dezembro de 2020, foi discutido sobre Protocolo de Saúde e Diretrizes Pedagógicas para o retorno das aulas presenciais nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Campo Mourão, no ano letivo de 2021.

Para controlar a disseminação do vírus, foi decretado pelo prazo de 20 (vinte) dias, o toque de recolher das 23h00 até as 06h00 do dia seguinte, durante a vigência do Decreto Nº 8812 (Campo Mourão, 2020o), do dia 18 de dezembro de 2020, sendo confinamento domiciliar obrigatório em todo território do Município de Campo Mourão.

O secretário de saúde Sergio H. dos Santos, informou em dezembro de 2020, que os atendimentos de pacientes com sintomas da COVID-19 que estavam sendo atendidos na UPA, também seriam atendidos no Pronto Atendimento (PA) do Centro de Especialidades.

O Ministério da Saúde (MS), por meio da Coordenação-Geral do Programa Nacional de Imunizações (CGPNI) e do Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis (DEIDT), da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), apresentou o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a COVID-19.

As diretrizes definidas neste plano visaram apoiar as Unidades Federativas (UF) e municípios no planejamento e operacionalização da vacinação contra a doença. Assim foi criado o Plano Municipal de vacinação, seguindo as diretrizes do Plano Nacional e Estadual de vacinação.

Em janeiro de 2021, Campo Mourão recebeu o primeiro lote de vacinas contra a COVID-19. A primeira etapa foi vacinar os trabalhadores da saúde e os idosos do Lar dos Velhinhos Frederico Ozanam, a vacinação começou dia 20/01/21 com 1.329 doses.

O Plano Municipal de Vacinação, apresenta as frentes de atuação da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Mourão, visando um processo de vacinação seguro e em tempo oportuno, à população alvo do município de Campo Mourão. A organização da vacinação seguiu algumas etapas, predefinidas para atender grupos específicos, sendo a primeira para os trabalhadores da saúde, logo após por idade de 80 anos de forma decrescente.

Neste documento, também foram discutidos os locais de vacinação, sendo eles *Drive-thur* (UNESPAR, Centro da Juventude, Parque de Exposição Getúlio Ferrari, Secretaria Municipal de Saúde), Extra muro (escolas e universidade), Fixo (16 salas de vacinas UBSs), *in loco* (residências de pessoas acamadas, nos serviços de saúde). A utilização desses espaços públicos foi de suma importância para evitar aglomerações, mantendo o distanciamento social, durante a vacinação.

Durante a pandemia, os governadores e os prefeitos, seguiam as recomendações internacionais da OMS, assim como a Resolução nº 01/2020, oriunda da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, criando, medidas de contenção do vírus, por meio do isolamento social dos cidadãos.

Sendo assim em janeiro, foi preciso tomar outras medidas para diminuir a circulação do vírus ficando determinado no dia 06 de janeiro de 2021, no Decreto nº8825 (Campo Mourão,2021a), novas medidas restritivas pelo prazo de 15 dias (a contar do dia 06-01-2021), tratando-se dos espaços públicos, onde o potencial de contaminação é maior, ficando decretado o fechamento do Estádio Municipal Roberto Brzezinski, e das áreas comuns (parquinhos, bebedouros, arenas multiuso, academias da terceira idade, entre outras).

As restrições também foram relativas ao direito de locomoção e a continuidade da suspensão das atividades educacionais, essas suspensões foram medidas de emergência durante a pandemia e pautadas na Lei, 13.979/2020 do Governo Federal.

Foi decretado também o fechamento dos parques municipais, sob a gestão da SEAMA, e a proibição de consumo de bebida alcoólica, em espaços públicos. Permanecendo proibida a aglomeração de pessoas em locais públicos, tais como vias públicas, parques, praças e afins, bem como em locais privados, admitindo-se apenas movimentações transitórias das pessoas, como medida obrigatória de enfrentamento de emergência de saúde pública, decorrente da pandemia da COVID-19

Mesmo com todas as medidas sanitárias tomadas, ainda houve um aumento significativo dos casos positivados e, os leitos hospitalares de COVID-19, continuavam com lotação máxima. Considerando as deliberações do Comitê Municipal de Gestão de Crise na reunião realizada em 19 de janeiro de 2021, achou-se necessário divulgar um novo Decreto prorrogando por mais 15 dias, e o fechamento do Estádio Municipal Roberto Brzezinski, e das áreas comuns, dos Parques Municipais, sob a gestão da SEAMA; proibição de consumo de bebida alcoólica em espaços públicos.

No dia 22 de janeiro de 2021, no Decreto n°8849 (Campo Mourão, 2021b), também ficou determinado toque de recolher, das 23h00 até as 06h00 do dia seguinte, para confinamento domiciliar obrigatório, em todo território do Município de Campo Mourão.

No dia 18 de fevereiro de 2021, foi lavrada a Ata N° 31 (Comitê Municipal de Gestão de Crise, 2021e), nesta reunião foi debatida a possibilidade da reabertura dos parques, estádio municipal e demais espaços públicos vinculados a Fundação de Esportes de Campo Mourão (FECAM). No entanto, após análise dos números de casos confirmados naquele momento, ainda estarem altos, ficou decidido continuar fechados esses espaços públicos. Sendo assim, no dia 19 de fevereiro de 2021, no Decreto n° 8884 (Campo Mourão, 2021c), considera que, até o dia 05 de março de 2021, permanecia proibida a aglomeração de pessoas em locais públicos, tais como, vias públicas, parques, praças e afins, bem como em locais privados, admitindo-se apenas movimentações transitórias. Também foi decretado toque de recolher, das 00h00 até as 06h00 do dia seguinte, para confinamento domiciliar obrigatório, em todo território do Município de Campo Mourão.

Após dois meses de medidas restritivas com o fechamento dos espaços públicos, ficou determinado no Decreto n°8899 (Campo Mourão, 2021d), no dia 07 de março de 2021, a reabertura dos Parques Municipais, sob a gestão da SEAMA, para a prática de atividades esportivas individuais, somente de segunda a sexta-feira, sendo que, os usuários teriam que respeitar todas as medidas sanitárias. Outra medida tomada para diminuir a circulação das pessoas durante os dias 13 e 14 de março de 2021, foi a suspensão do funcionamento de todos os serviços e atividades no território do Município de Campo Mourão, com exceção, de mercados e supermercados, farmácias e postos de combustíveis.

Entretanto, em março de 2021 o número dos casos positivados por COVID-19 voltou a aumentar, chegando a serem atendidos 800 pacientes com sintomas respiratórios na UPA e, em apenas dois dias, o prefeito declarou que haviam pacientes esperando vagas para leitos de UTI. No Dessa forma, o Decreto n°8907 (Campo Mourão, 2021e), do dia 17 de março, como medida obrigatória de enfrentamento de emergência de saúde pública, novamente foi decretado

lockdown, durante o final de semana, compreendido pelos dias 19, 20 e 21 de março de 2021, ficando suspenso o funcionamento de todos os serviços e atividades no território do Município de Campo Mourão, com exceção de mercados e supermercados, farmácias e postos de combustíveis.

Sobre os espaços públicos municipais com a gestão da SEAMA, o acesso continuava restrito, aberto somente de segunda a sexta-feira para a prática de atividades esportivas individuais. Também ficou proibida a comercialização e o consumo de bebidas alcoólicas em espaços de uso público ou coletivo, no período das 20 horas as 05 horas, diariamente. Essas medidas foram aplicadas até o dia 01 de abril de 2021.

Além das restrições de acesso a espaços públicos, como medida de segurança para contenção da pandemia de coronavírus, também ficou decretada a restrição provisória de circulação em espaços, e vias públicas, mas agora com um novo horário das 23 horas às 05 horas, diariamente, conforme foi disposto no Decreto nº 8920 (Campo Mourão, 2021f), de 06 de abril de 2021, sendo instituído para até às 05 horas do dia 03 de maio de 2021.

Entretanto, no final do mês de abril de 2021, no Decreto nº 8965 (Campo Mourão, 2021g), do dia 28 de abril de 2021, ficou autorizada a reabertura as quadras esportivas, dos complexos de esporte e lazer, do Estádio Municipal Roberto Brzezinski, dos Parques Municipais, sob a gestão da SEAMA, para tanto, a população deveria seguir todas as medidas previstas neste Decreto. O funcionamento dos parques municipais ficou com os horários das 06h00 às 19h00, diariamente, não sendo mais somente de segunda a sexta-feira, os usuários teriam que respeitar todos os protocolos sanitários, e permaneceu proibida a aglomeração de pessoas em locais públicos, tais como parques, praças e afins, bem como em locais privados, admitindo-se apenas movimentações transitórias.

As medidas de segurança para contenção da COVID-19 tinham o intuito de evitar o contágio desenfreado e diminuir o número de óbitos, mas o que se destacava no cenário pandêmico era a deficiência de leitos de hospitais para toda a população global, o que oportunizaria, um verdadeiro colapso sanitário.

O Sistema Público de Saúde do país, não estava preparado para enfrentar uma crise sanitária de proporções nacionais, o que não foi diferente no município de Campo Mourão, especificamente no dia 22 maio de 2021. Assim, em reunião com o Comitê Municipal de Gestão e Crise, conforme a Ata Nº 40 (Campo Mourão, 2021f), o prefeito afirmou que o município estava vivendo o pior momento na pandemia, com o sistema de saúde totalmente esgotado, sendo que na UPA havia 26 pacientes na fila de espera por um leito hospitalar, e não continha leitos de hospitais suficientes para assistir toda a população.

O Ministério da Saúde informou no início da pandemia que o grande problema do Brasil seria a carência de espaços públicos de saúde para identificação e tratamento de todos os cidadãos. Nesse contexto, no mês de maio de 2021, o município e a região apresentavam um grande número de positivados, havia uma escassez de oxigênio e medicamentos necessários para assistência aos pacientes da COVID-19.

Portanto, no Decreto nº9000 (Campo Mourão, 2021h), do dia 24 de maio de 2021, permaneceram medidas rígidas, que se revelaram essenciais para evitar uma aceleração descontrolada da doença, o que poderia provocar um colapso no sistema de saúde do município. Por sua vez, o distanciamento social ampliado, figurou como uma das principais estratégias de isolamento que restringe ao máximo o contato entre pessoas. A determinação era para que os cidadãos permanecessem em suas residências, seguindo as recomendações das autoridades locais. A principal finalidade consistiu em evitar a concorrência por leitos e respiradores.

Neste Decreto ficou estabelecido toque de recolher, das 20h00 até as 05h00 do dia seguinte, para confinamento domiciliar obrigatório em todo território do Município de Campo Mourão, medidas de suspensão de atividades não essenciais por 10 dias, a partir do dia 27 de maio até o dia 06 de junho de 2021, ficando determinado também o fechamento dos parques nesse mesmo período, e a venda em quaisquer estabelecimentos e o consumo de bebida alcoólica em espaços públicos. O *lockdown* surgiu como uma das medidas não farmacológicas, diante da indisponibilidade de medicamentos, e uma maior cobertura vacinal, que pudessem impedir e/ou reduzir a transmissão do coronavírus.

A instalação do Centro de Triagem na Praça da Juventude de Campo Mourão ficou reservada para atendimento de pessoas com sintomas de COVID-19, ficando a UPA apenas para receber pacientes com necessidade de observação e internação. No dia 25 de junho o Decreto nº9041 (Campo Mourão, 2021i), ficou determinado toque de recolher, das 22h00 até as 05h00 do dia seguinte, para confinamento domiciliar obrigatório, em todo território do Município de Campo Mourão, até o dia 09 de julho de 2021.

O final do mês de junho e o mês de julho de 2021 registrou uma redução do atendimento na UPA, porém, o tempo de internação dos pacientes com COVID-19 permaneciam longos, e continuava com alta ocupação de leitos na Santa Casa e no Sistema Integrado de Saúde do Norte do Paraná - SISNOR. Dessa forma, no dia 21 de junho de 2021, em reunião com o Comitê Municipal de Gestão e Crise, os números de atendimentos e internações na UPA do município teve uma redução, considerando as últimas semanas do mês de maio e junho de 2021. A diminuição nos atendimentos se deu por virtude do *lockdown*, dos dias 27/05 a 06/06. Porém, ainda continuava alta a ocupação hospitalar da ala COVID-19, nos hospitais Santa Casa e

SISNOR, mas muitos pacientes eram da região, e não especificamente do município de Campo Mourão.

Em relação ao melhor atendimento dos pacientes com sintomas respiratórios na UPA, no dia 07 de junho começou a construção no Centro da Juventude, o “Centro de Triagem contra COVID-19”, um espaço para identificar as pessoas contaminadas e diminuir a circulação na UPA. Vale salientar que os locais de atendimento para a população, não estavam bem distribuídos, as pessoas que tinham problemas respiratórios precisavam se dirigir a UPA, localizada na região leste da cidade, e de difícil acesso a muitos moradores que residem em bairros mais afastados. Dessa forma, o prefeito anunciou que a partir do dia 22 de junho o Centro de Triagem e as UBSs Jardim Cohapar e Jardim Alvorada iniciariam o atendimento aos pacientes com sintomas respiratórios.

Decorrente da melhora do quadro epidêmico da COVID-19 no município e no estado, houve uma nova reunião Ata nº44 (Comitê Municipal de Gestão e Crise, 2021g), no dia 19 de julho. Nesta reunião, foi autorizado o retorno das aulas do Ensino Fundamental I de forma híbrida, dia 26 de julho de 2021, e a Educação Infantil continuaria de forma remota. Após uma melhora da quantidade de positivados da COVID-19, as UBSs do Conjunto Cohapar e Alvorada voltaram a atender as demandas de atenção primária.

Campo Mourão confirmou o primeiro caso da variante Delta no dia 29 de julho de 2021, neste momento, o Comitê decidiu em reunião conforme Ata nº 45 (Comitê Municipal de Gestão e Crise, 2021h), continuou com as medidas de toque de recolher das 23h00, até as 05h00 do dia seguinte, para confinamento domiciliar obrigatório, em todo território do município de Campo Mourão no Decreto nº9087 (Campo Mourão, 2021j), sendo prorrogado até o dia 09 de agosto.

No mês de agosto de 2021, Campo Mourão registrou a diminuição dos casos positivados da COVID-19. Em reunião com o Comitê Municipal de Gestão e Crise, Ata nº46 (Comitê Municipal de Gestão e Crise, 2021i), no dia 09 de agosto, o Secretário de Saúde informou também que havia uma redução da taxa de ocupação hospitalar, ao qual também foi discutido a diminuição do toque de recolher para 00 horas às 5 horas, liberação de festas para mais de 30 pessoas e até 200, que deveriam conter plano de contingência, e lista com nomes e telefones dos participantes.

Ainda foi liberada a ocupação de 50% dos lugares das igrejas e templos religiosos. Os Parques Municipais sob a gestão da SEAMA poderiam permanecer abertos das 06h00 às 19h00, diariamente, observando-se o protocolo sanitário.

No mês de setembro, dado o avanço da vacinação no município, e em todo estado do Paraná, ficou decidido em reunião do Comitê Municipal de Gestão de Crise, realizada em 16

de setembro de 2021j, e, conforme Ata n°47, aprovar a liberação de eventos até mil pessoas com apresentação esquema vacinal completo, ou teste negativo realizado até 48 horas antes. E, depois de 18 meses de toque de recolher, também ficou decidido, extinguir confinamento domiciliar obrigatório, em todo território do município de Campo Mourão, assim como fez o Estado do Paraná.

Nos últimos meses do ano de 2021, a vacinação atingiu um número considerável de pessoas, ocasionando uma importante redução de casos confirmados de COVID-19, e de ocupação de leitos hospitalares, conforme foi anunciado na reunião do Comitê no dia 18 de novembro de 2021, Ata n°48 (Comitê Municipal de Gestão de Crise, 2021). Em reunião o Comitê Municipal de Gestão de Crise, analisou que poderia ter mais flexibilização de eventos, desde que possível apresentar o controle de esquema vacinal completo, ou a apresentação de teste negativo de COVID-19 por todos os participantes,

Sendo assim, foi considerado que não poderiam ser permitidas as comemorações de natal na praça São José, por se tratar de um espaço público aberto e que recebe um grande número de visitantes, dessa forma não seria possível o controle do esquema vacinal completo, ou a apresentação de teste negativo de COVID-19.

Ainda no mês de novembro, no dia 29, no Decreto n°9288 (Campo Mourão, 2021), declarou à implantação do parque a ser denominado, “Parque Lagoa Dourada – Memorial às Vítimas da COVID-19” no Jardim *Ecoville*. Até esta data, Campo Mourão já contava com 395 óbitos confirmados, em decorrência da COVID-19.

Em janeiro de 2022, obteve-se novamente, aumento dos casos positivados da COVID-19, decorrente das festividades e viagens de final e, de início de ano. Apesar do aumento no número de casos, a taxa de ocupação hospitalar foi considerada baixa, tendo em vista o processo de vacinação e que a nova variante do vírus (*Ômicron*), não atingia os pulmões, reduzindo a necessidade de internação dos pacientes. A proporcionalidade do número de óbitos também diminuiu consideravelmente. Assim, para distribuir melhor na cidade os atendimentos de pacientes com sintomas leves da COVID-19, o município ampliou o atendimento para às Unidades Básicas de Saúde.

Dessa forma, por meio de análise das Atas das reuniões do Comitê Municipal de Gestão de Crise, e dos Decretos Municipais até fevereiro de 2022, foi possível compreender a evolução da COVID-19 no município, e identificar o período de maior incidência do vírus, sendo esse março de 2021 a junho de 2021. Foi possível também compreender a dinâmica sobre o atendimento dos pacientes, e como as demandas foram maiores do que os recursos de leitos,

aparelhos, mão de obra, e entre outras dificuldades que não aconteceram somente no município, mas como no mundo todo.

As análises realizadas apresentam como a pandemia transformou o modo de vida das pessoas, e como as medidas de proteção foram de grande valia para o controle da pandemia e contribuiu muito para a reabertura, com novas possibilidades de utilização e segurança dos espaços públicos, comércio e escolas, buscando o cuidado consigo mesmo, e com o outro.

Gerando uma fonte de informação sobre uma amostra dos Decretos da cidade de Campo Mourão o apêndice A, resultou em algumas das restrições do uso dos espaços públicos em decorrência da situação pandêmica da Covid-19, para conter a transmissão com medidas protetivas para serem seguidas pela população mourãoense. O mesmo esclarece que algumas medidas previstas nestes Decretos poderiam ser revistas, ou ainda se tornar mais rígidas, conforme as recomendações do Comitê de Gestão de crise.

3.2 A evolução espaço-temporal da COVID-19 na área urbana de Campo Mourão - PR

Para identificar a dinâmica espaço-temporal das ocorrências da COVID-19 no município, foram utilizados mapas e quadros, seguidos pela análise ao qual possibilitaram a identificação dos padrões de distribuição espacial do vírus, de acordo com os setores pré-definidos para esta pesquisa.

O período analisado compreende os registros de março de 2020, a fevereiro de 2022, o qual foi selecionado, pois condiz com a chegada do vírus no município, e, mesmo com a continuidade da circulação e registro de casos da COVID-19, em fevereiro de 2022, as atividades retornaram à modalidade presencial, sem a obrigatoriedade e a restrição de uso e acesso aos diversos espaços.

Após a obtenção dos dados referentes aos casos positivados do vírus, foram elaborados mapas temáticos da distribuição e evolução espaço-temporal no espaço urbano de Campo Mourão, sendo subdivididas em setores. O levantamento de dados ocorreu em função da autorização da compilação de dados pela Secretaria de Saúde Municipal, no Setor de Vigilância Epidemiológica.

Em seguida realizou-se a análise dos mapas, relativos à evolução temporal dos casos, nos trimestres. Para tanto, foram selecionados dois setores de estudo, sendo que um, apresentou maior incidência das ocorrências e, o outro, menor incidência de ocorrências. A escolha desses setores, um com bairros mais próximos da área central, e outro com bairros mais periféricos, se

deu em razão da realização de um estudo pormenorizado, e para realização de campo com aplicação de questionário.

No Quadro 4 é possível observar como foi organizado os cinco setores de estudo, sendo que os critérios de delimitação e agrupamento dos bairros basearam-se em conhecimento empírico, da organização e produção do espaço urbano das áreas e reconhecimento de padrões sociodemográficos semelhantes.

Quadro 4 – Setores definidos para a pesquisa Campo Mourão - Pr.

SETORES	NÚMERO DE BAIROS	BAIROS MAPEADOS
SETOR 1	10 Bairros	Centro, Jardim Paraíso do Campo, Jardim Constantino, Vila Urupês, Jardim Ana Elisa, Jardim São Sebastião, Jardim São Pedro, Jardim Santa Nilce I, Jardim Conrado, Jardim Novo Centro.
SETOR 2	12 Bairros	Vila Cândida, Jardim Pio XII, Conjunto Habitacional Milton Luiz Pereira, Parque Verde, Parque Industrial, Jardim Europa, Jardim Paulino, Jardim Veneza, Jardim Fernando, Jardim Damasco, Jardim Maria Barleta, Jardim Lar Paraná.
SETOR 3	24 Bairros	Jardim Ipanema, Jardim Copacabana, Jardim Tomasi, Jardim Santa Casa, Jardim Alcantará, Jardim Horizonte, Jardim Vitória, Jardim Cidade Alta I e II, Conjunto Habitacional Primavera, Jardim Santa Nilce II, Jardim Alvorada, Conjunto Habitacional Antilhas, Jardim Cidade Nova, Residencial Bronzel, Jardim Bandeirantes, Conjunto Fortunato Perdoncini, Conjunto Habitacional Mundo Novo, Jardim Modelo, Jardim Esperança, Conjunto Habitacional Milton Paula Walter, Conjunto Habitacional Governador José Richa, Jardim Santa Cruz, Conjunto Habitacional Mario Figueredo.
SETOR 4	16 Bairros	Jardim Silvana, Jardim Montes Claros, Jardim Isabel, Jardim Tropical I, II; Moradias Avelino Piacentini, Moradias Condor, Residencial Diamante Azul, Jardim Paulista, Jardim Sol Nascente, Conjunto Hab. Governador Parigot de Souza, Vila Corinthians, Jardim Kimberlin, Jardim Ilha Bela, Jardim Francisco Ferreira Albuquerque, Jardim Aeroporto.
SETOR 5	16 Bairros	Flora I, II, III e IV; Jardim Flor de Liz, Jardim Florida, Jardim Laura, Jardim Gutierrez, Jardim Rio do Campo, Residencial Parque do Lago, Jardim Joana D'arc, Jardim Maia, Jardim Country Club, Jardim Capricórnio, Jardim Botânico, Jardim Araucária.

Fonte: Elaborado pela autora.

A Figura 4 representa a espacialização das informações por trimestres, desde março de 2020 a fevereiro de 2022, considerando os cinco setores de estudo e sendo apresentado o número de casos positivados para COVID-19, de óbitos.

Para representação dos casos foi utilizada a variação de cores, sendo que quanto mais intensa a cor de preenchimento, maior o número de casos registrados no setor, assinala-se que para compreender as distinções do número ocorrências por setor é necessário realizar uma

leitura minuciosa da legenda, pois alguns números são próximos, demonstrando que em alguns trimestres, não houve muita disparidade entre esses.

Já para representação dos óbitos, foram utilizados círculos proporcionais ao número de mortes, sendo que, quanto maior o círculo, maior a quantidade de óbitos registrados no período de análise.

Conforme Figura 4, o primeiro trimestre analisado, que compreende os meses de março a maio de 2020, quando foram registrados os primeiros casos de COVID-19 em Campo Mourão, constatou-se que o setor 1 foi o que mais registrou casos, com 29 confirmações.

A quantidade de casos na região citada compreende a porção central da cidade, e, dessa forma, a circulação viral e o contágio em maior proporção se correlaciona ao maior fluxo de pessoas, tanto relativo à circulação, quanto aglomeração, dado o deslocamento de pessoas, em função de ser local de empregos, comércio, espaços públicos de lazer, e outros fins.

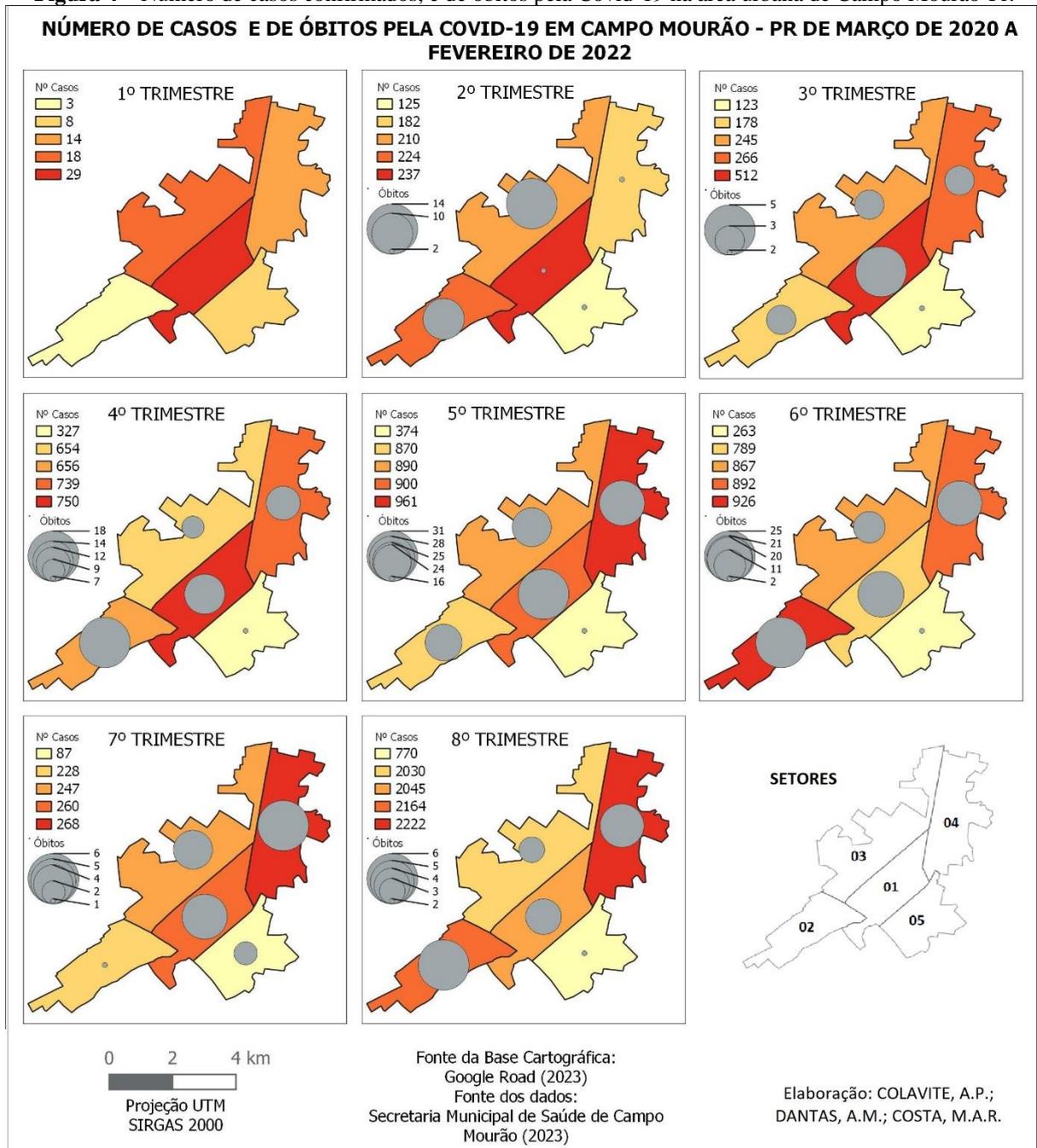
Para Jacobs (1961 *apud* SATHLER; LEIVA, 2022, p. 4): “As características geográficas intrínsecas (proximidade, densidade e aglomeração) proporcionaram prosperidade às cidades e, ao mesmo tempo, aumento da vulnerabilidade urbana às pandemias”. Tal consideração, se aplica também na cidade de Campo Mourão, especialmente quando se trata de doenças virais, dentre as quais se destaca, a COVID-19.

O segundo setor com maior número de infectados, conforme Figura 4, corresponde ao setor 3 que apresentou 18 casos, seguido pelo setor 4, onde foram confirmados 14 casos, em sequência temos o setor 5 com 8 casos, e, por final temos o setor 2, onde foram confirmados 3 casos. No primeiro trimestre, não foram registrados óbitos, porém com relação a esta informação há uma discrepância de dados identificada e explicada na nota de rodapé de número três. Associa-se o baixo número de casos no trimestre em questão, da disseminação inicial do vírus na área de estudo.

O segundo trimestre, que compreende de junho a agosto de 2020, quando comparados ao número de casos com o primeiro, houve agravamento da pandemia com exponencial crescimento. Notou-se também que o setor 1, caracterizado pela área central, continuou abrangendo a maior quantidade de casos, saltando de 29 para 237 casos, representando um aumento de aproximadamente mais de 717% em relação ao trimestre anterior.

Já o setor 2, que anteriormente apresentava o menor número de casos, passa a ser o segundo setor com maior número de casos, correspondendo a um número de 224 casos, seguido pelo setor 3, onde foram confirmados 210 casos, além do setor 4, que apresentou 182 casos. Por fim, temos o setor 5, correspondendo ao menor número, ou seja, 125 confirmações.

Figura 4 – Número de casos confirmados, e de óbitos pela Covid-19 na área urbana de Campo Mourão-Pr.



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde (2022); Elaboração: COLAVITE, A. P.; DANTAS, A.M.; COSTA, M.A.R.

O primeiro trimestre diferenciou-se do segundo, tanto em números quantitativos de casos confirmados, como pelo registro de óbitos, totalizando 30. Desse total, 14 mortes foram confirmadas no setor 3, seguido pelo setor 2 que apresentou 10 mortes, enquanto nos setores 1, 4 e 5 confirmaram-se 2 óbitos em cada um deles. O quantitativo significativo de óbitos no setor

3, refere-se à propagação do vírus no Lar dos Velhinhos Frederico Ozanam que contaminou quase todos os residentes e vitimou fatalmente 14 idosos em poucos dias.

Nos primeiros estágios da pandemia, tanto em nível nacional, quanto local, a contaminação da COVID-19, pode estar atrelada quando as autoridades não haviam adotado políticas de distanciamento social, as informações sobre a doença ainda eram incipientes. Além disso, a mobilidade urbana pode ter favorecido a disseminação viral nos estágios iniciais da pandemia.

Desse modo, a dispersão geográfica em escala regional, se considerar a dinâmica dos meios de transporte, especialmente de ônibus, na área urbana de Campo Mourão e intermunicipal, pode ter contribuído para a elevação dos padrões de disseminação da COVID-19. A distribuição espacial dos casos de COVID-19, se associado a mobilidade urbana, tiveram aumento na elevação dos casos confirmados, ao contrário, em períodos de restrições na mobilidade em razão do distanciamento social, também houve diminuição relativo da contaminação viral.

O terceiro trimestre corresponde aos meses entre setembro a novembro de 2020, obteve maior número de casos confirmados de COVID-19, no setor 1, totalizando 512, seguido dos setores 2, 3 e 4 no qual obtiveram-se consecutivamente, 266, 245 e 178. Já o setor 5, apresentou 13 casos. O aumento de casos, especialmente no setor 1, teve aumento de aproximadamente mais de 116%, se comparado ao segundo trimestre.

Em relação ao número de óbitos, totalizaram 16. Representando um aumento de número de casos positivados de aproximadamente mais de 35% do segundo trimestre para o terceiro trimestre, embora os setores 5 e 2 tenham registrado uma leve redução no número de contaminados.

Em contrapartida, no quarto trimestre correspondente ao mês de dezembro de 2020, janeiro e fevereiro de 2021, obteve expressivo aumento de casos confirmados, totalizando: 3.126. Em relação a distribuição dos casos, a área central correspondente ao setor 1, o qual registrou-se 750 confirmações de COVID-19, aumento de aproximadamente mais de 46%, seguido pelos setores 4, 2 e 3 registrando de forma consecutiva, 739, 656 e 654, e, em menor número 327 casos, o setor 5. Nestes trimestres o quantitativo de casos registrados nos setores que abrangem bairros residenciais foi semelhante ao centro. Em relação ao número de óbitos, totalizou-se 60.

Atrela-se o significativo acréscimo dos casos no referido trimestre, dada a disseminação da pandemia em várias partes do mundo, e também no Brasil e em Campo Mourão, quando o conhecimento epidemiológico da COVID-19 ainda era relativamente baixo, bem como a forma

da população em lidar adequadamente com o cenário vivenciado, e mesmo com todas as medidas sanitárias tomadas ainda tivemos um aumento dos casos positivados, e também relativo à vacinação ainda incipiente.

O alerta à crise sanitária que foi instaurado no Brasil, frente à lentidão em relação ao processo vacinal ao longo de 2021, ao qual destaca o G1, relativo ao Mapa da vacinação contra COVID-19 (2021), que “[...] menos de 25% da população imunizada com duas doses ou dose única nos primeiros seis meses de campanha [...]”. Dessa forma, para minimizar os efeitos, a população recorreu a medidas diversas, como a medicação de fármacos e não-farmacológicas, a testagem foram consideradas importantes na contenção do vírus.

Conforme aponta Sathler e Leiva (2022, p. 7) a população apresentou confusão decorrentes dos variados fatores conexos à propagação do vírus, dentre os quais os autores destacam: “[...] a eficiência das políticas, o engajamento da população e o momento da pandemia, a análise da forma, estrutura e organização urbana pode levantar elementos relevantes para nossa discussão”. Tal fato ocorrera também na área de estudo, dada aos hábitos vivenciados anteriormente, como do conhecimento restrito, as interações sociais, especialmente entre familiares, tanto em espaços privados, quanto em espaços públicos, e também das atividades econômicas que certamente tiveram relação no aumento e de casos confirmados.

Em se tratando do quinto trimestre, que compreende de março a maio de 2021, e, se comparado ao trimestre anterior, houve aumento de casos, de 3.126 para 3.995, correspondendo a 27% a mais. Notou-se que no setor 4 a maior quantidade de casos, saltou de 739 para 961 casos. Os setores 1, 3 e 2, também obtiveram expressividade em relação aos casos, ou seja, aumento apresentando consecutivamente em 900, 890 e 870. E, em menor proporção de casos, 374 condizente ao setor 5.

No referido trimestre, quantitativamente o número de casos confirmados aumentou, e também o registro de óbitos, totalizando 124. Estes distribuíram-se pelos setores, como exposto na Figura 4, sendo 31 óbitos no Setor 1, e sucessivamente nos demais setores, de 2 a 5, um total de: 24, 25, 28 e 16 óbitos. As medidas tomadas para controlar a disseminação do vírus no município foi *lockdown*, mais rígido e toque de recolher.

Em comparação ao trimestre anterior, o sexto trimestre apresentou ínfima diminuição dos casos positivados de COVID-19, ou seja, -6,46 %. Esse quantitativo de casos na área de estudo, pode estar atrelado a fatores de risco, tais como, a disseminação viral no transporte público, meio pelo qual uma significativa parcela da população utiliza para chegar ao trabalho. Dessa forma, a aglomeração em ônibus coletivos pode ter contribuído para o aumento e a

manutenção dos casos, pois a contaminação nesse tipo de transporte pode ser via gotículas respiratórias e também por superfícies já contaminadas pela doença viral.

Outros locais de contaminação, as igrejas, parques, comércio que mesmo obedecendo um padrão estabelecido pelo distanciamento social, e exigência do uso de máscara e álcool gel, foi um meio de contágio, dado serem locais com maior concentração de pessoas.

O sexto trimestre seguiu padrão similar ao quinto, pois ainda apresentou número significativo de casos. O período corresponde entre os meses de junho a agosto de 2021. O setor com mais expressividade de contaminações virais foi o 1 ao qual obteve um total de 926 casos, na sequência, os setores 1, 4 e 3, com quantitativo correspondente a 892, 867 e 789. E, registrando 263 casos confirmados, o setor 5. Em se tratando do número de óbitos, observa-se na Figura 4, um quantitativo de 79 correspondendo a -36 % menor se comparado ao trimestre anterior. No entanto, o atraso na vacinação, dentre outros fatores contribuiu para o cenário vivenciado no país, e também pelo elevado número de óbitos na área de estudo.

Referente a vacinação no Brasil, até o mês de dezembro de 2020 somente a vacina AstraZeneca fora estabelecida para a realização de transferência de tecnologia para a Fundação Fiocruz. Nesse cenário pode-se evidenciar a fragilidade relativa ao Programa Nacional de Imunizações no período pandêmico da COVID-19 (FIOCRUZ, 2020).

No entanto, o avanço da vacinação foi fundamental e estratégico para que houvesse a diminuição, tanto dos casos, e, em relação aos óbitos, bem como pelo fato de evitar a possibilidade de transmissão de novas cepas no território nacional. Aliado a isso, setores responsáveis pela estratégia de vacinação no país necessitam rever a importância dos investimentos em ciência e tecnologia para que em situações pandêmicas como a vivenciada nos anos de 2021 e 2022, possam ser sanadas e melhor tratadas por todos os setores ao qual se abrange.

O sétimo trimestre, o qual abrange os meses entre setembro a novembro de 2021, diferenciou-se do três anteriores, pois apresentou queda significativa de casos confirmados, totalizando 1.090 com diminuição de -71 %. Em relação a distribuição dos casos por setores, neste trimestre, o setor 4 e 1 apresentaram resultados similares, 268 e 260 casos confirmados de COVID-19; já os setores 3 e 2 apresentou respectivamente 247 e 228 casos; e o setor 5, como em todos os trimestres anteriores apresentou número inferior de casos, um total de 87, conforme Figura.

Relativo ao número de óbitos, totalizaram-se 18. Desses, 6 mortes foram confirmadas no setor 4, seguido pelos setores 1, 3, 2 e 5 que apresentou de forma respectiva, 5, 4, 2 e 1 mortes. A expressiva queda dos casos no citado trimestre pode ser atribuída a menor circulação

viral da COVID-19 no país, e também na área de estudo, dado ao aumento da vacinação, o que fez reduzir a gravidade, tanto da transmissibilidade, quanto da disseminação.

O oitavo, e último trimestre estudado, corresponde ao mês de dezembro de 2021, e aos meses de janeiro e fevereiro de 2022, período ao qual houve ampliação dos casos confirmados em todos os setores foco de estudo, registrando-se consecutivamente, 2.222, 2.164, 2.045, 2.030, e 770 no setor 5. A expressividade dos casos deveu-se em razão do período ter voltado as atividades a modalidade presencial, e dessa forma, o contágio se disseminou na área de estudo, no entanto, diante os mais de nove mil casos no trimestre, os sintomas foram mais amenos, dado o estágio de vacinação avançado. E, os 20 óbitos registrados, possivelmente fora em decorrência de internações, ou pessoas que não haviam tomado nenhuma dose da vacina, ou ainda apresentavam comorbidades crônicas, que associadas a COVID-19, foram fatais.

Assevera-se, portanto, que foram muitos os desafios vivenciados nesta pandemia, desde o processo inicial, ao qual registraram-se os primeiros casos na área de estudo, e mais desafiante ainda no decorrer do processo. Assim, é oportuno estudos que versem sobre doenças advindas bem como, debates que demandam sobre a configuração geográfica das cidades, tais como, mobilidade urbana, déficit habitacional, moradias inapropriadas, e da segregação socioespacial, temas já retratados por autores renomados, como Ana Fani Carlos Alessandri (2020).

As políticas públicas nos setores de Saúde Pública, também demandam mais pesquisas, dado o conhecimento incipiente da população em torno da prevenção e cuidados básicos com a saúde. Tais políticas públicas visam a melhoria dos atendimentos de curto e médio prazo para a população.

Ribeiro et al. (2020), ao avaliarem diversos municípios brasileiros, observaram que as cidades pequenas estão mais vulneráveis à dispersão da COVID-19, no início da pandemia. No entanto, em relação ao número de óbitos, a incidência nos grandes centros urbanos foi maior a longo prazo, dada questões diversas, do distanciamento social mais tardio, e de forma peculiar, ou seja, aglomeração de pessoas, em residências ínfimas, as condições sanitárias, e de atendimento rápido, podem não ter ocorrido, resultando em um maior número de óbitos.

3.3 Caracterização dos setores selecionados para aplicação empírica

O crescimento das áreas urbanas gerou grande número de população em aglomerados urbanos, evidenciando diversos desafios. Mediante pesquisa pode-se observar que a pandemia corroborou ainda mais com a problemática vivida nas cidades, do mundo e do Brasil, tanto em

razão da urbanização crescente e desordenada, quanto pelo trânsito intenso, pela poluição, e pela falta de espaços públicos, sem veículos automóveis, deixando em evidência a importância dos espaços públicos para o fornecimento do bem-estar GEHL (2011).

Para Gehl (2011), o espaço público potencial é aquele feito para o homem voltado às atividades humanas, como caminhar, socializar, comprar, sentar, descansar entre outros.

Nesta equação, a malha urbana de Campo Mourão apresenta-se bastante ampliada, principalmente em decorrência da formação de novos bairros. No entanto, a população dos bairros periféricos têm sido um dos grupos sociais mais afetados dada a precariedade de espaços públicos (figura 5), sendo algumas áreas contempladas com a implantação de Parques Públicos, praças ou academia ao ar livre, beneficiando diretamente grupos sociais determinados, enquanto outras áreas e outros grupos sociais ficam à margem deste processo.

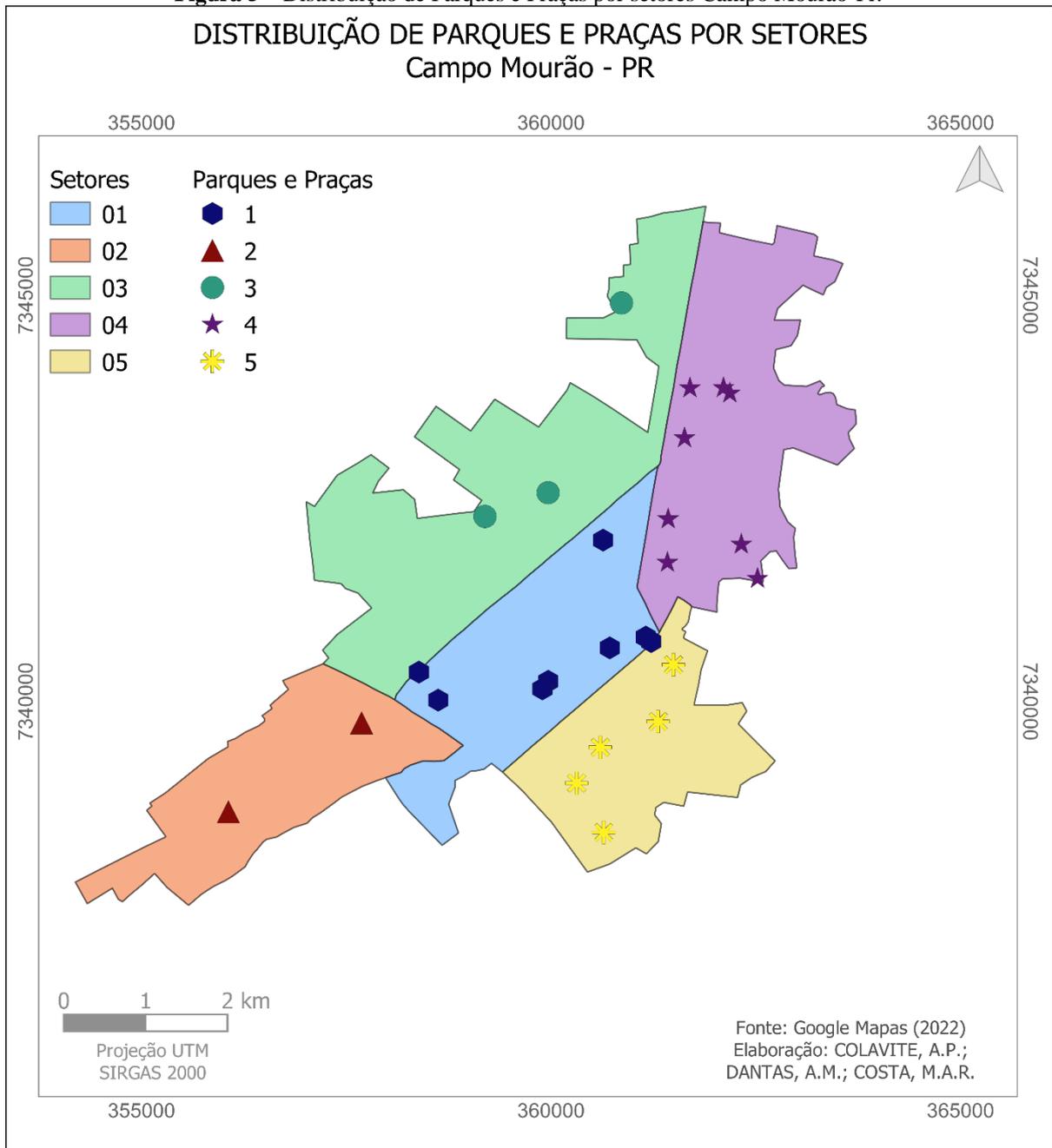
Na área do setor 1 (figura 5), encontram-se as principais lojas do comércio da cidade, residências, prédios residenciais, comerciais e mistos, instituições financeiras, educacionais, religiosas, entre outras. Este setor abrange 10 bairros, ao qual observa-se que os espaços públicos se limitam à praça São José, que se torna extensão da igreja Catedral São José, a Praça Getúlio Vargas, e ainda no centro da cidade, a praça Bento Munhoz da Rocha Neto (Praça do Fórum), que atualmente encontra-se em revitalização, e no Jardim Santa Nilce I, a Praça Alice Alves de Macena.

Os referidos espaços públicos, especialmente aqueles da área central, são frequentados de forma esporádica pela população de baixa renda, cujas residências se encontram em áreas periféricas, e onde o lazer não é opção primeira. Fato que ficou ainda mais evidente, no período pandêmico.

Em relação ao setor 2, este possui 12 bairros, sendo alguns desses, constituídos por conjuntos habitacionais que fazem parte de Programas Habitacionais do Governo Federal. Conforme salienta Marcotti e Marcotti (2011), nos anos de 1950 e 1960, houve um crescimento da cidade em sentido sudoeste, e o surgimento do bairro Lar Paraná, sendo um dos mais populosos da cidade.

Conforme figura 5, o setor 2 possui apenas dois espaços públicos, sendo o Parquinho infantil Lar Paraná, no conjunto Lar Paraná, e a praça Governador Moisés Lupion, no conjunto Habitacional Milton Luiz Pereira. A população residente, se classifica especialmente, contendo famílias com crianças que frequentam os referidos parques, dada a proximidade das moradias, e buscando uma área de lazer e convivência.

Figura 5 – Distribuição de Parques e Praças por setores Campo Mourão-Pr.



Elaboração: COLAVITE, A. P.; DANTAS, A.M.; COSTA, M.A.R.

Em se tratando da distribuição dos bairros, o setor 3 é o que contém o maior número de bairros, contemplando um total de 24, ao qual numa parcela do seu território foi construída casas populares, destinadas a população pertencente as classes com baixo poder aquisitivo. No entanto, nos últimos anos houve aumento do número de loteamentos residenciais, adentrando aos limites do Rio do Campo, e do Rio 119, que envolvem o município. Os mesmos se encontram afastados do centro, sendo que esses imóveis visam o financiamento público habitacional, criando assim, novos bairros de médio padrão.

Neste setor inclui-se o Jardim Cidade Nova, como sendo um dos bairros dotados de casas populares, o Parque Municipal das Torres, que passou por revitalização total, sobretudo, na Academia ao Ar Livre, parquinho infantil, e pista de caminhada. O local é frequentado pelos moradores, pois os mesmos se reúnem para usufruir de entretenimento e contato com o verde, buscando diversão e lazer. No setor 3 pode-se citar ainda, o Jardim Cidade Alta II, ao qual contempla a Praça Lorrana Nely.

Já na outra extremidade da cidade localiza-se o Jardim Modelo, ao qual contempla bairros ocupado por classes sociais com rendas baixas, e por se tratar de um setor mais distanciado da área central, foi revitalizado o Parque das Torres, área verde e de lazer para a população que lá reside.

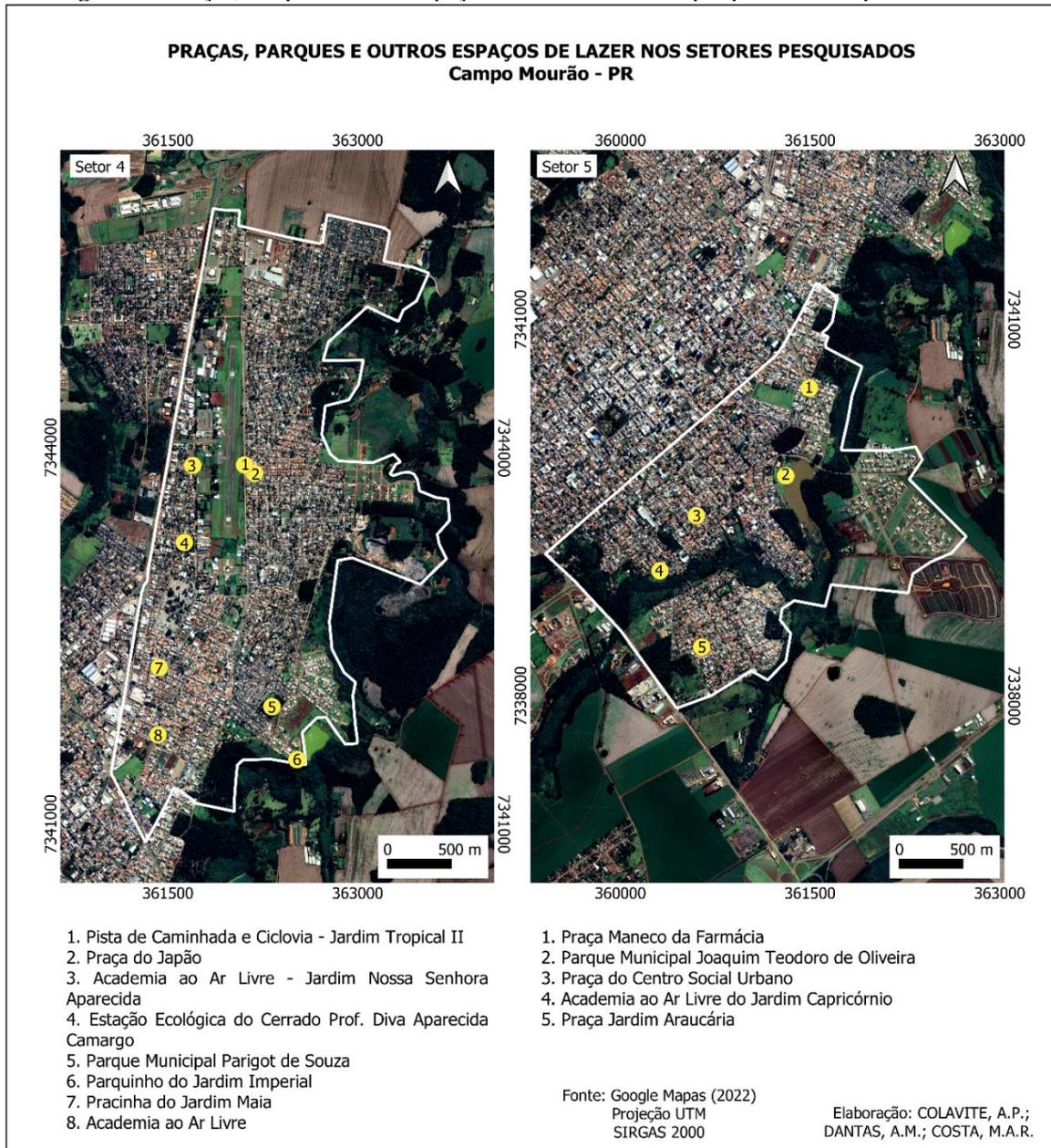
Para a pesquisa escolheu-se dois setores de estudos, sendo eles, o setor 4 que contempla 16 bairros, e o setor 5, que corresponde a 16 bairros. Ao relacionar as referidas áreas de lazer com o período pandêmico, observou-se que o setor 4 obteve o maior registro de casos positivados e de óbitos, ao contrário do setor 5, que obteve menor registro de casos positivados e de óbitos (Quadro 4).

Esses setores foram escolhidos por apresentarem um número maior de praças e parques, contendo áreas verdes, se comparado aos outros setores da cidade (conforme observado no mapa da Figura 6). Em relação a densidade demográfica desses dois setores selecionados, observou-se que a população tem melhor acesso a esses espaços por contemplar espaços públicos para lazer.

O setor 4, ao qual abrange a região leste da cidade de Campo Mourão, também concentra bairros periféricos. Nele, estão os Conjuntos Habitacionais do Governo Federal. Como característica econômico-social, esses bairros apresentam renda per capita entre 1.946,00 reais, e sua população tem estimativa de vida 62,4%, entre as faixas etárias 15 a 64 anos, estes entre sua maioria são estudantes e trabalhadores. (População, 2010).

O outro setor de estudo, o 5 (Quadro 4), corresponde a alguns dos bairros centrais da cidade de Campo Mourão. Esses bairros possuem renda per capita de 3.900,00 reais, e em relação a estimativa de população de 67,3%, ao qual encontram entre 15 a 64 anos. (População, 2010). Os bairros dessa localidade apresentam moradias de médio e alto padrão, e se comparadas com o outro setor 3, evidencia maior poder aquisitivo.

Figura 6 – Praças, Parques e outros espaços de lazer nos setores pesquisados Campo Mourão-Pr.



Elaboração: COLAVITE, A. P.; DANTAS, A.M.; COSTA, M.A.R.

Além dos fatores socioeconômicos e demográficos, considerou-se como critério de escolha, o número de casos e óbitos da COVID-19 registrados em cada setor. Sendo que o setor 4 despontou em vários trimestres como um dos que obteve maior número de registros, em oposição ao setor 5, que se manteve em todo o período pandêmico, o menor número de casos registrados. Essa contradição e discrepância assinalou o interesse em pesquisar com mais detalhamento as influências da pandemia no cotidiano da população, em relação aos usos do espaço público e das práticas socioespaciais.

Embora no geral o setor que abrange a área central tenha registrado o maior quantitativo de casos da COVID-19, este não foi selecionado para a pesquisa de campo, pois apresenta dinâmica de atividades e organização diferentes dos setores que contemplam os bairros residenciais.

A estrutura diferenciada dos setores selecionados é evidente seja, na composição da população, na arquitetura e infraestrutura urbana, nas dinâmicas vivenciadas. Um exemplo descrito pode ser mencionado por Marcotti e Marcotti (2011), que indicam que na cidade há tamanhos de terrenos variados:

[...] menor terreno encontrado foi de 174 m², e estava situado no Conjunto Residencial Avelino Picentini, localizado na Asa Leste da de Campo Mourão. Este conjunto habitacional faz parte de um programa habitacional do governo federal, onde as casas possuem aproximadamente 37 m². Já o maior terreno residencial observado durante o estudo, possui 687 m² e está localizado no jardim Flora II, que possui uma das melhores valorizações do município. (MARCOTTI; MARCOTTI, 2011).

Conforme exposto, o tamanho dos terrenos varia, bem como, o valor dos lotes, em se tratando da área que abrange o espaço urbano de Campo Mourão, dada a especulação imobiliária existente. Ressalta-se desse modo, o preço agregado por metro quadrado de um terreno, na periferia ou na área mais central, destacando que o poder aquisitivo se torna essencial para morar num espaço amplo, e com condições adequadas de infraestrutura.

Em se tratando da disponibilidade de transporte público, foi possível perceber diferentes características, em relação aos dois setores, especialmente quanto as rotas de ônibus, e localização dos pontos de paradas. O Setor 4 apresenta pontos de ônibus em grande parte da extensão da rota, e atendendo boa parte população, em termos de localização, ligando os bairros com a área central da cidade. Já o Setor 5 apresenta uma rota de ônibus curta, deixando a maior parte dos bairros, sem a disponibilidade do serviço de transporte público, e não cobrindo significativa parte dos bairros, além de possuir poucos horários.

Compreende-se que, grande parte dos moradores deste setor, necessitam de transporte público condizente, ou seja, mais horários e rotas disponíveis, dada as condições socioeconômicas dos mesmos. O que diferencia do Setor 4, uma vez que os bairros apresentam moradias de médio e alto padrão, o que indica maior poder aquisitivo, bem como, veículos próprios.

Os serviços de saúde e educação, também apresentam diferença em termos de distribuição, sendo que no Setor 4 encontram-se maior número de escolas Estaduais, Municipais

e CEMEIs (Centros Municipais de Educação Infantil), com a presença de maior número de Unidades Básicas de Saúde. Ao contrário, o Setor 5 possui número reduzido de escolas Estaduais, Municipais e CEMEIs, e uma Unidade Básica de Saúde, sendo equiparado as condições socioeconômicas dos moradores, em relação a referida demanda.

O mesmo ocorre em relação a algumas áreas que foram contempladas com a implantação de Parques Públicos Urbanos, beneficiando diretamente grupos sociais determinados, enquanto outras áreas, e outros grupos sociais ficam à margem deste processo.

No Setor 4 encontra-se o Parque Municipal Parigot de Souza que possui menor extensão, se comparado ao Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira. É consideravelmente arborizado, e possui uma trilha pequena de aproximadamente 450 metros. Outros bairros que se encontram no Setor 4, também contam com Academia ao Ar Livre e um Parquinho Infantil.

Figura 7 – Parque Municipal Parigot de Souza



Fonte: COLAVITE, A. P.; DANTAS, A.M.; COSTA, M.A.R.

Figura 8 –Jardim Montes Claros: Praça do Japão



Fonte: COLAVITE, A. P.; DANTAS, A.M.; COSTA, M.A.R.

Figura 9 –Pista de caminhada e ciclovia do Jardim Tropical II



Fonte: COLAVITE, A. P.; DANTAS, A.M.; COSTA, M.A.R.

Figura 10 –Praça Jardim Tropical II



Fonte: COLAVITE, A. P.; DANTAS, A.M.; COSTA, M.A.R.

Figura 11 – Academia ao Ar Livre Jardim Ilha Bela



Fonte: COLAVITE, A. P.; DANTAS, A.M.; COSTA, M.A.R.

Em relação às áreas de parques e praças, no setor 5 encontra-se o Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira, o qual foi criado no ano de 1971. O referido parque é o mais movimentado da cidade, considerado, o ponto turístico mais visitado do município, além de abranger os principais bairros de classe média e média alta de Campo Mourão. Esta localidade perfaz o Jardim Araucária, o Flora I e II, o Jardim Botânico, o e Country Club. Outros bairros que fazem parte desse mesmo setor, também possuem praças com Academias ao ar livre e parquinhos infantis.

Figura 12 – Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira



Fonte: COLAVITE, A. P.; DANTAS, A.M.; COSTA, M.A.R.

Figura 13 – Jardim Flora 4 – Praça Manoel do Nascimento



Fonte: COLAVITE, A. P.; DANTAS, A.M.; COSTA, M.A.R.

Figura 14 – Praça Jardim Araucária



Fonte: COLAVITE, A. P.; DANTAS, A.M.; COSTA, M.A.R.

A partir desses resultados foi possível constatar, que embora num mesmo contexto urbano, os dois setores estudados apresentam características diferentes em termos socioeconômicos, de infraestruturas, espaços públicos e saúde.

Em tempos de pandemia, analisando os casos positivados e óbitos por COVID-19, também se observa uma significativa diferença, sendo que no setor 4 obteve-se maior número de casos positivados e óbitos. Entretanto, no setor 5 obteve-se as menores taxas de óbitos e positivados, conforme verificado nos dados e informações obtidas nos mapas da Figura 4.

Em se tratando das condições socioeconômicas dos moradores, considera-se que as mesmas podem influenciar ao acesso de assistência à saúde, sendo ela privada, ou pública, e

também na possibilidade do cumprimento dos protocolos de isolamento com o rigor necessário.

Nesse viés, ressalta-se que a maior parcela da população acometida pela COVID-19 foi atendida mediante o SUS - Sistema Único da Saúde, sistema este, com falta de infraestrutura necessária para atendimento em maior escala da população mourãoense, repercutindo na falta de leitos e medicamentos necessários ao atendimento adequado e digno.

4 AS RELAÇÕES DA POPULAÇÃO COM O USO DO ESPAÇO PÚBLICO NA PANDEMIA DA COVID-19

O objetivo da seção é compreender de que forma a pandemia da COVID-19 interferiu nas práticas socioespaciais da população e, no uso do espaço público. De acordo com os resultados obtidos, fez-se a classificação e o debate de quais foram as principais mudanças vivenciadas pela população pesquisada e, se existe diferença dos resultados finais dos dois setores analisados.

A pesquisa utilizou a ferramenta de questionário *on-line* (Apêndice B) da plataforma *Google Forms*, sendo que as questões abordadas eram relativas as mudanças dos hábitos socioespaciais e no uso dos espaços públicos, dos participantes das entrevistas, levando em consideração mudanças que poderiam ter ocorrido pela pandemia da COVID-19.

O público alvo foram os moradores do setor 4, que abrange a região Leste da cidade de Campo Mourão, e que concentra bairros mais periféricos. Nesse setor, obteve-se as maiores taxas de óbitos e positivados por COVID-19. O setor 5 foi o outro escolhido, e que corresponde a alguns bairros centrais, sendo que, neste obteve-se as menores taxas de óbitos e positivados por COVID-19.

O recrutamento foi realizado como trabalho de campo, caracterizadas como, visitas domiciliares, para melhor entendimento da distribuição da amostra adaptou-se o LIRAA (Levantamento Rápido de Índices para *Aedes aegypti*).

O delineamento de amostragem para cada município será determinado em função da sua densidade populacional e do número de imóveis existentes, sendo considerada uma técnica de amostragem por conglomerados, tendo o quarteirão como a unidade primária de amostragem e o imóvel, a unidade secundária. O plano amostral determina que sejam sorteados quarteirões e dentro dos quarteirões os imóveis, durante a visita do agente. Tal procedimento permite menor concentração de imóveis nos quarteirões sorteados (LIRAA, 2013).

Desse modo, por meio do LIRAA estabeleceu-se um exemplo de amostragem, no espaço onde cada bairro teve suas quadras contabilizadas e, desse total, foram escolhidos para coleta dos questionários 10% das quadras existentes em cada bairro. As visitas foram feitas em 10% das quadras, sendo nestas quadras aplicado o questionário em uma residência. Além disso buscou-se uma proporcionalidade entre os bairros, considerando o tamanho desses, em relação ao número de quadras que o compõe. Desta forma obteve-se a distribuição nos setores e por

bairros, conforme apresentado no Quadro 5. Outro critério utilizado foi visual, buscando coletar os dados de forma espaçada e não concentrada em quadras muito próximas.

As visitas foram feitas em vários momentos, como após as 18 horas, período da manhã, dias de semana, finais de semana procurando não se estender muito, para não ser um horário de incômodo para o respondente. Sempre era feita uma apresentação formal da pesquisa, e dos objetivos na investigação, e perguntado se concordariam em participar, além disso foi explicado que a qualquer momento poderiam desistir da participação.

Quadro 5 – Total de Participantes por Setores e Bairros

SETOR 4		SETOR 5	
Bairro/agrupamentos	Total Participantes	Bairro/agrupamentos	Total Participantes
Jardim Tropical I e II	7	Flora I, II, III e IV	3
Jardim Aeroporto e Moradias Condor	7	Jardim Flor de Liz e Jardim Flórida	5
Jardim Francisco Ferreira Albuquerque	3	Jardim Laura	6
Jardim Ilha Bela	3	Jardim Gutierrez e Jardim Country Clube	5
Jardim Diamante Azul e Conjunto Habitacional Montes Claros	3	Jardim Capricórnio e Jardim Maia	4
Conjunto Habitacional Parigot de Souza e Jardim Sol Nascente	5	Jardim Botânico I e II	6
Jardim Isabel, Vila Corinthians, Jardim Kimberlin, Jardim Silvana	4	Jardim Araucária	3
Jardim Paulista	2	Jardim Rio do Campo e Residencial Parque do Lago	2
Moradias Avelino Piacentini	2		
TOTAL	36		34

Elaboração: COLAVITE, A. P.; DANTAS, A.M.; COSTA, M.A.R.

Para a pesquisa, os respondentes precisavam estar dispostos a recordar dos momentos vividos durante a pandemia, para isso utilizaram a habilidade da memória para relatar os eventos e acontecimentos vividos no período pandêmico.

Durante a pesquisa, os respondentes foram auxiliados com estímulos para recordarem, de modo a não influenciá-los na resposta, pelo fato da importância do momento vivido da pandemia ter sido diferente para cada um, dado as circunstâncias. Além disso, o momento da aplicação dos questionários foi bastante agradável e, todos responderam de forma descontraída, de modo que muitos contavam os problemas vividos naquele momento pandêmico, a exemplo, dos problemas de saúde, e perda de algum parentesco, ou amigo pela Covid-19.

A maioria dos participantes levaram em média quinze minutos para responder todo o questionário. Duração que havíamos calculado para a leitura e resposta, alguns participantes pediram para enviar o questionário pelo *whatsapp*, e que responderiam, em momento oportuno.

A pesquisa foi estruturada em quatro seções, com um total de 51 questões. Antes do aceite da participação na pesquisa, foi lido o TCLE, e esclarecidas as dúvidas que porventura surgiram, sendo que a participação foi voluntária, e preservada a identidade dos (das) participantes.

Mediante questionários obteve-se o quantitativo de 70 respostas. Para Gil (2006), as pesquisas quantitativas consideram que tudo possa ser contável, ou seja, que seja gerado informações a partir de números, para assim classificá-los e analisá-los. Já as qualitativas, consistem em coletas de dados, por meio de observação, relato, entrevista e outros, sendo utilizada a dinâmica entre o mundo e o sujeito, não traduzida por números.

A primeira seção do questionário, abordava a participação do entrevistado, se aceitava responder o questionário. A segunda seção correspondeu ao perfil do participante, a qual analisou-se alguns dados importantes, como, o gênero, a faixa etária dos participantes, a escolaridade.

Algumas perguntas se voltaram ao momento pandêmico, ou seja, se os respondentes mudaram de emprego/serviço durante a pandemia, e se sua renda mudou durante a pandemia. Com base nas questões realizadas pelo formulário traçou-se brevemente, o perfil dos participantes, comparando as disparidades e proximidades das duas áreas selecionadas.

A seção três do questionário, se referiu ao que foi chamado de “Características da residência no período de isolamento social”. O questionário foi composto por questões abertas e fechadas uma vez aplicado com a população serviu para compreender como o isolamento social, transformou a rotina e os hábitos dos participantes, dentro da sua residência.

A quarta seção engloba, “O isolamento social e o uso do espaço público na pandemia”, e contemplou, a parcela do questionário com as perguntas mais detalhadas sobre os hábitos de uso dos espaços públicos. Contendo 23 perguntas sendo algumas abertas e, outras com a opção de escolher mais de uma alternativa por questão.

Nesta, foram selecionadas questões mais específicas sobre o comportamento, percepções, reflexões, mudanças no hábito que os respondentes possam ter vivenciado no que se refere aos espaços públicos durante o contexto pandêmico. Ao final do questionário, algumas afirmativas foram feitas sobre sensações, desejos e hábitos a serem mantidos, os respondentes podiam selecionar mais de uma opção, nas questões de múltipla escolha.

Os resultados obtidos foram organizados em gráficos e quadros, separando as repostas do Setor 4 e 5, propiciando as análises comparativas dos dados dos dois setores pesquisados e identificando os padrões socioespaciais dessas práticas, no decorrer dos dois anos pesquisados.

A apresentação dos resultados foi realizada da seguinte forma, primeiramente definiu-se o perfil dos respondentes. Em seguida foram analisadas as seções na ordem que estão distribuídas no questionário, começando com as características da residência no período de isolamento social, durante a pandemia.

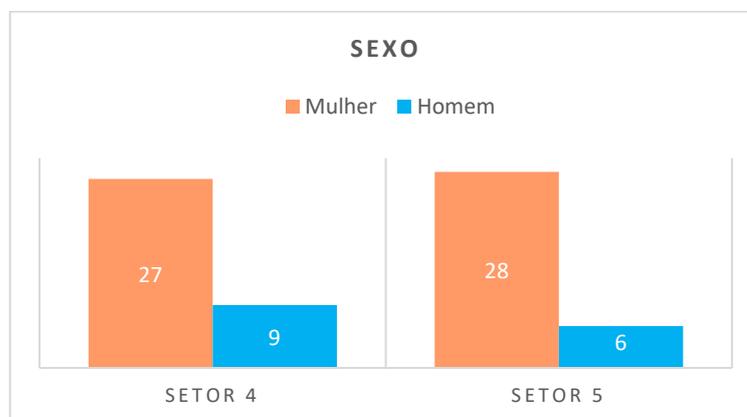
E, por fim, analisaram-se as transformações dos indivíduos, ou seja, acerca da situação do isolamento social, e o uso do espaço público na pandemia, onde realizaram-se a classificação e debate das principais mudanças vivenciadas pela população pesquisada, a propósito do uso dos espaços públicos, mediante contexto da pandemia.

4.1 Breve caracterização do perfil e da residência dos entrevistados

A pesquisa obteve 70 respostas, sendo 36 respondentes do setor 4 e 34 respondentes do setor 5. Considerando que no setor 4 obteve-se maior densidade demográfica do que o setor 5, o número de respondentes apresentou-se maior.

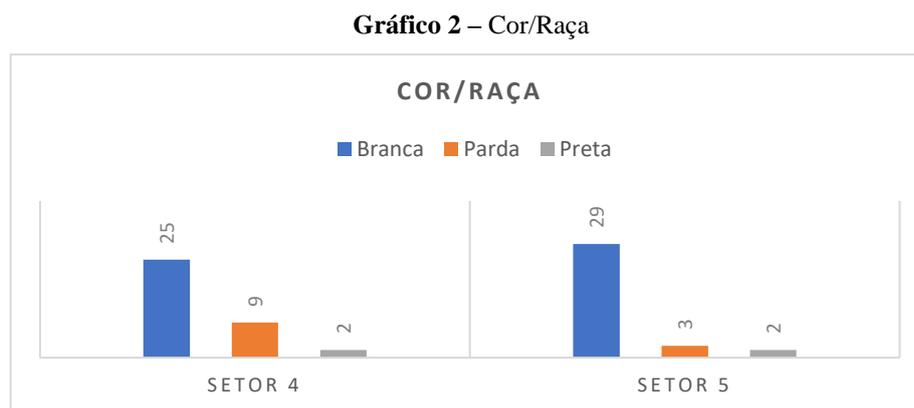
De acordo com os resultados alcançados nesta pesquisa, no setor 4, a amostra do estudo foi composta por 27 respondentes que se identificam com o sexo feminino, e, 9 se identificam com o gênero masculino. No setor 5 foram 28 respondentes do sexo feminino e, 6 do sexo masculino, como demonstrado no gráfico 01. Portanto, considera-se que neste quesito houve paridade nas respostas, entre os dois setores.

Gráfico 1 – Sexo



Elaboração: COLAVITE, A. P.; DANTAS, A.M.; COSTA, M.A.R.

Em relação a cor/raça, observou-se que o setor 4, abrangeu 25 respondentes que se autodeclararam brancos, 9 que se autodeclararam pardos e 2 que se autodeclararam da cor preta. No setor 5 encontrou-se um aumento no número dos que se declaravam brancos, e redução no número dos que se declaravam da cor/raça, parda e preta, como demonstrado no gráfico 02, apresentando pequena disparidade, em relação a este quesito, entre os setores.

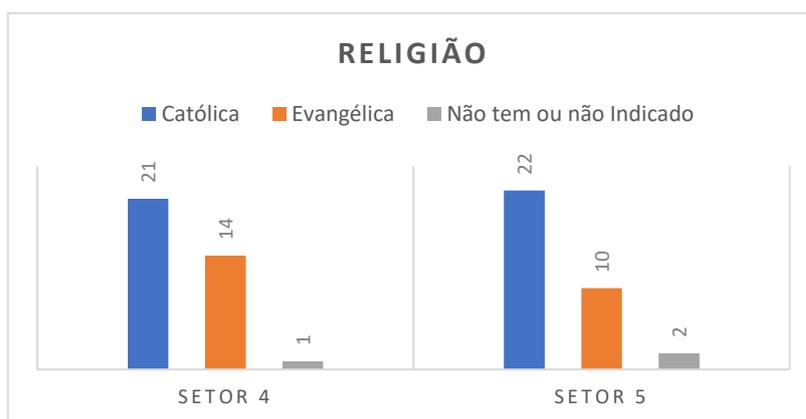


Elaboração: COLAVITE, A. P.; DANTAS, A.M.; COSTA, M.A.R.

Ao analisar a religião dos participantes dos setores 4 e 5, a maioria dos respondentes afirmam ser da religião católica. Como observa-se no gráfico 03, no setor 4 abrangeu um total de 21 pessoas da religião católica, 14 evangélicos e 1 respondente, optou pela resposta não tem, ou não indicado. No setor 5, 22 respondentes afirmaram ser católicos, seguida pela religião evangélica, com o total de 10 pessoas e, 2 respondentes optaram pela resposta, não tem ou não indicado, como pode-se observar no gráfico 3. Neste gráfico nota-se equilíbrio das respostas entre os dois setores.

Em relação a faixa etária no setor 4, a divisão de 45 e 60 anos foi a mais representativa com 12 respondentes, seguida pelo intervalo de idade entre 35 e 44 anos, totalizando 11 dos respondentes. Na fase “jovens adultos”, considerando a divisão entre 25 a 34 abrangeu os números de 10 respondentes, e na divisão de 18 a 24 obteve-se 3 respondentes, sendo que neste setor não houve respondentes acima de 60 anos.

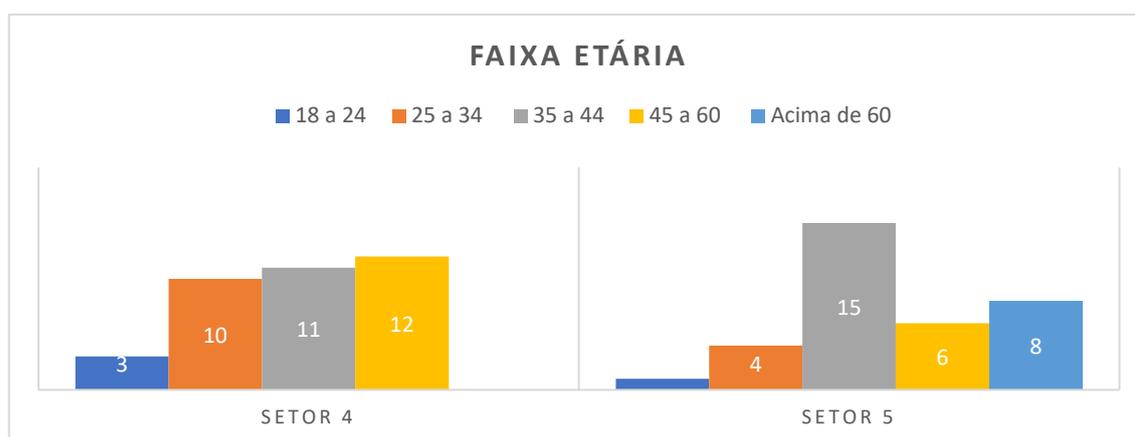
Gráfico 3 – Religião



Elaboração: COLAVITE, A. P.; DANTAS, A.M.; COSTA, M.A.R.

No setor 5, a divisão entre faixas etárias entre 34 a 44 anos foi a mais expressiva, com 15 respondentes na amostra, seguido da divisão etária entre 45 a 60, com 6 respondentes, e na divisão etária entre 18 a 24, somente 1 respondente. Diferentemente do setor 4 que não se obteve respondentes acima de 60 anos, o setor 5 contemplou 8 respondentes da população, acima de 60 anos. Fato este, que pode ter relação com as características dos bairros que possuem mais população acima de 60 anos. As informações com todas faixas etárias estão evidenciadas no gráfico 04.

Gráfico 4 – Faixa Etária

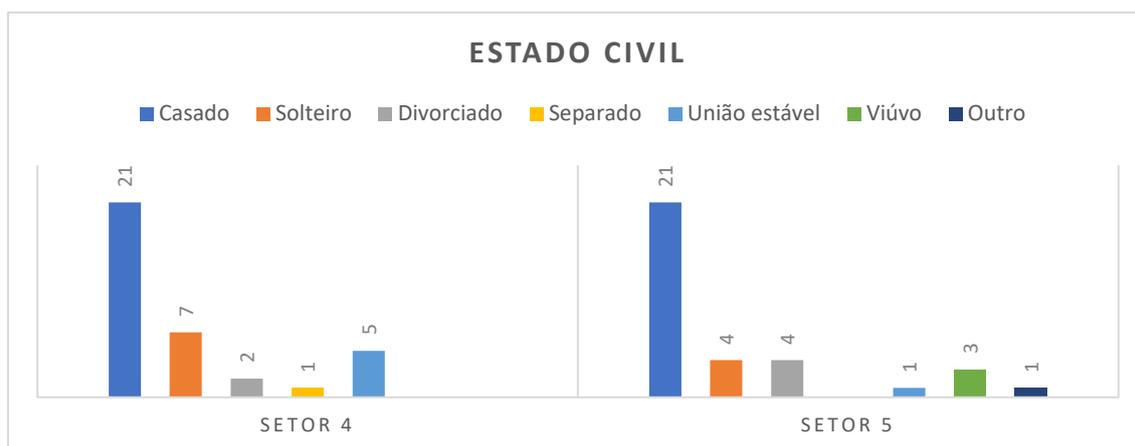


Elaboração: COLAVITE, A. P.; DANTAS, A.M.; COSTA, M.A.R.

Quando perguntado sobre estado civil, a opção com o maior número de representantes foi casado(a), e os demais também demonstraram valores semelhantes nos dois setores analisados. No setor 4 conteve-se 21 respondentes casados (as), e nenhum respondente classificado como viúvo (a), e outros. Entre os solteiros (as) foram 7 respondentes classificados, seguidos de 5, como união estável, 2 divorciados e 1 separado(a).

O setor 5 apresentou o mesmo quantitativo do setor 4, com 21 respondentes casados (as). Já a opção solteira (o), e divorciado (a) obteve 4 respondentes, seguido de 3 respondentes viúvo(a) e 1 respondente para união estável e outro. Neste setor não conteve-se respondentes separados (as), dados ilustrados no gráfico 05.

Gráfico 5 – Estado Civil



Elaboração: COLAVITE, A. P.; DANTAS, A.M.; COSTA, M.A.R.

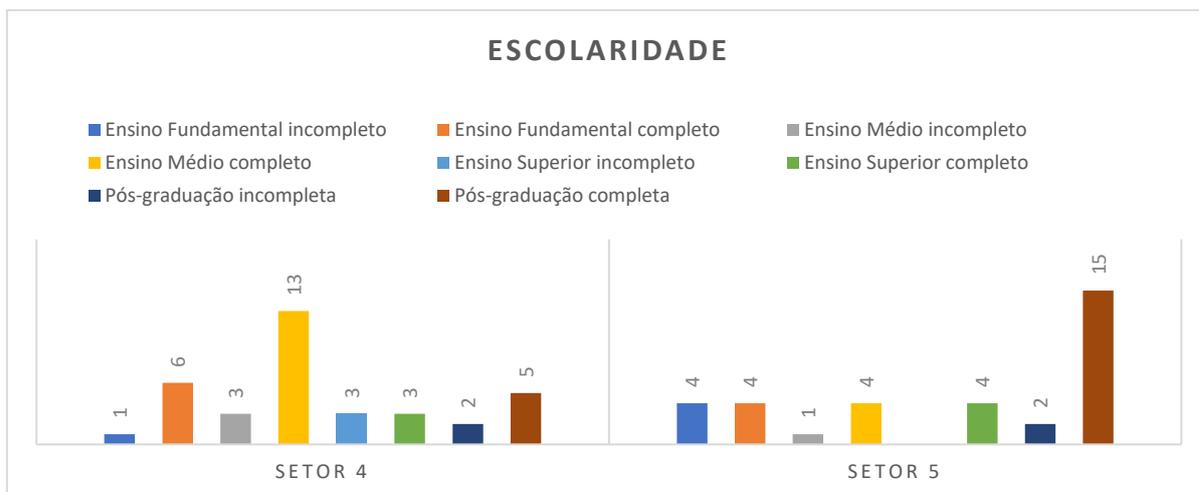
Em relação à escolaridade, esta apresentou grande discrepância nas respostas entre os dois setores analisados. O setor 4 é representado por aquele com o maior número de bairros periféricos, sendo assim, a escolaridade com maior relevância entre os respondentes foi o Ensino Médio Completo, com 13 pessoas. Na sequência, 6 respondentes com o Ensino Fundamental Completo, e, em terceiro, 5 respondentes com Pós-Graduação Completa.

O setor acima identificado abrangeu as opções, Ensino Médio Incompleto, Ensino Superior Incompleto e Ensino Superior Completo, com 3 participantes cada. A opção com Pós-Graduação Incompleta obteve 2 participantes, e apenas 1 participante, com Ensino Fundamental Incompleto.

Quanto à situação da escolaridade do setor 5, a opção com maior número de respondentes foi de Pós-Graduação Completa com 15 pessoas, seguido de 4 respondentes cada, para as opções de Ensino Fundamental Incompleto, Ensino Fundamental Completo, Ensino médio Completo, Ensino Superior Completo. As demais opções foram Ensino Médio Incompleto, com 1 respondente, e 2 respondentes para a opção Pós-Graduação Incompleta.

Neste setor, não obteve-se resposta para a opção Ensino Superior Incompleto. Dessa forma, pode-se notar que a grande maioria dos entrevistados, se somado os dois setores pesquisados foram de 20 respondentes com Pós-Graduação, dados ilustrados no gráfico 06.

Gráfico 6 – Escolaridade



Elaboração: COLAVITE, A. P.; DANTAS, A.M.; COSTA, M.A.R.

No que se refere a situação empregatícia, a pesquisa no setor 4 contou com 24 profissões ou ocupações diferentes. Com 3 respondentes cada foram incluídos, Atendente ou Frentista de Posto de Combustível, Empresário, Estudante e Professor. Com 2 respondentes cada incluíram-se, Autônomos, Auxiliar de Serviços Gerais, Do Lar e Técnica de enfermagem. Com 1 respondente cada, Analista de Controle de Qualidade, Auxiliar de Produção, Balconista, Eletricista, Empregada doméstica, Estagiário, Gerente comercial, Mecânico, Manicure, Operador de rádio, Operador de Empilhadeira, Pedagoga, Profissional da Educação Física, Psicóloga, Secretária e Vendedora.

Essa diversidade de ocupações, demonstra que durante a Pandemia, os respondentes faziam parte de grupos distintos, e com diferentes graus de exposição ao vírus.

O setor 5 contou com 19 diferentes áreas profissionais, sendo a maioria constituídos de Professores, com 9 respondentes, seguidos de 6 respondentes Aposentados e 3 Do Lar. Com 1 respondente cada, Auxiliar de escritório, Autônoma, Cabeleireiro, Chefe de Cozinha, Construtor, Corretora de Imóveis, Diretora Escolar, Empresário, Encarregada Administrativa, Enfermeira, Esteticista, Fisioterapeuta, Funilaria e Pintura, Operadora de Caixa, Professor(a), Secretária, Turismóloga.

Ainda que, no setor 5, a diversidade de profissões indicadas seja menor do que em relação ao outro, é uma variação considerável, e que também levou os respondentes a terem diferentes situações de contato com o vírus.

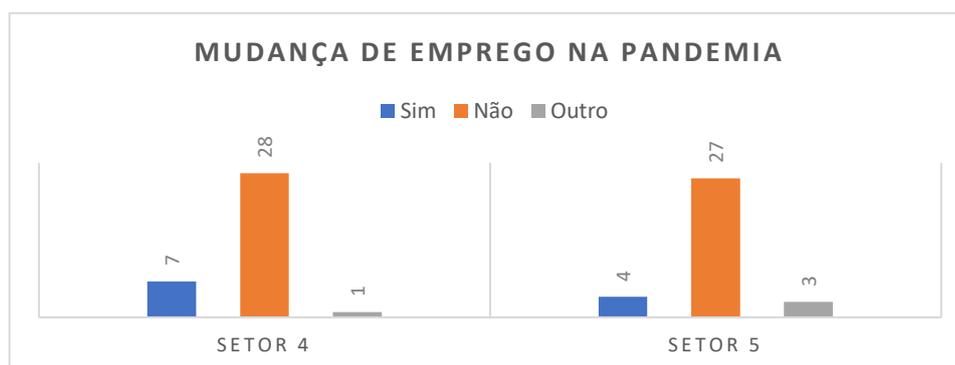
Sendo assim, o perfil da situação empregatícia da pesquisa é representado por profissionais com Ensino Superior trabalhado em suas respectivas funções. (Quadro 06).

Quadro 6 – Perfil da situação empregatícia por setores

SETOR 4	Nº		SETOR 5	Nº
Analista de Controle de Qualidade	1		Auxiliar de escritório	1
Atendente ou frentista de posto de combustível	3		Aposentada	6
Autônomo	2		Autônoma	1
Auxiliar de produção	1		Cabeleireiro	1
Auxiliar de serviços gerais	2		Chefe de cozinha	1
Balconista	1		Construtor	1
Do lar	2		Corretora de imóveis	1
Eletricista	1		Diretora escolar	1
Empregada doméstica	1		Do lar	3
Empresário	3		Empresário	1
Estagiário	1		Encarregada administrativa	1
Estudante	3		Enfermeira	1
Gerente comercial	1		Esteticista	1
Manicure	1		Fisioterapeuta	1
Mecânico	1		Funilaria e pintura	1
Operador de rádio	1		Operadora de caixa	1
Operador empilhadeira	1		Professor(a)	9
Pedagoga	1		Secretária	1
Professor	3		Turismóloga.	1
Profissional da Ed. Física	1			
Psicóloga	1			
Secretária	1			
Técnica de enfermagem	2			
Vendedora	1			

Elaboração: COLAVITE, A. P.; DANTAS, A.M.; COSTA, M.A.R.

De acordo com os resultados obtidos na pesquisa, no setor 4 os respondentes afirmaram não ter mudado de emprego na pandemia, somente 7 respondentes mudaram de emprego. E no setor 5, apenas 4 afirmaram ter mudado de emprego na pandemia (gráfico 07).

Gráfico 7 – Mudança de emprego na pandemia

Elaboração: COLAVITE, A. P.; DANTAS, A.M.; COSTA, M.A.R.

Com o objetivo de compreender melhor o quadro de mudanças que possam ter ocorrido devido a pandemia da COVID-19, foi perguntado a forma de trabalho na pandemia.

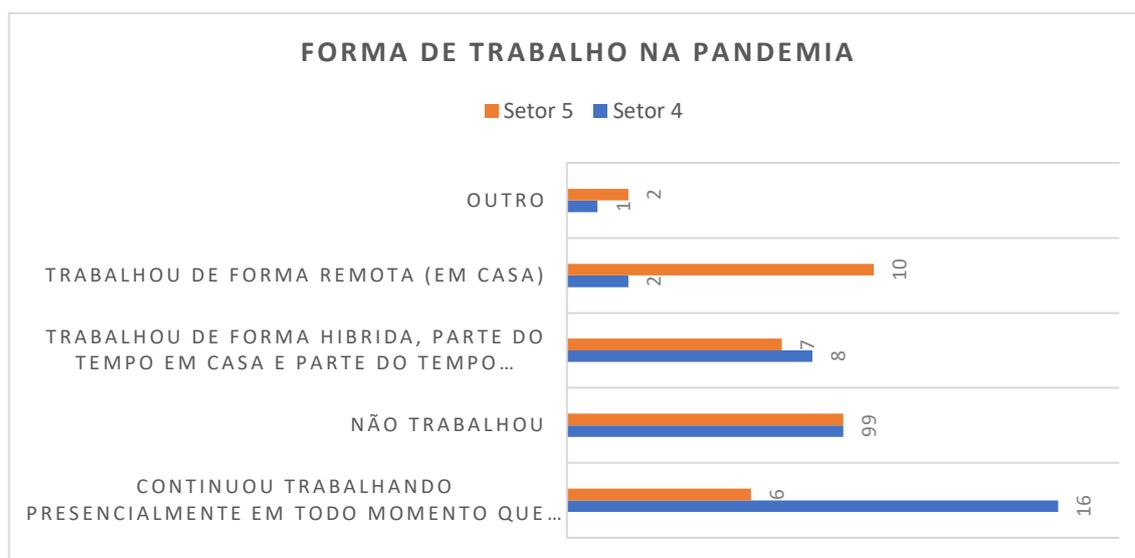
No setor 4, obteve-se um total de 16 respondentes que afirmaram ter trabalhado de forma presencial em todo momento que foi permitido. Já 9 respondentes afirmaram não ter trabalhado, e, 8 respondentes afirmaram ter trabalhado de forma híbrida, enquanto 2 respondentes trabalharam de forma remota.

Dessa forma, observou-se que alguns desses profissionais do setor 4 eram trabalhadores de serviços essenciais, sendo, 2 Técnicos de Enfermagem e 3 Atendentes ou Frentista de Posto de Combustível, que também não tiveram suas atividades suspensas.

Quando perguntado no setor 5 sobre a forma de trabalho na pandemia, o maior número de respondentes 10, afirmaram ter trabalhado de forma remota (em casa), como observado no quadro 6. Referente a situação empregatícia, os moradores do setor 5 eram compostos por profissionais que puderam trabalhar de forma remota como Professores, Corretor de Imóveis e Diretora Escolar, diferentemente do setor 4, que apenas 2 respondentes afirmaram ter trabalhado de forma remota.

No setor 5, apenas 6 respondentes afirmaram ter trabalhado de forma presencial em todo momento que foi permitido, e assim como o setor 4, neste setor, 9 pessoas afirmaram não ter trabalhado e, 7 pessoas trabalharam de forma híbrida (gráfico 08).

Gráfico 8 – Forma de trabalho na pandemia



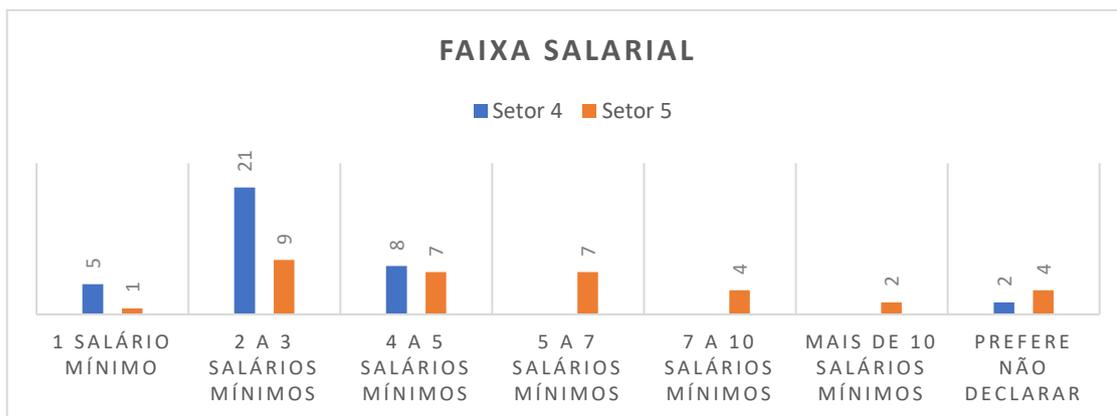
Elaboração: COLAVITE, A. P.; DANTAS, A.M.; COSTA, M.A.R.

Observando também as características dos profissionais dos dois grupos pesquisados, e a forma de trabalho durante a pandemia, esses dois fatores contribuíram com a correlação da desigualdade de números de contaminados e de óbitos, entre os dois setores. Assim, pode-se comparar com os resultados obtidos na figura 4, e analisarmos a forma como se entrelaçam na produção das desigualdades do número de positivados e óbitos nos dois setores analisados nesse período de pandemia.

Pois o setor 5 apresentou maior número de pessoas Aposentadas, Do Lar e Professores que trabalharam em *home-office*, portanto estiveram menos expostos ao vírus, enquanto o setor 4, apresentou trabalhadores de serviço essenciais como Frentista, Auxiliar de Produção e Técnica de Enfermagem, estes sendo considerados, mais expostos ao vírus.

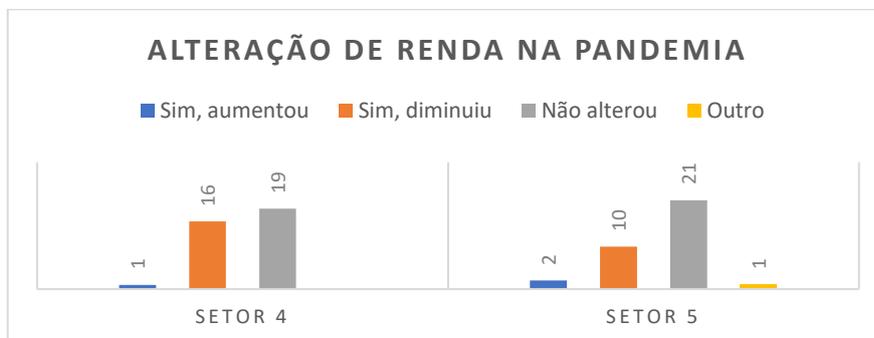
Além da escolaridade, a renda familiar foi outra variável que teve significativa diferença entre os setores pesquisados. No setor 4, a maioria (21) afirmou possuir renda familiar entre 2 a 3 salários mínimos, seguido das faixas com renda de 4 a 5 salários mínimos, com 8 respondentes. E, somente 1 salário mínimo, 5 respondentes, representado no gráfico 09, e um total de 2 respondentes não declararam. Apresentando outras rendas, não obteve-se respondentes, sendo estas de 5 a 7, de 7 a 10 e de mais de 10 salários mínimos.

Em termos da renda familiar no setor 5, a pesquisa contou com 9 respondentes com 2 a 3 salários mínimos. Entre 4 a 5 salários mínimos foram 7 respondentes, de 5 a 7 salários mínimos tivemos um total de 7 respostas, de 7 a 10 salários mínimos 4 respondentes, mais de 10 salários mínimos 2 respondentes, e os que preferiram não declarar, 4 respondentes. (gráfico 09)

Gráfico 9 – Faixa Salarial

Elaboração: COLAVITE, A. P.; DANTAS, A.M.; COSTA, M.A.R.

Em se tratando da alteração de renda na pandemia nos dois setores, a maioria afirmou que não alterou. No entanto, cabe lembrar que no setor 4, a média de salário é menor que no setor 5. Outro problema destacado nas respostas trata-se que no setor 4 tive 16 respondentes que afirmaram que a renda diminuiu, e no setor 5 foram 10 respondentes. Na opção que a renda aumentou foi 1 respondente para o setor 4 e 2 respondentes para o setor 5 (gráfico 10).

Gráfico 10 – Alteração de Renda na pandemia

Elaboração: COLAVITE, A. P.; DANTAS, A.M.; COSTA, M.A.R.

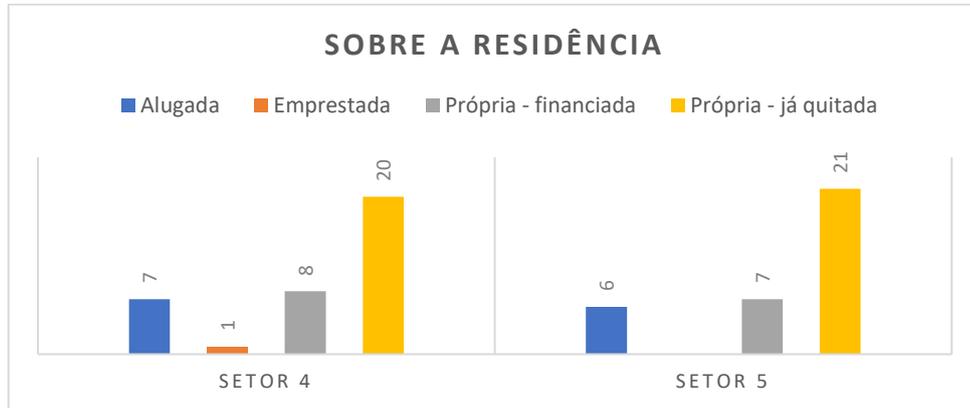
Também foi analisado na pesquisa as características das residências no período de isolamento social. Dentre as respostas relativa ao tipo de residência, os 36 participantes da pesquisa do setor 4 residem em casas. Já do setor 5, dos 34 participantes, 32 residem em casa, 1 em apartamento, e 1 em condomínio fechado.

Mesmo tendo muitas repostas para a opção dos que residem em casas, algumas eram casas com boas condições estruturais, porém com lote pequeno, e contendo pouco espaço no quintal. Aqueles que residem em apartamento, também foram afetados durante a pandemia.

Uma grande parte dos participantes dos dois setores pesquisados responderam que suas residências eram próprias – já quitadas. O setor 4 abrangeu 8 participantes, que afirmaram ter

residência própria – financiada, 1 participante afirmou ser emprestada, e 7 afirmaram ser alugada. Já no setor 5 foram 7 participantes que disseram ter residência própria – financiada, 6 afirmaram ser alugada, e nenhum escolheu a opção, residência emprestada (gráfico 11).

Gráfico 11 – Sobre a Residência

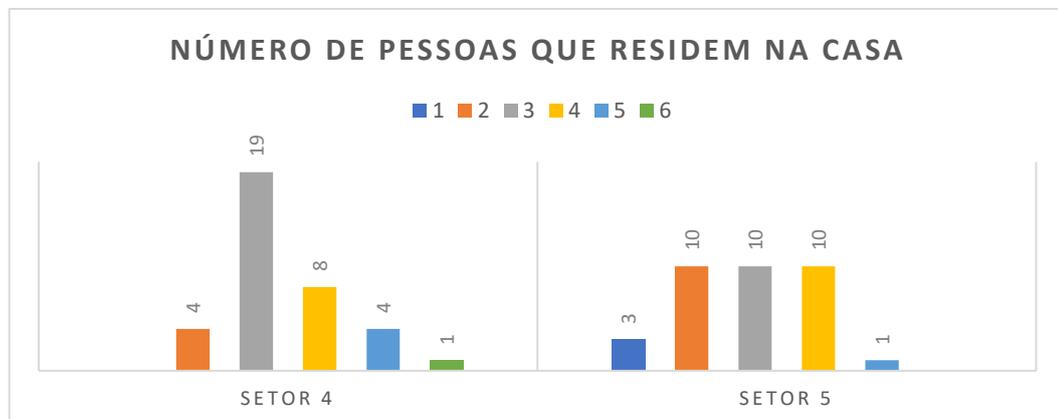


Elaboração: COLAVITE, A. P.; DANTAS, A.M.; COSTA, M.A.R.

Na pesquisa também foi perguntado o número de pessoas que residem na casa. O setor 4, abrangeu 19 participantes que responderam ser 3 pessoas residentes, 4 respondentes afirmaram ter 2 pessoas, 8 afirmaram ter 4 pessoas na residência, 4 afirmaram ter 5 pessoas na residência, e 1, afirmou ter 6 pessoas na residência.

No setor 5 o resultado da pergunta, sobre o número de pessoas que residem na casa foi de 10 respondentes cada. Desses, uma residência continha 2 pessoas, seguidos por 3 e 4 pessoas que residem na casa. Ainda, 3 respondentes afirmaram morar sozinhos, e 1 participante afirmou ter 5 pessoas que residem na casa (gráfico 12).

Gráfico 12 – Número de pessoas que residem na casa



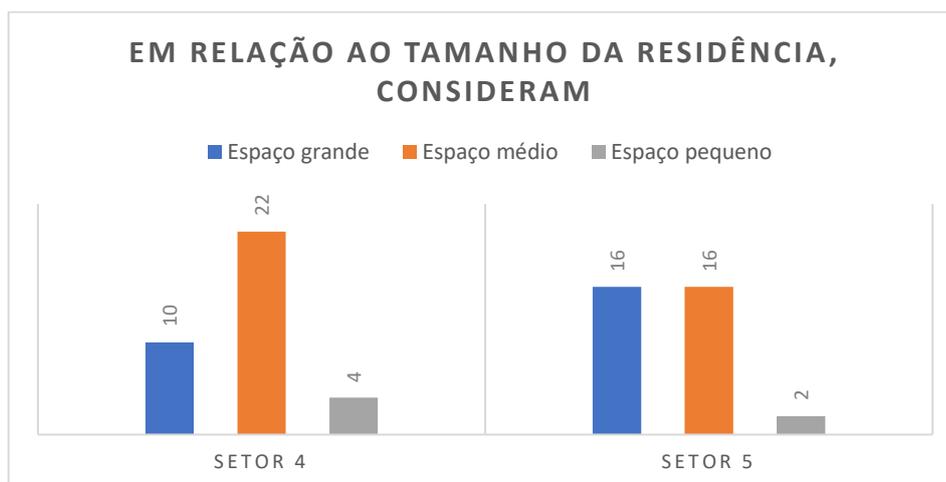
Elaboração: COLAVITE, A. P.; DANTAS, A.M.; COSTA, M.A.R.

Das residências, 1 participante da pesquisa que reside no setor 4, indicou que houve alteração no número de residentes durante a pandemia. Já do setor 5, dois participantes indicaram. Nas três situações, o número de residentes foi maior durante a pandemia.

No que diz respeito ao tamanho da residência no setor 4 obteve-se 22 respondentes que consideram o espaço médio, 10 participantes consideram espaço grande e, 4 participantes consideram o espaço pequeno. No setor 5, o resultado foi de 16 participantes que consideram o espaço médio, e 16 consideram o espaço grande, sendo que apenas 2 consideram o espaço pequeno (gráfico 13).

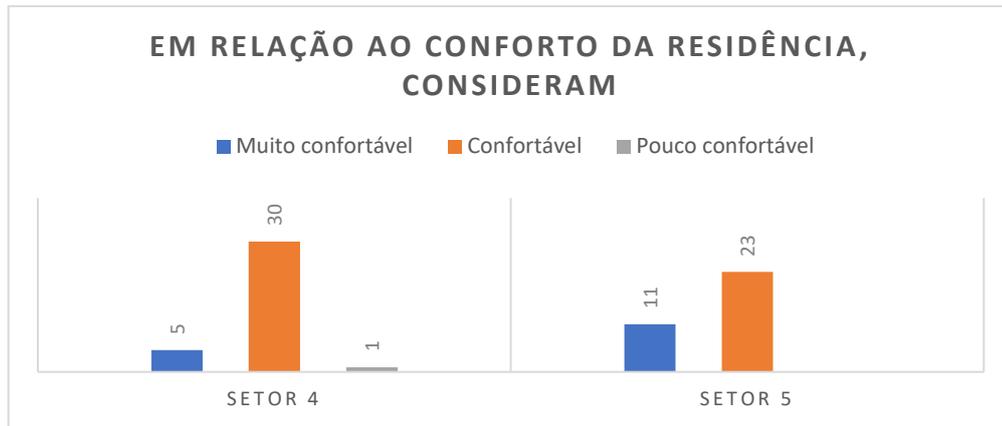
Em relação ao conforto da residência, no setor 4, a grande maioria dos participantes sendo um total de 30 consideram confortável, 5 consideram muito confortável e 1 considerou pouco confortável. No setor 5, a grande maioria dos participantes, sendo 23, também consideraram sua residência confortável e, 11 participantes consideram muito confortável.

Gráfico 13 – Em relação ao tamanho da residência, consideram



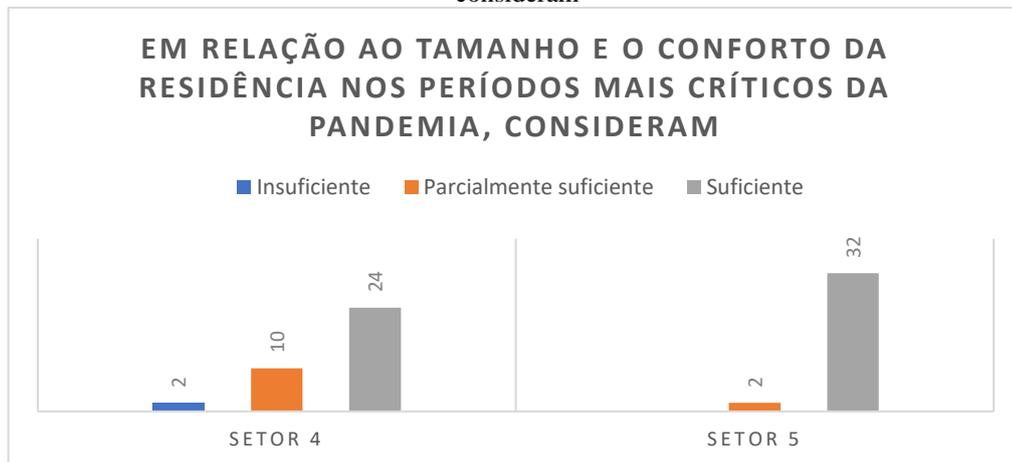
Elaboração: COLAVITE, A. P.; DANTAS, A.M.; COSTA, M.A.R.

Quanto ao espaço físico, os dois setores somaram 52 respondentes, e todos escolheram a opção confortável da moradia, e somente 16, muito confortável. Essa resposta deve-se a necessidade da realização de diversas atividades anteriormente exercidas no espaço público, que no momento pandêmico passaram a realizar-se no espaço privado, muitas vezes dividido com outras pessoas (gráfico 14).

Gráfico 14 – Em relação ao conforto da residência, consideram

Elaboração: COLAVITE, A. P.; DANTAS, A.M.; COSTA, M.A.R.

Em relação ao tamanho e o conforto da residência nos períodos mais críticos da pandemia - conforme o gráfico 15 - a grande maioria dos participantes, sendo o número de 24 do setor 4 responderam ser suficiente, 10 respondentes consideram parcialmente suficiente, e 2 consideram ser insuficiente. No setor 5, o total foi de 32 participantes que consideram suficiente o tamanho e o conforto da residência e, apenas 2 participantes consideram parcialmente suficiente.

Gráfico 15 – Em relação ao tamanho e o conforto da residência nos períodos mais críticos da pandemia, consideram

Elaboração: COLAVITE, A. P.; DANTAS, A.M.; COSTA, M.A.R.

No questionário, a pergunta da sequência indagava uma explicação à resposta anterior, sendo que apenas alguns participantes apresentaram essa complementação, conforme o quadro 7.

Quadro 7 – Explicação da resposta em relação ao tamanho e o conforto da residência

	Resposta à questão anterior	Explicação
Setor 4	Parcialmente suficiente	Ficar dentro de casa, por muitos momentos foi angustiante, senti necessidade de melhorar minha casa
		Por causa do isolamento, sem privacidade
		Parcialmente suficiente porque somos uma família pequena, mas se eu estivesse trabalhando e precisassem trabalhar em casa, não seria possível por falta de espaço.
		Aumentou os residentes da casa.
		O quintal é pequeno
	Suficiente	Casa completa, com o conforto necessário para uma quarentena.
		Não tive problemas com tamanho de casa pois ficamos bem dentro de casa
		Não afetou o meu espaço em casa
Setor 5	Parcialmente suficiente	Na pandemia eu morava em outro imóvel, depois da pandemia mudei para um imóvel bem maior
		Meu filho pequeno tinha pouco espaço para brincar
	Suficiente	A casa tem um tamanho bom.
		Um espaço bom para eu e meu esposo.
		Espaço bom
		Tamanho Bom
		Bom espaço
		Suficiente para minha família

Elaboração: COLAVITE, A. P.; DANTAS, A.M.; COSTA, M.A.R.

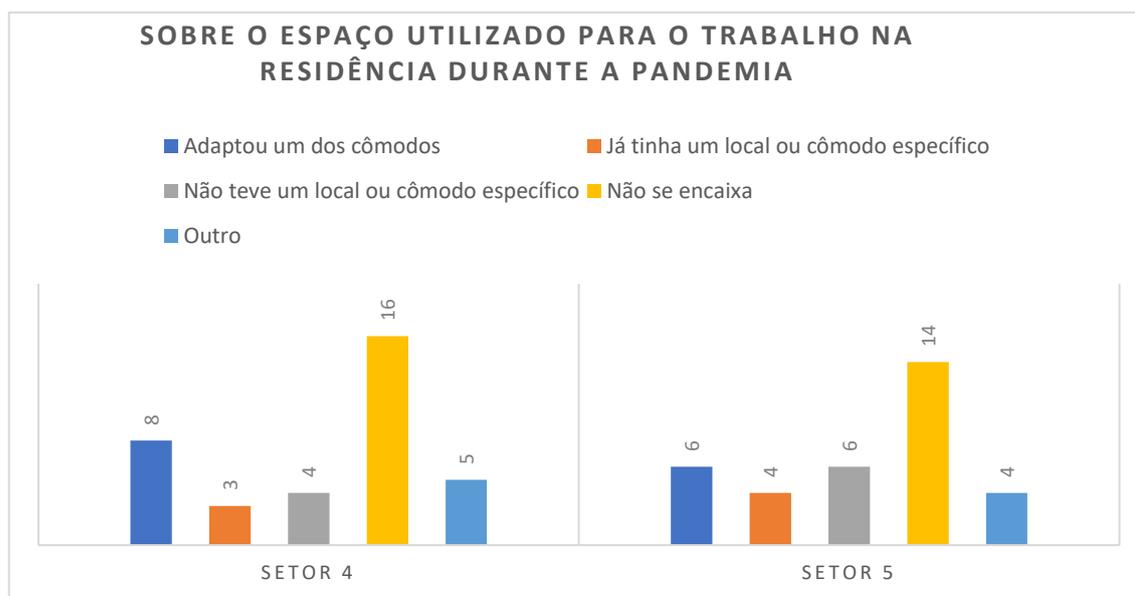
No que diz respeito ao tamanho e o conforto da residência nos períodos mais críticos da pandemia, os participantes associaram a ideia do conforto, ao tamanho grande, ou pequeno. Nos dois setores, os respondentes consideraram a residência parcialmente suficiente pela falta de espaço, alguns dos participantes relataram, “Meu filho pequeno tinha pouco espaço para brincar”, “Aumentou os residentes da casa”, “o quintal é pequeno”. “Parcialmente suficiente porque somos uma família pequena, mas se eu estivesse trabalhando e precisassem trabalhar em casa, não seria possível por falta de espaço”. Contudo, havia uma insatisfação quanto ao espaço físico, ou seja, pouca resiliência do ambiente construído.

Os respondentes que consideraram o espaço de suas residências suficiente afirmaram que o “espaço é bom”, “A casa tem um tamanho bom”, “Não tive problemas com tamanho de casa, pois ficamos bem dentro de casa” (quadro 7).

Sobre o espaço utilizado para o trabalho na residência durante a pandemia, no gráfico 16, obteve-se 16 participantes. Do setor 4 afirmaram que não se encaixa, ou seja, os mesmos não trabalharam de forma remota, 8 participantes afirmaram que adaptou um dos cômodos, 3 participantes afirmaram que já tinha um local ou cômodo específico, 4 afirmaram que não teve um local ou cômodo específico, 5 participantes escolheram a opção, outro.

O setor 5, que abrangeu 14 participantes, estes afirmaram que não se encaixa, ou seja, os mesmos não trabalharam de forma remota, 6 participantes escolheram as opções que adaptou um dos cômodos, e não teve um local ou cômodo específico, 4 participantes já tinha um local ou cômodo específico, 4 participantes escolheram a opção, outro (gráfico 16).

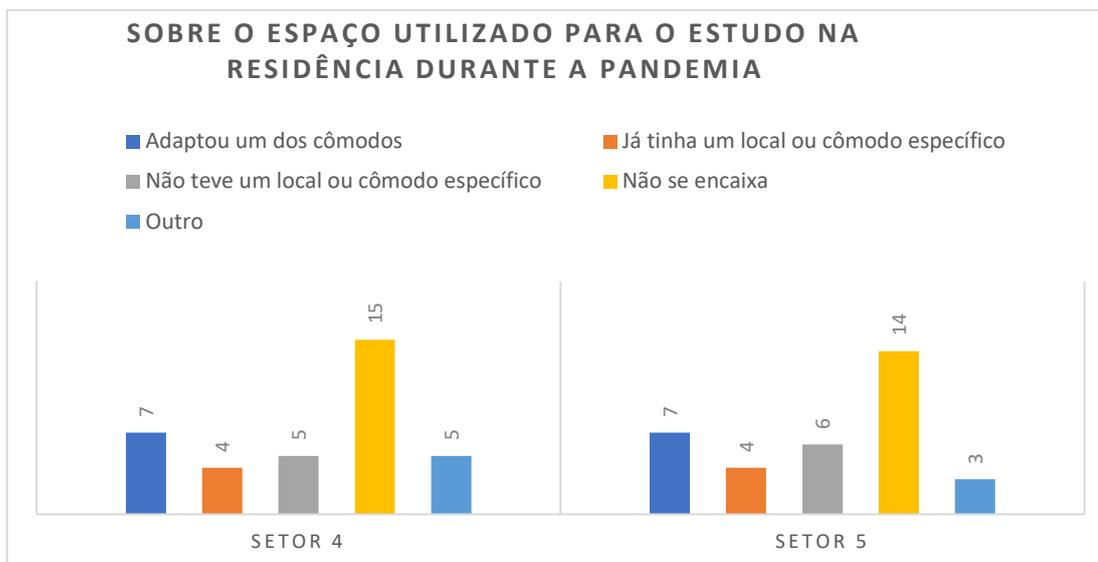
Gráfico 16 – Sobre o espaço utilizado para o trabalho na residência durante a pandemia



Elaboração: COLAVITE, A. P.; DANTAS, A.M.; COSTA, M.A.R.

O gráfico 17, mostra os resultados do espaço utilizado para o estudo na residência durante a pandemia, no mesmo é possível observar que 15 participantes do setor 4, afirmaram que não se encaixa, ou seja, os mesmos não estudaram de forma remota, 7 participantes adaptaram um dos cômodos, 4 participantes afirmaram que já tinha um local ou cômodo específico, 5 que não teve um local ou cômodo específico, e 5 participantes escolheram a opção, outro.

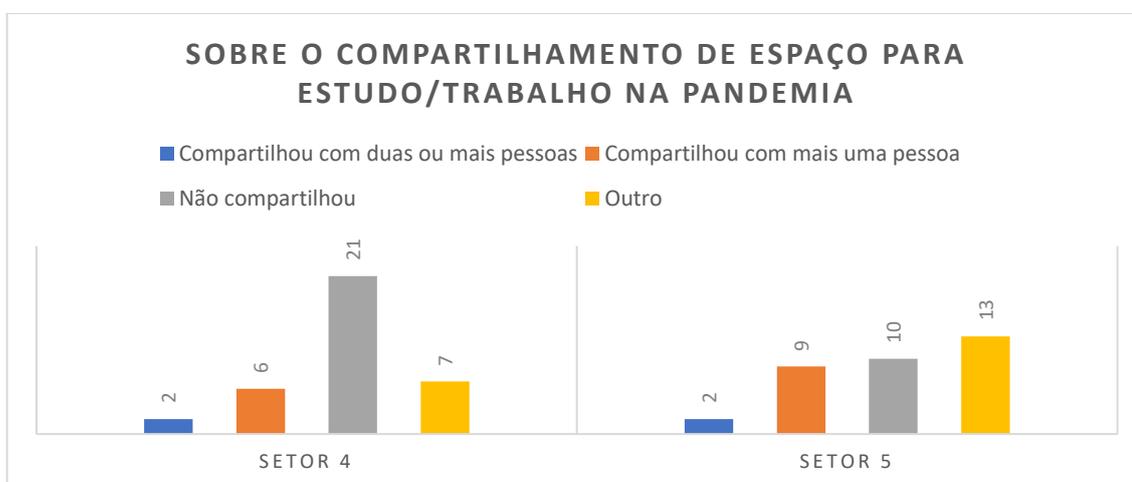
O setor 5, abrangeu 14 participantes, estes afirmaram que não se encaixa nas respostas, ou seja, os mesmos não estudaram de forma remota, 7 participantes afirmaram que adaptou um dos cômodos, 4 participantes afirmaram que já tinha um local ou cômodo específico, 6 não tiveram um local ou cômodo específico, e 3 participantes escolheram a opção, outro. (gráfico 17).

Gráfico 17 – Sobre o espaço utilizado para o estudo na residência durante a pandemia

Elaboração: COLAVITE, A. P.; DANTAS, A.M.; COSTA, M.A.R.

Sobre o compartilhamento de espaço para estudo/ trabalho na pandemia, o gráfico 18 apresenta que no setor 4, a grande maioria afirmou que não compartilhou, sendo 21 participantes. Ressalta-se dessa forma, que esse quantitativo de respondentes se dá porque esses trabalhadores não puderam trabalhar de forma remota. Completando as respostas 2 respondentes compartilharam com duas ou mais pessoas, 6 compartilhou com mais uma pessoa e 7 outro.

No setor 5 obteve-se 13 participantes que respondeu, outro; 10 não compartilhou, 9 compartilhou com mais uma pessoa, e 2 compartilhou com duas ou mais pessoas (gráfico 18).

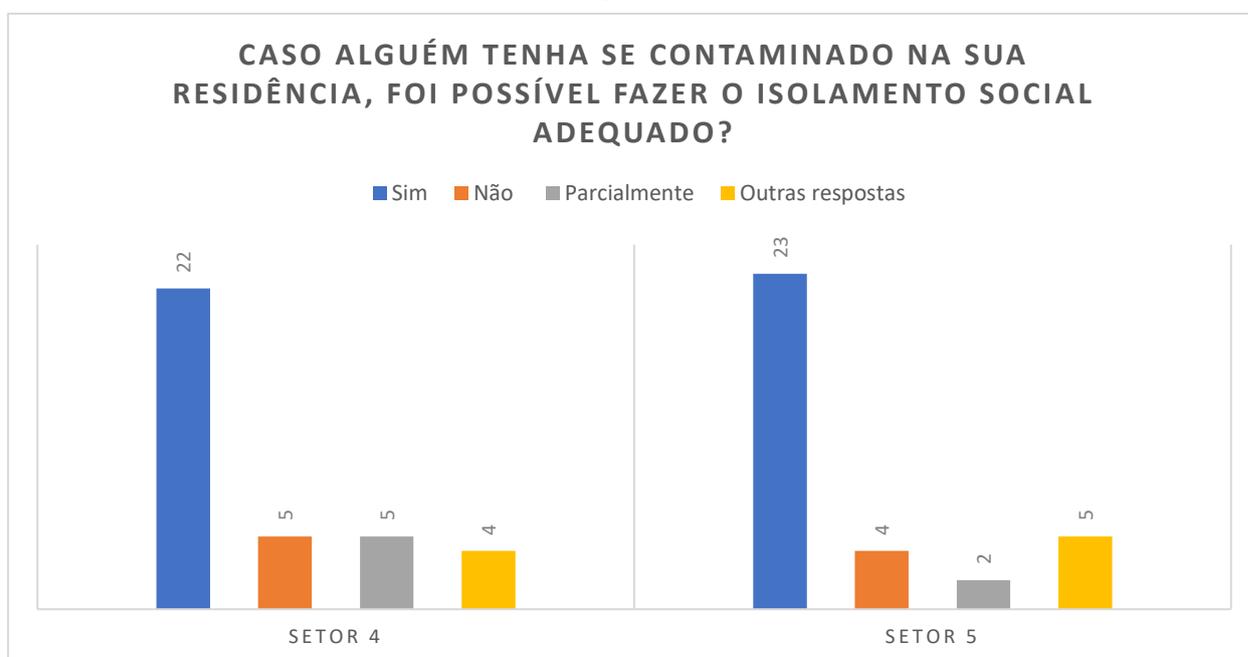
Gráfico 18 – Sobre o compartilhamento de espaço para estudo/trabalho na pandemia

Elaboração: COLAVITE, A. P.; DANTAS, A.M.; COSTA, M.A.R.

Sobre alguém que tenha se contaminado na residência, mediante entrevista perguntou se foi possível fazer o isolamento social adequado. No gráfico 19 é possível observar que grande parcela dos respondentes dos dois setores pesquisados, respondeu que sim, sendo para o setor 4 (22), e para o setor 5 (23). O setor 4, abrangeu 5 respondentes que afirmaram não conseguir fazer o isolamento social adequado, e 5 afirmaram fazer parcialmente, e 4 participantes escolheram a opção, outra resposta.

No setor 5 obteve-se apenas 2 participantes afirmando que fizeram o isolamento parcialmente, isso se deve as residências com mais espaços e cômodos, 4 participantes não fizeram o isolamento, e 5 participantes escolheram a opção, outra resposta.

Gráfico 19 – Caso alguém tenha se contaminado na sua residência, foi possível fazer o isolamento social adequado?



Elaboração: COLAVITE, A. P.; DANTAS, A.M.; COSTA, M.A.R.

Em relação as outras perguntas obteve-se as seguintes respostas: para o setor 4, uma respondente indicou que, “Eu e meu marido testamos positivo juntos. Cumprimos juntos o isolamento em casa”. Três respondentes indicaram que não houve contaminados na casa. Para o setor 5, um respondente indicou que, “Não quisemos isolar”. Quatro respondentes indicaram que não houve contaminados na casa.

4.2 Mudança dos hábitos socioespaciais dos participantes das entrevistas durante a pandemia

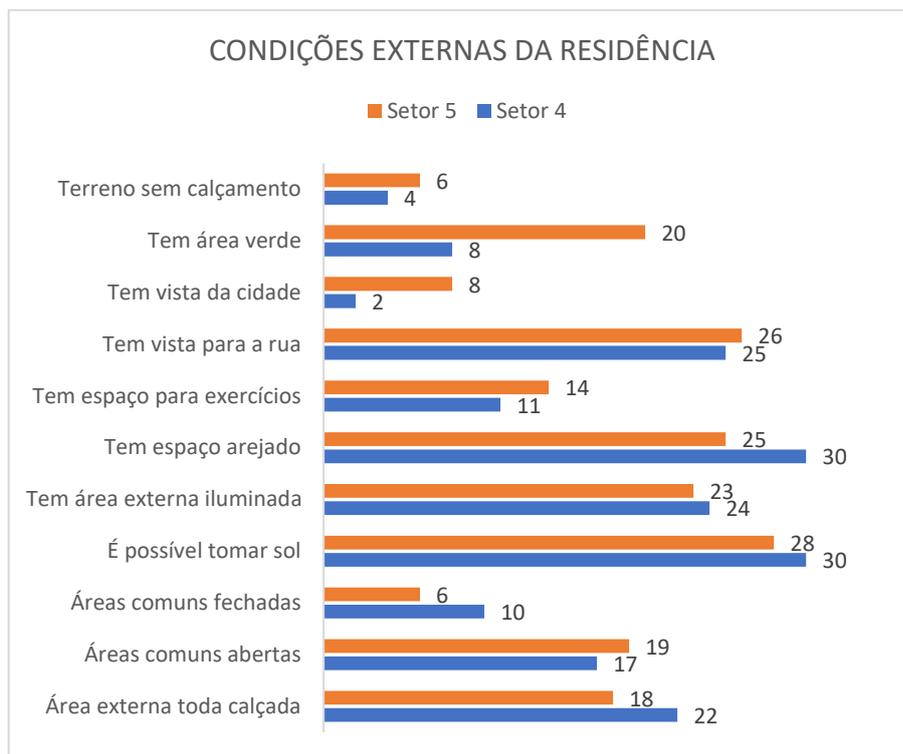
Em função das restrições decorrentes da pandemia, o questionário também abrange perguntas sobre as condições externas da residência, nestas, os respondentes poderiam marcar mais de uma característica de sua residência.

Em relação a condições externas da residência, uma grande parcela dos respondentes dos dois setores pesquisados, afirmaram ser possível tomar sol (30 e 28), para os setores 4 e 5 respectivamente), tem área externa iluminada setor 4 (24), e setor 5 (23), tem vista para a rua setor 4 (25) e setor 5 (26). Ao analisar as respostas foi possível perceber que no setor 5 as residências possuem mais áreas verdes (20), se comparado ao setor 4 (8), ou seja, muitas residências possuem espaço com jardim.

As respostas se complementam, quando perguntado sobre terreno sem calçamento, sendo que no setor 5, possui 6 respondentes, e no setor 4 (4). O mesmo se repete, com as perguntas sobre áreas comuns abertas, sendo que no setor 4 (17), e setor 5 (19), vista para a cidade setor 4 (2), e setor 5 (8), tem espaço para exercícios setor 4 (11), e setor 5 (14).

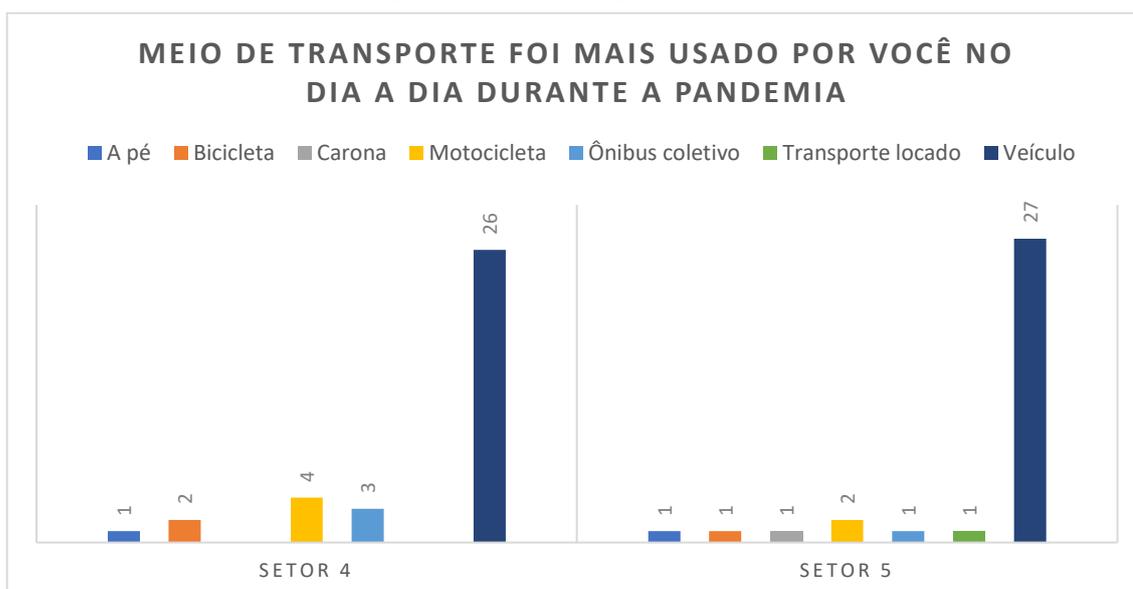
Os moradores do setor 4 tem o maior número de respostas para as perguntas sobre áreas comuns fechadas (10), e setor 5 (6), áreas externas toda com calçada (22) e setor 5 (18), os mesmos também responderam ter espaço arejado para as condições externas da residência (30) e setor 5 (25). A ausência do espaço público reforçou a importância dos espaços abertos das moradias através de suas varandas, sacadas e quintais. (gráfico 20).

A pesquisa também discorre sobre o isolamento social, e o uso dos espaços públicos na pandemia. A primeira pergunta foi referente ao meio de transporte mais usado no dia a dia durante a pandemia. Para os dois setores pesquisados, o veículo se mostrou o meio de transporte principal para realizar o deslocamento setor 4 (26) e setor 5 (27), em segundo lugar ficou motocicleta (4) e setor 5 (2). No setor 4 obteve-se 3 respondentes que utilizaram ônibus coletivo, 2 utilizaram bicicleta, e 1 escolheu a opção, a pé.

Gráfico 20 – Condições externas da residência

Elaboração: COLAVITE, A. P.; DANTAS, A.M.; COSTA, M.A.R.

No setor 5 as opções a pé, bicicleta, carona, ônibus coletivo e transporte locado, teve 1 respondente cada. No entanto, vale lembrar que neste setor, o ônibus coletivo possui poucas linhas, e isso pode ter interferido na sua utilização (gráfico 21).

Gráfico 21 – Meio de transporte foi mais usado por você no dia a dia durante a pandemia

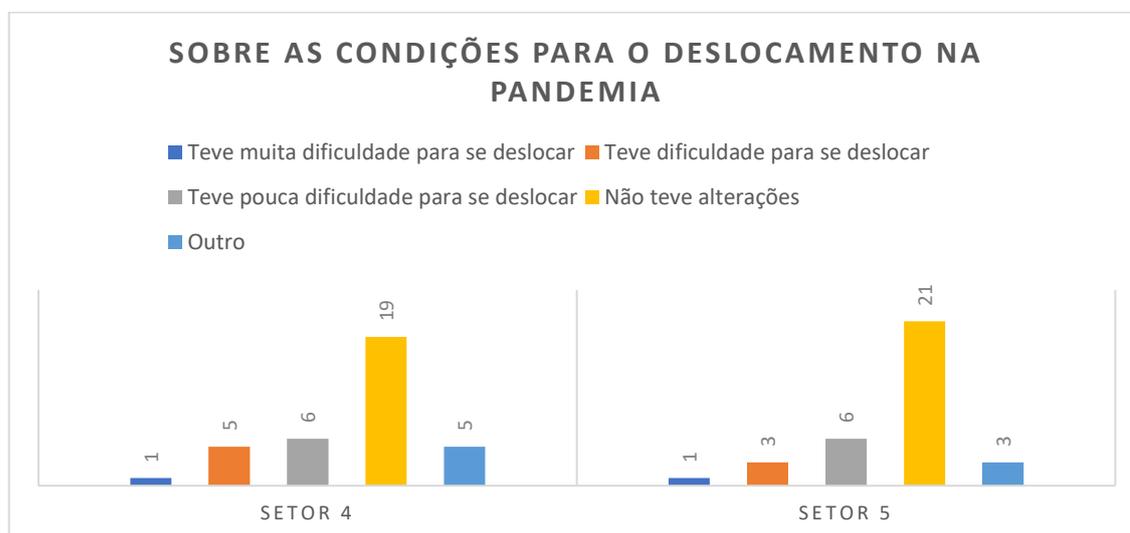
Elaboração: COLAVITE, A. P.; DANTAS, A.M.; COSTA, M.A.R.

Para compreender melhor a dinâmica da mobilidade foi perguntado aos moradores sobre as condições para o deslocamento na pandemia. A maioria dos respondentes dos dois setores, disseram que não teve alterações, sendo o setor 4 (19), e setor 5 (21), seguidos da resposta, teve pouca dificuldade para se deslocar (6), e setor 5 (6).

O setor 4, abrangeu 5 respondentes que afirmaram ter dificuldade para se deslocar, e no setor 5, apenas 3 respondentes. Como visto na questão anterior, o setor 4 fez o maior uso do ônibus coletivo, sendo que esses sofreram mudanças nos horários, e quantidade disponível durante a pandemia, esse pode ser o motivo de ter mais respondentes. Nos dois setores, apenas 1 participante afirmou ter muita dificuldade para se deslocar (gráfico 22).

A COVID-19 tratou-se de um acontecimento em termos de saúde, que levou à adoção, em todos os continentes, e também no Brasil diversas medidas preventivas, tanto na esfera federal, como na estadual e municipal. Em algumas cidades, assim como em Campo Mourão, medidas mais drásticas foram implementadas, a exemplo do bloqueio total de atividades, e da circulação de pessoas (*lockdown*), o isolamento social e o fechamento dos espaços públicos, como foi descrito e analisado nesta pesquisa, a importância para o controle do contágio pelo vírus.

Gráfico 22 – Sobre as condições para o deslocamento na pandemia



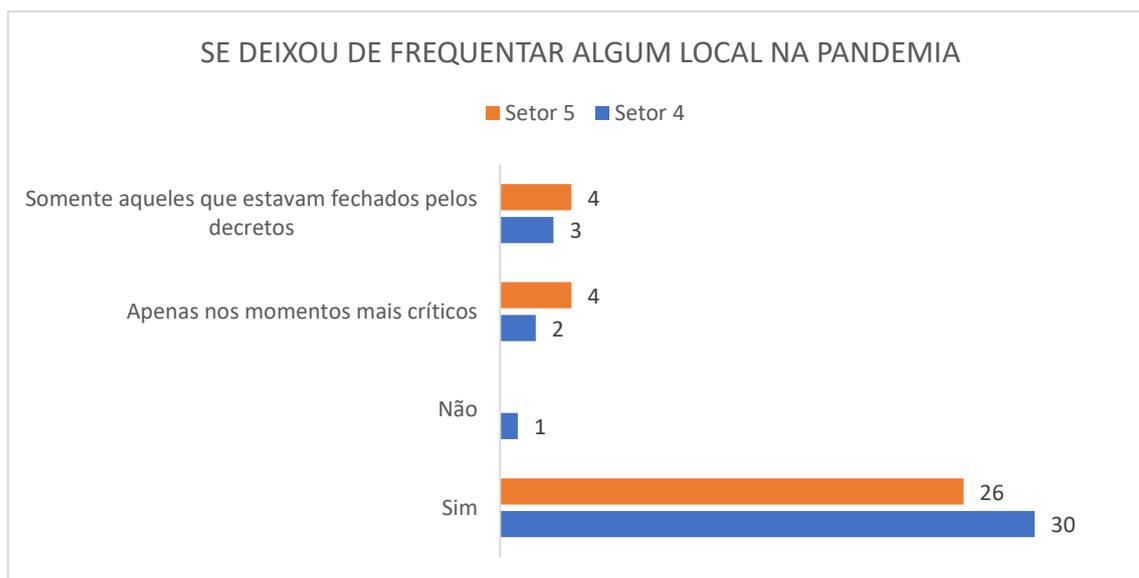
Elaboração: COLAVITE, A. P.; DANTAS, A.M.; COSTA, M.A.R.

Os impactos do isolamento social decorrentes da pandemia de COVID-19 influenciaram em mudanças no comportamento da população em frequentar alguns locais, sendo assim, perguntou para os moradores, se os mesmos deixaram de frequentar algum local na pandemia. A grande maioria dos respondentes afirmaram que sim, sendo no setor 4 (30), e setor 5 (26).

No setor 5 obteve-se 4 respondentes cada, para as questões, apenas nos momentos mais críticos e, somente aqueles que estavam em isolamento social pelos decretos.

Apenas no setor 4, um respondente afirmou que não deixou de frequentar algum local na pandemia, 2 afirmaram que apenas nos momentos mais críticos, e 3 escolheram a opção somente aqueles que estavam fechados pelos decretos (gráfico 23).

Gráfico 23 – Se deixou frequentar algum local na pandemia



Elaboração: COLAVITE, A. P.; DANTAS, A.M.; COSTA, M.A.R.

Conicionados a ficarem em casa foi perguntado aos moradores, quais locais parou de frequentar ou diminuiu significativamente a frequência. Nesta questão, os participantes podiam escolher mais de uma opção na resposta.

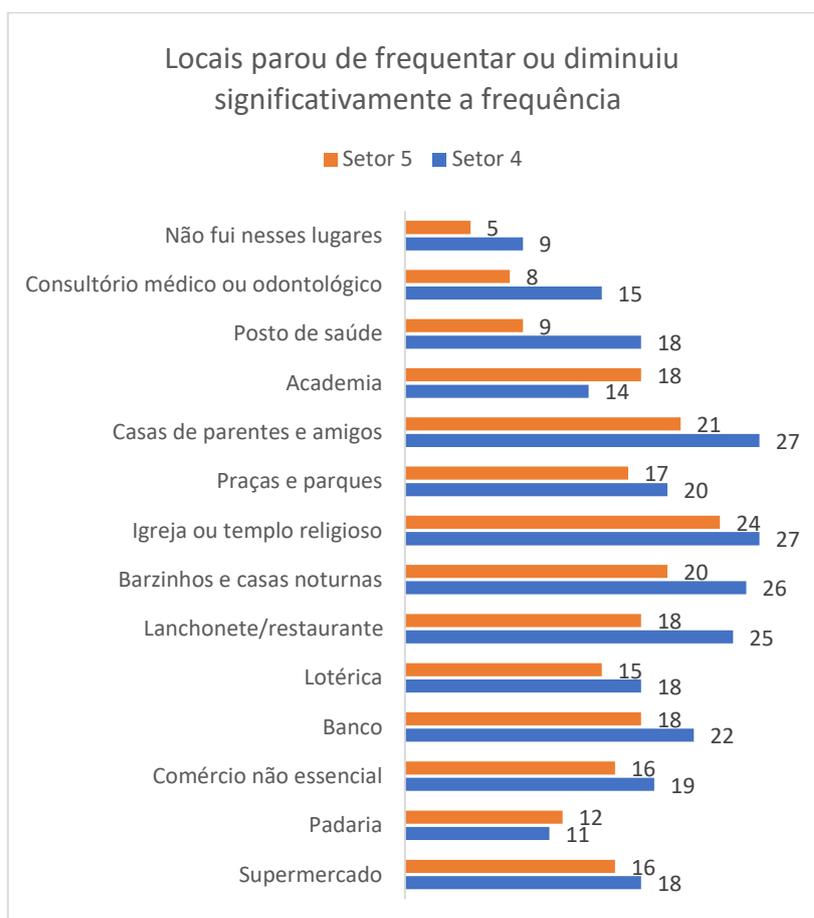
Verifica-se que sobre os locais que parou de frequentar ou diminuiu significativamente a frequência, que no setor 4, foram as casas de parentes amigos e igreja ou templo religioso, com 27 respondentes cada. Em segundo lugar, os barzinhos e casas noturnas (26), em terceiro lanchonete/restaurante (25), em quarto banco (22), em quinto lugar praças e parques (5), sexto comércio não essencial (19), em sétimo lotéricas, supermercado e posto de saúde (18 cada), em oitavo lugar academia (14), em nono lugar consultório médico ou odontológico (15), em décimo lugar padaria (11), e a última opção escolhida, não fui nesses lugares (11).

Para o setor 5, em primeiro lugar, assim como no setor 4, ficou igreja ou templo religioso (24), em segundo lugar, casas de parente e amigos (21), em terceiro lugar barzinhos e casas noturnas (20), em quarto lugar academia, lanchonete/restaurante e bancos (18 cada), em quinto lugar praças e parques (17), em sexto supermercado e comércio não essencial (16), em sétimo

lotérica (15), oitavo lugar padaria (12), em nono lugar posto de saúde (9), em décimo consultório médico ou odontológico (8), e a última opção escolhida, não fui nesses lugares (5).

Ao analisar as respostas para os dois setores, a opção praças e parques ficou em quinto lugar, entre os locais que parou de frequentar, ou diminuiu significativamente a frequência. Tal fato deveu-se aos muitos Decretos Municipais sobre o fechamento e abertura, com restrição de horários dos espaços públicos na cidade de Campo Mourão. (gráfico 24).

Gráfico 24 – Locais que parou de frequentar ou diminuiu significativamente a frequência

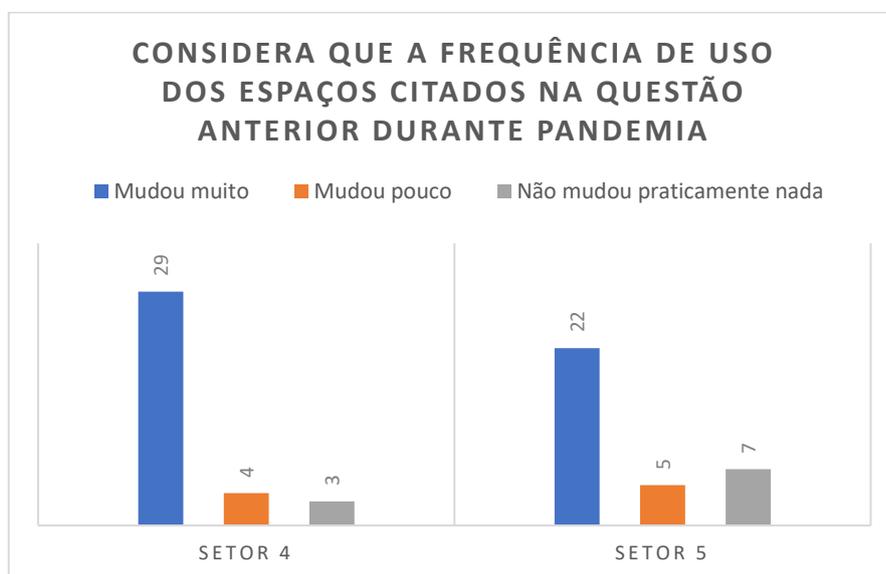


Elaboração: COLAVITE, A. P.; DANTAS, A.M.; COSTA, M.A.R.

Continuando, as pessoas responderam sobre a frequência quanto ao uso dos espaços citados na questão anterior durante a pandemia, ou seja, se mudou muito, pouco ou não mudou praticamente nada. A maioria dos respondentes dos dois setores pesquisados afirmaram que mudou muito frequência de uso dos espaços, sendo no setor 4 (29), e no setor 5 (22). Em seguida, a opção mudou pouco (4), e no setor 5 (5). A maior diferença das respostas ficou entre 7 respondentes do setor 5, e apenas 3, do setor 4 que afirmaram não ter mudado praticamente

nada na sua frequência de uso dos espaços citados. Ademais verificou-se que o setor 5 obteve menos impactos na frequência de usos desses espaços (gráfico 25).

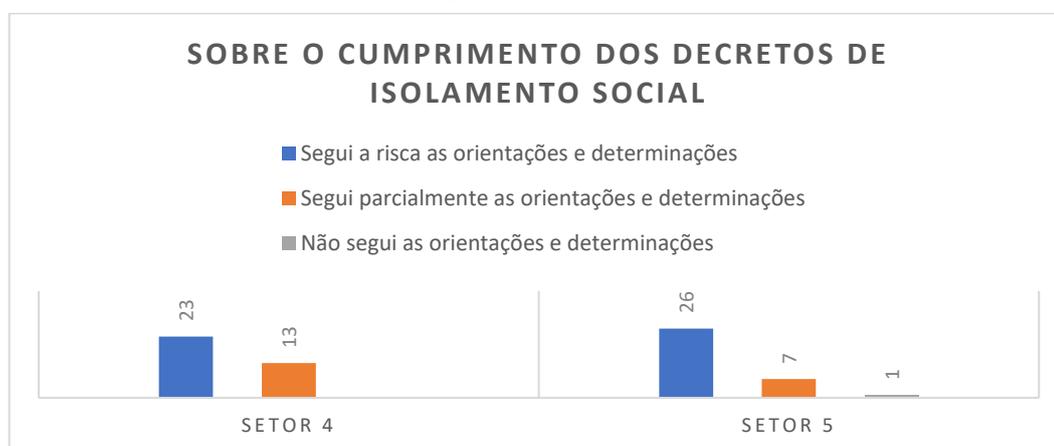
Gráfico 25 – Considera que a frequência de uso dos espaços citados na questão anterior durante pandemia



Elaboração: COLAVITE, A. P.; DANTAS, A.M.; COSTA, M.A.R.

No questionário foi investigado o nível do cumprimento dos Decretos de Isolamento Social, sendo que a maioria dos moradores dos dois setores afirmaram ter seguido à risca as orientações e determinações (23), e no setor 5 (26). No setor 4, um total de 13 respondentes que escolheram a resposta, seguiu parcialmente as orientações e determinações. No setor 5, a resposta, seguiu parcialmente as orientações e determinações teve apenas 7 respondentes, e 1 afirmou não ter seguido as orientações e determinações (gráfico 26).

Gráfico 26 – Sobre o cumprimento dos decretos de isolamento social

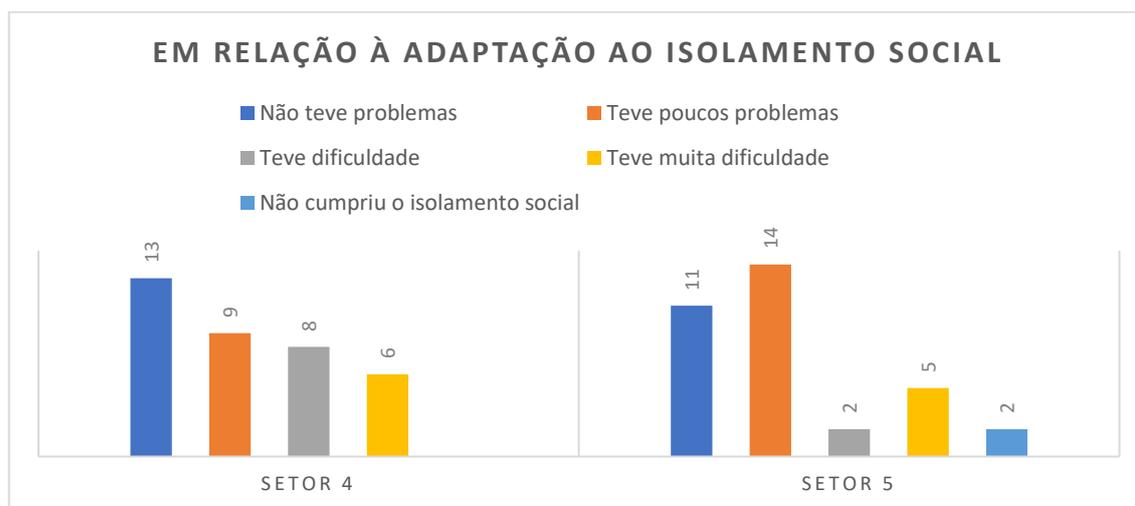


Elaboração: COLAVITE, A. P.; DANTAS, A.M.; COSTA, M.A.R.

A análise que se refere à adaptação ao isolamento social, diz muito sobre a percepção interna e externa das edificações. Com as pessoas passando mais tempo em suas moradias, as mesmas podem medir o nível de satisfação em relação a sua residência, para melhor poder ser adaptar ao isolamento social.

Para o setor 4, um total de 13 participantes responderam não ter problemas para adaptação ao isolamento social. Já no setor 5, o número foi de 11 participantes. No setor 4, a resposta em que os moradores afirmaram terem dificuldade de adaptação ao isolamento social, contou com 8 participantes, enquanto no setor 5, apenas 2 afirmaram ter dificuldade. Ainda no setor 5, obteve-se 14 participantes que tiveram poucos problemas, e no setor 4, apenas 9 afirmaram ter poucos problemas. Apenas no setor 5, dois participantes afirmaram que não cumpriram o isolamento social. Para os dois setores pesquisados, a resposta teve muita dificuldade ficou entre (6) no setor 4, e no setor 5 (5) (gráfico 27).

Gráfico 27 – Em relação à adaptação ao isolamento social



Elaboração: COLAVITE, A. P.; DANTAS, A.M.; COSTA, M.A.R.

Questionou-se os moradores sobre os locais que sentiu mais falta de frequentar durante a pandemia, os participantes podiam escolher mais de uma opção na resposta. Para os dois setores, em primeiro lugar ficou igreja ou templo religioso, sendo no setor 4 (26), e no setor 5 (18), em segundo lugar lanchonete/restaurante (17), e no setor 5 (11), em terceiro lugar praças e parques (13) e no setor 5 (10).

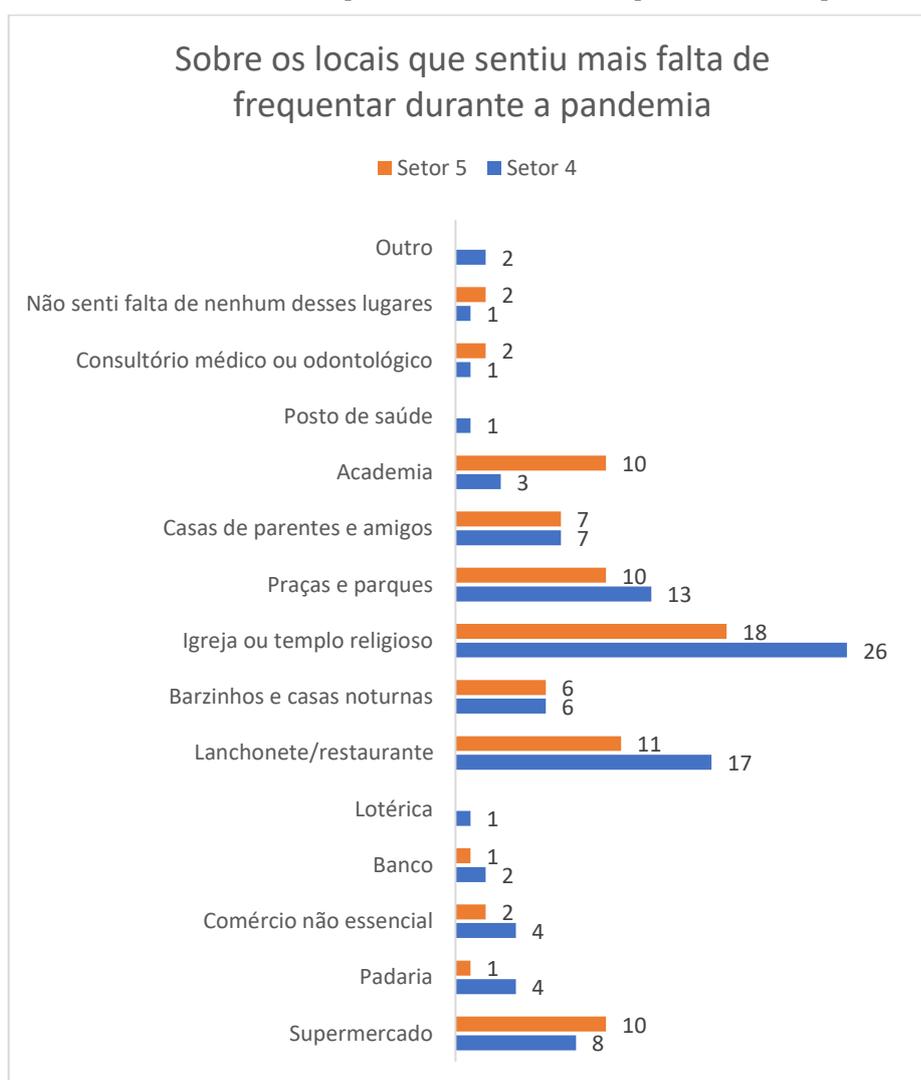
Para o setor 5, em quarto lugar ficou academia e supermercado (10 cada), em quinto lugar casas de parentes e amigos (7), e em sexto lugar barzinhos e casas noturnas (6), em sétimo lugar ficaram as opções, não senti falta de nenhum desses lugares, consultório médico ou

odontológico, comércio não essencial, com 2 participantes cada. Em oitavo lugar, banco e padaria, com 1 participante cada.

Fazendo uma comparação, para o setor 4, supermercado e casas de parentes e amigos ficaram em quarto lugar (7), em quinto, barzinhos e casas noturnas (6), em sexto lugar padaria e comércio não essencial (4), academia ficou em sétimo lugar (3) pode-se perceber que este espaço é mais frequentado pelos moradores do setor 5. Em oitavo lugar ficaram as opções, outro e banco (2), e a última opção, ficou lotérica, posto de saúde, consultório médico ou odontológico, não senti falta de nenhum desses lugares (1 cada).

Para os dois setores, a opção praças e parques ficou em terceiro lugar entre os locais que mais sentiu falta de frequentar durante a pandemia da COVID-19, e foi colocado em questão e ressaltado a importância desses espaços públicos urbanos (gráfico 28).

Gráfico 28 – Sobre os locais que sentiu mais falta de frequentar durante a pandemia



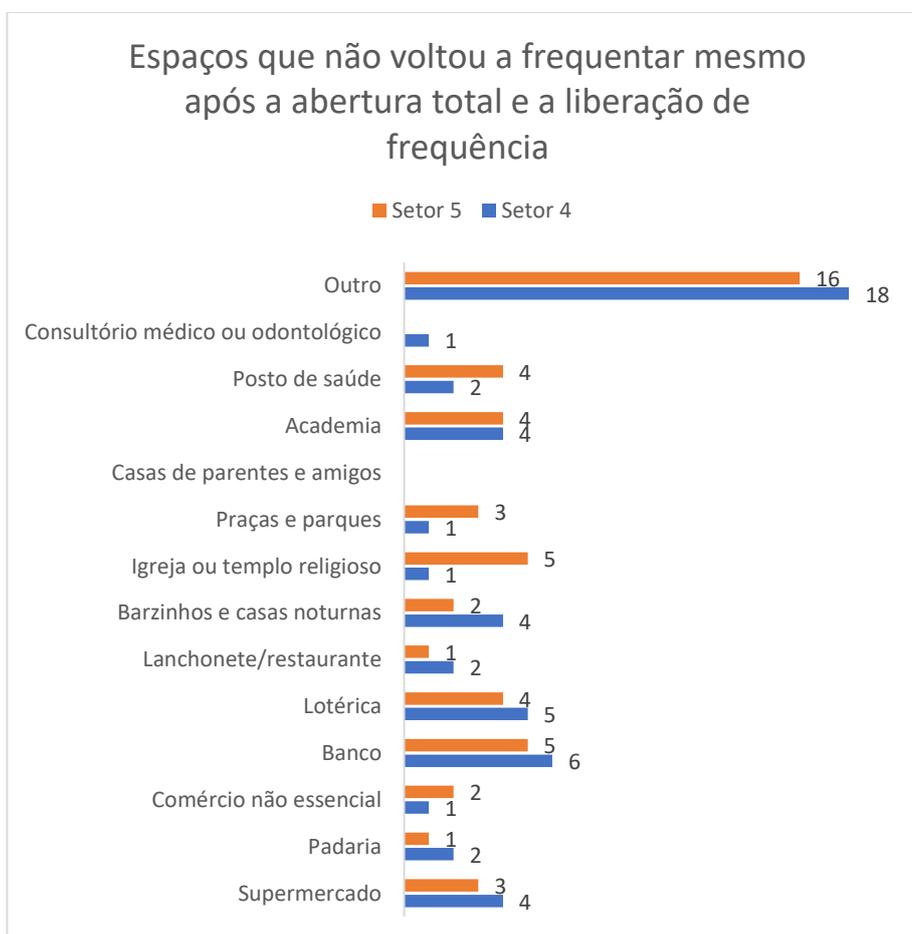
Elaboração: COLAVITE, A. P.; DANTAS, A.M.; COSTA, M.A.R.

Para apreender esse novo entendimento da vida urbana, foi perguntado aos moradores quais os espaços que não voltou a frequentar mesmo após a abertura total e a liberação de frequência (gráfico 29). Nesta, os participantes podiam escolher mais de uma opção na resposta. Em relação a frequentar a casa de parentes e amigos constata-se que os dois setores voltaram a frequentar normalmente, pois não teve nenhum voto dos participantes.

Uma grande parcela dos participantes dos dois setores, marcou que não voltou a frequentar banco, sendo do setor 4 (6), e setor 5 (5), e lotérica sendo do setor 4 (5), e setor 5 (4). Na resposta aberta, os mesmos explicaram que passaram a usar mais os aplicativos pelo celular para movimentar contas bancárias e pagar boletos. Em seguida, no setor 4, as opções supermercado, barzinhos / casas noturnas e academia aparecem citadas por 4 participantes.

Os espaços praças e parques foram citadas 1 vez por um participante do setor 4, e por 3 do setor 5. Os espaços como padaria, lanchonete/restaurante, e posto de saúde foram marcados por 2 participantes do setor 4. O setor 5, não escolheu a opção consultório médico ou odontológico (gráfico 29).

Gráfico 29 – Sobre os locais que sentiu mais falta de frequentar durante a pandemia



Elaboração: COLAVITE, A. P.; DANTAS, A.M.; COSTA, M.A.R.

Nos dois setores, a maioria dos participantes escolheram a opção, outro sendo para o setor 4 (18), e setor 5 (16), que pode ser complementada com as repostas da pergunta aberta do quadro 8.

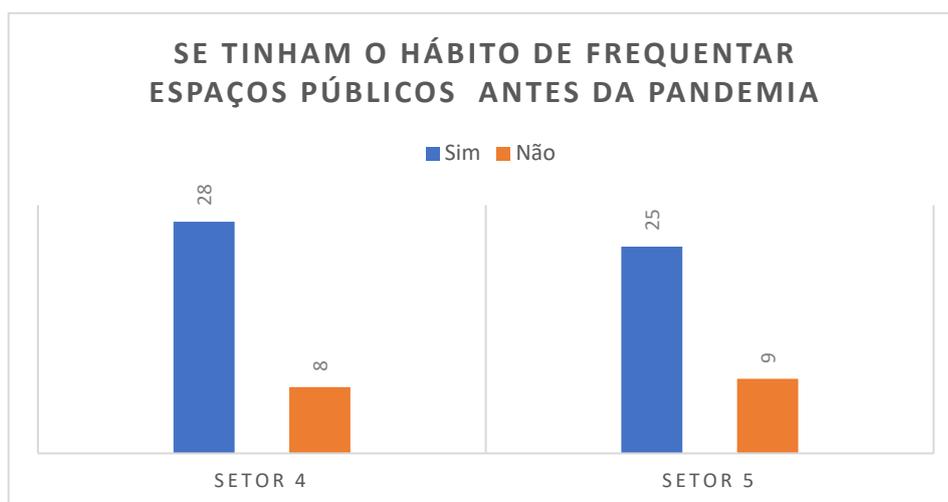
Realizamos a pergunta aberta, “Caso queira complementar as respostas anteriores, ou fazer algum comentário, nos dê a sua opinião”, para a qual obteve-se 20 respostas, sendo que 5 participantes responderam que voltaram a frequentar todos os espaços normalmente.

Quadro 8 – Caso queira complementar as respostas anteriores, ou fazer algum comentário, nos dê a sua opinião

Setor 4	Setor 5
Respeitava muito os decreto	Voltou a ir à igreja
Não tenho hábito de sair de casa ... gosto de ficar em casa	Não gosta de ir em posto de saúde
Agora usamos mais os aplicativos para pagar contas	Voltei a frequentar todos
Voltei a frequentar normalmente	Praça da CSU
Ainda não gosto de ficar em locais com muita gente	Saia andar com as crianças mas dentro do carros
Voltou a frequentar normalmente	Voltei a frequentar todos os lugares de costume
Começou a usar mais os aplicativos para pagar contas	Agora comprou um esteira para poder fazer exercícios
Na época da pandemia sentiu falta da faculdade	Alguns espaços supracitados eu já não frequentava, e bancos e lotéricas com a facilidade da internet bank e pix acabou que preciso ir lá muito raramente
Voltei a frequência normal de antes da pandemia	Continuou frequentando a igreja
Voltou normal	

Elaboração: COLAVITE, A. P.; DANTAS, A.M.; COSTA, M.A.R.

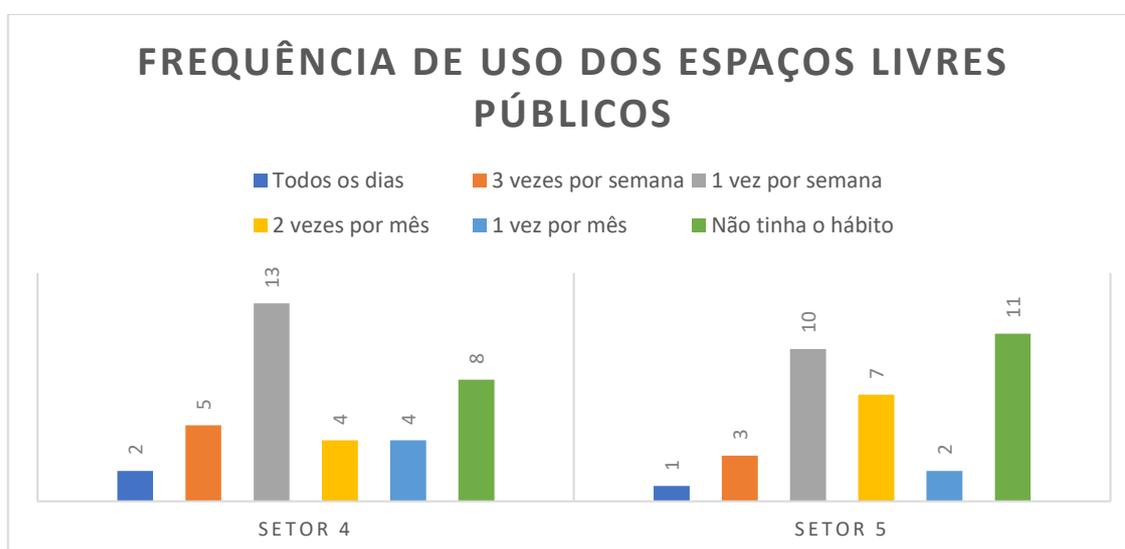
Constata-se que a pandemia foi o motivo de maior relevância para as alterações no comportamento de uso dos espaços livres públicos, para melhor compreensão dessas mudanças, a pesquisa perguntou para os moradores se tinham o hábito de frequentar espaços públicos antes da pandemia. A grande maioria dos participantes da pesquisa relataram que sim, sendo dos setores 4 (28), e 5 (25), e apenas 8 e 9 participantes, relataram que não (gráfico 30).

Gráfico 30 – Se tinham o hábito de frequentar espaços públicos antes da pandemia

Elaboração: COLAVITE, A. P.; DANTAS, A.M.; COSTA, M.A.R.

Em relação a frequência de uso dos espaços livres públicos antes da pandemia, 8 participantes do setor 4 responderam que não tinham o hábito do uso dos espaços livres. Enquanto a maioria, 13 participantes afirmaram usá-los uma vez por semana, 5 participantes frequentavam 3 vezes por semana, 4 frequentavam 1 e 2 vezes por mês, e apenas 2 usava todos os dias.

O comportamento do setor 5 foi marcado com 11 participantes que não tinham o hábito de frequentar espaços livres públicos, 10 participantes disseram que frequentavam 1 vez por semana, 7 participantes frequentavam 2 vezes por mês, 3 frequentavam 3 vezes por semana, 2 frequentavam 1 vez por mês e apenas 1, todos os dias. O número de frequências está registrado no gráfico 31.

Gráfico 31 – Frequências de uso dos espaços livres públicos

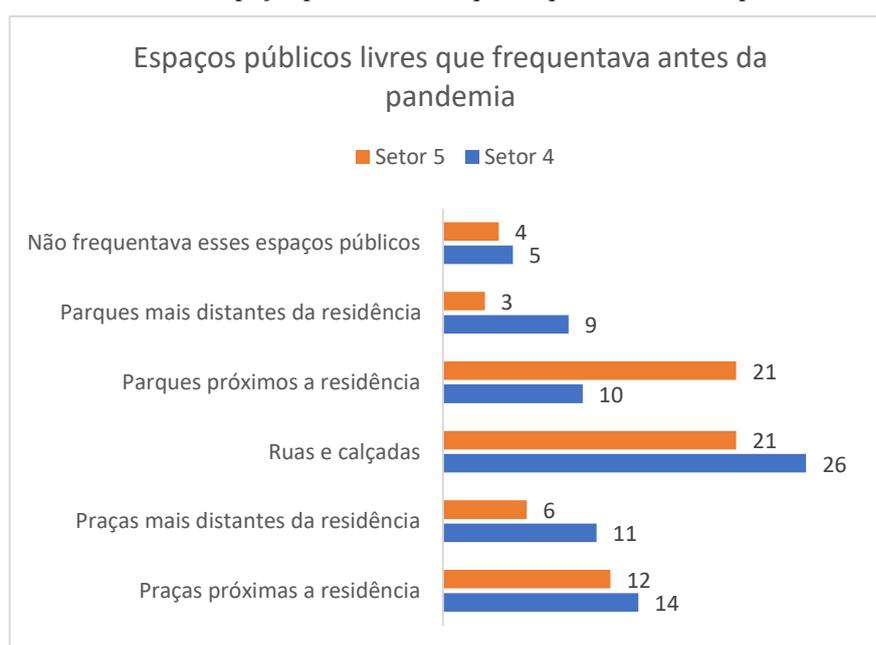
Elaboração: COLAVITE, A. P.; DANTAS, A.M.; COSTA, M.A.R.

Para compreender melhor quais espaços públicos livres os moradores frequentavam antes da pandemia, os mesmos marcaram esses respectivos espaços da cidade no gráfico 32.

Com base no gráfico notou-se que houve um equilíbrio de respostas do setor 5, quando responderam que os espaços que mais frequentavam, eram parques próximos a residência e ruas e calçadas (21). Em segundo lugar, praças próximas a residência (12), em terceiro lugar praças mais distantes da residência (6), em quarto lugar não frequentava esses espaços públicos (4) e em quinto lugar, parques mais distantes da residência (3). A interação entre moradores, e a relação com o parque próximo a residência, se dá pelo fato do Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira estar situado no setor 5.

No setor 4, os respondentes marcaram em primeiro lugar ruas e calçadas (26), neste setor encontra-se uma grande ciclovia e pista de caminhada que é utilizada por uma grande parte dos moradores. Em segundo lugar afirmaram usar as praças próximas a residência (14), em terceiro lugar praças mais distantes da residência (11), em quarto lugar parques próximos a residência (10), em quinto lugar parques mais distantes da residência (9), em sexto lugar não frequentava esses espaços públicos (5). Quando analisado a resposta, em quinto lugar, como os parques mais distantes da residência, não se dá pelo fato da escolha de não ser a melhor opção, mas sim pela falta de mobilidade, não tem um itinerário de ônibus coletivo para o maior parque da cidade, Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira, que é um ponto turístico (gráfico 32).

Gráfico 32 – Espaços públicos livres que frequentava antes da pandemia



Elaboração: COLAVITE, A. P.; DANTAS, A.M.; COSTA, M.A.R.

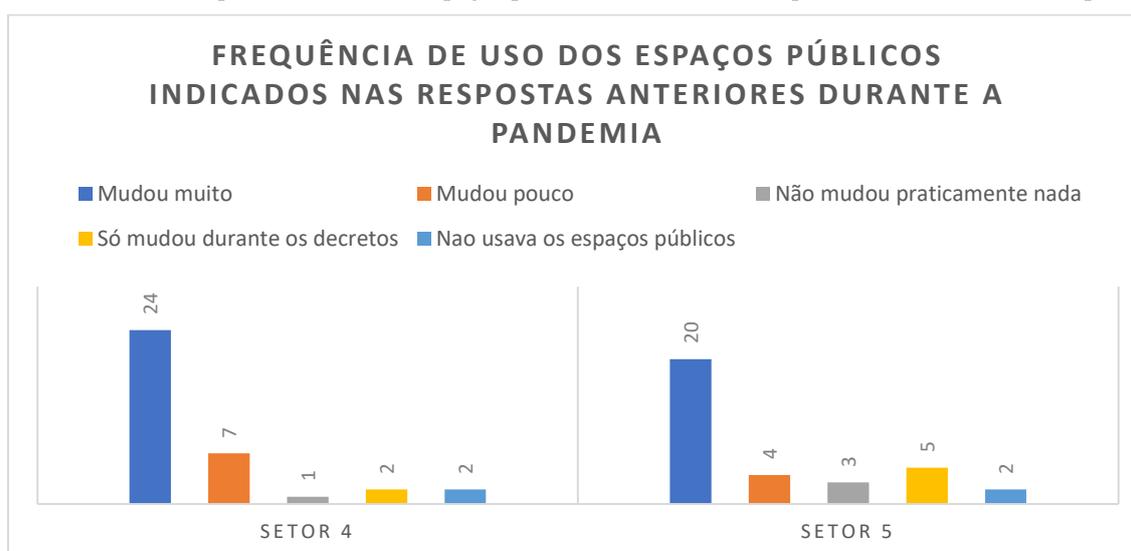
Quadro 9 – Locais indicados como de maior frequência dos participantes da pesquisa

Setor 4		Setor 5	
Local	Total de indicações	Local	Total de indicações
Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira	7	Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira	14
Ruas e Calçadas	3	Praças do bairro	5
Parque do Parigot de Souza	3	Ruas e Calçadas	4
Praça Ilha Bela	1	Praça São José	2
Parque da Pedreira	1	Parquinhos	2
Parque do Lago Azul	1	Academia no salão da igreja São Francisco de Assis	1
Praça São José	1	Praça do CSU	1
Parquinhos	1		

Elaboração: COLAVITE, A. P.; DANTAS, A.M.; COSTA, M.A.R.

Em relação a frequência de uso dos espaços públicos indicados nas respostas anteriores, durante a pandemia os moradores dos dois setores responderam que mudou muito a frequência sendo no setor 4 (24), e no setor 5 (20). O setor 4 afirmou com 7 respondentes que mudou pouco, as respostas só mudaram durante os decretos, e não usava espaços públicos foram indicadas por 2 respondentes, e apenas 1 afirmou que não mudou praticamente nada.

No setor 5 obteve-se 4 participantes que afirmaram que mudou pouco, 5 afirmaram só mudou durante os decretos, 3 afirmaram que não mudou praticamente nada, e 2 respondentes afirmaram que não usavam os espaços públicos (gráfico 33).

Gráfico 33 – Frequência de uso dos espaços públicos indicados nas respostas anteriores durante a pandemia

Elaboração: COLAVITE, A. P.; DANTAS, A.M.; COSTA, M.A.R.

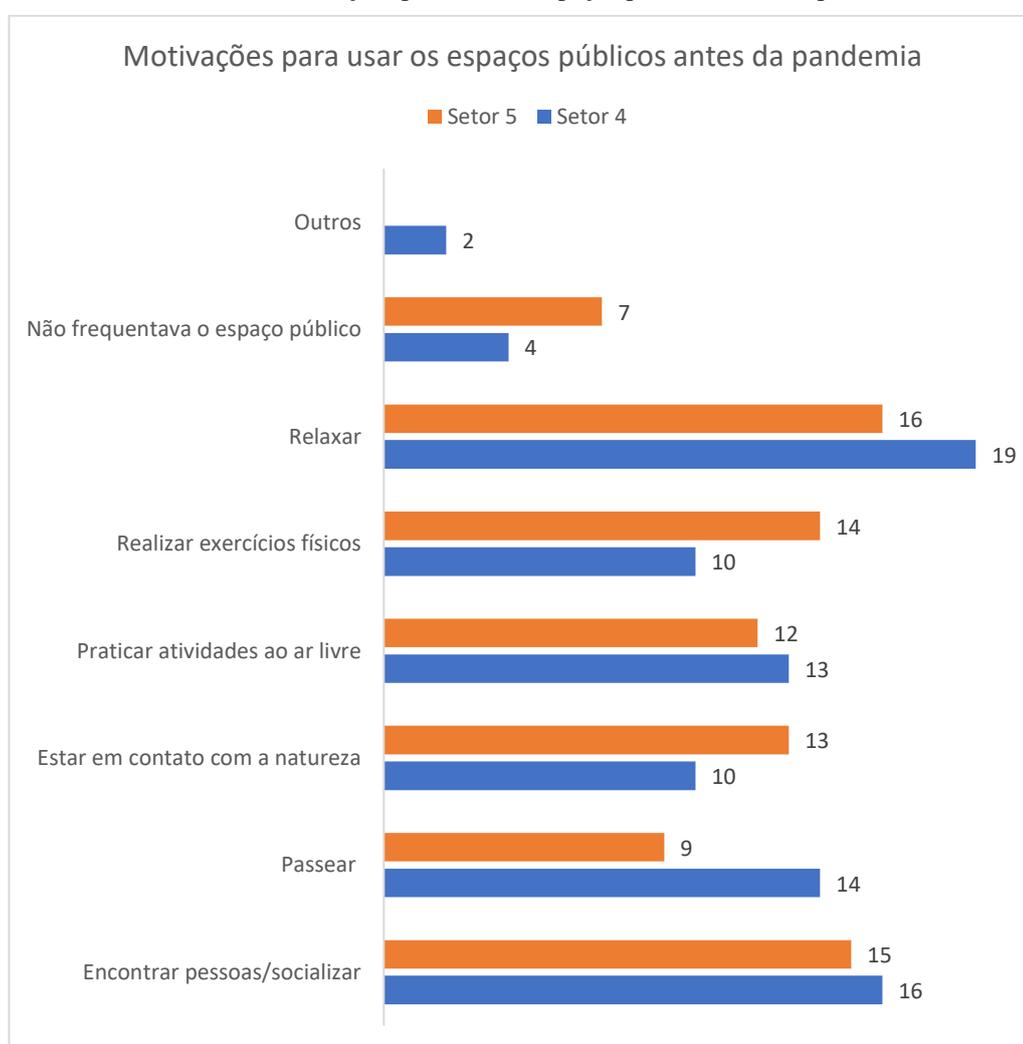
Em relação as motivações para usar os espaços públicos antes da pandemia, os participantes podiam escolher mais de uma resposta. As atividades mais praticadas nos espaços

livres públicos antes da pandemia, foram relaxar, com 19 respostas para o setor 4, e 16 para o setor 5, encontrar pessoas/socializar (16), e (15) para os dois setores pesquisados.

Realizar exercícios físicos ficou em terceiro lugar no setor 5 (14), em quarto lugar estar em contato com a natureza (13), em quinto lugar praticar atividades ao ar livre (12) e em sexto lugar passear (9), e último não frequentava o espaço público (7).

No setor 4, e em terceiro lugar ficou a resposta passear (14), em quarto lugar praticar atividades ao ar livre (13), em quinto lugar realizar exercícios físicos (10), em sexto lugar não frequentava o espaço público (6) e por último a opção outros (2). (gráfico 34).

Gráfico 34 – Motivações para usar os espaços públicos antes da pandemia



Elaboração: COLAVITE, A. P.; DANTAS, A.M.; COSTA, M.A.R

O quadro 10 da sequência, sintetiza as respostas à pergunta, “Existe algum espaço nas proximidades da sua residência que você usa para o lazer ou outra atividade? Quais?”.

Os participantes da pesquisa do setor 4, relataram encontrar uma dificuldade da falta de espaços públicos próximos de suas residências. Ao observar o quadro 10 os 19 participantes apontaram não ter espaços públicos, ou seja, mais da metade dos pesquisados nesse setor não podem usufruir desses espaços próximos de suas residências. Apenas 5 respondentes do setor 5 apontaram não ter espaços públicos próximos de suas residências.

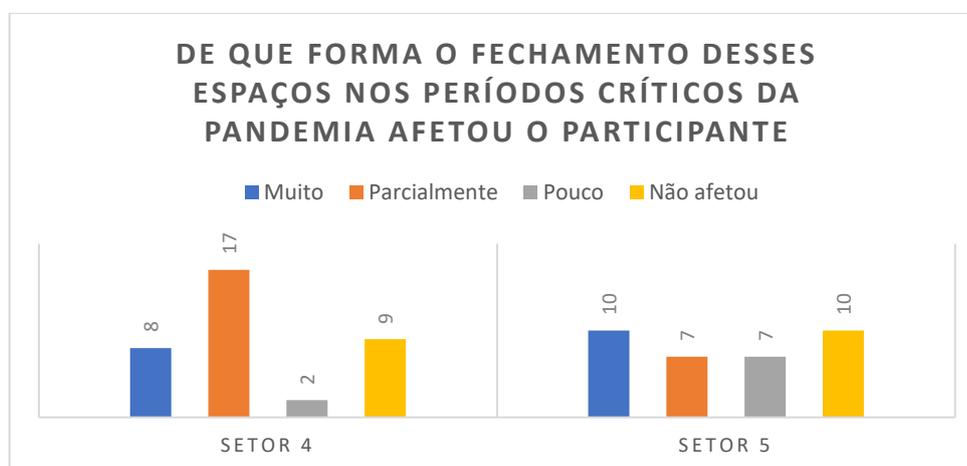
Quadro 10 – Existe algum espaço nas proximidades da sua residência que você usa para o lazer ou outra atividade? Quais?

Setor 4		Setor 5	
Local	Total de indicações	Local	Total de indicações
Não	19	Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira	17
Academia da Terceira Idade	3	Não	5
Pracinhas	3	Parquinho	4
Parque da Pedreira	3	Praças do bairro	3
Parque do Parigot de Souza	2	Ruas	3
Pista de pedalar	2	Campo de futebol do Araucária	2
Centro da Juventude	1	Praça do Araucária	1
Parquinho Jardim América	1	Academia da Terceira Idade	1
Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira	1	Academia do SESC	1
Igreja	1		

Elaboração: COLAVITE, A. P.; DANTAS, A.M.; COSTA, M.A.R

Também observou de que forma o fechamento desses espaços nos períodos críticos da pandemia afetou o participante. No setor 4, a maioria, sendo 17 participantes responderam que parcialmente, 9 responderam não afetou, 8 muito, e 2 responderam pouco. No setor 5, as respostas, muito e não afetou, foram marcadas por 10 participantes, pouco e parcialmente foram marcadas por 7 participantes (gráfico 35).

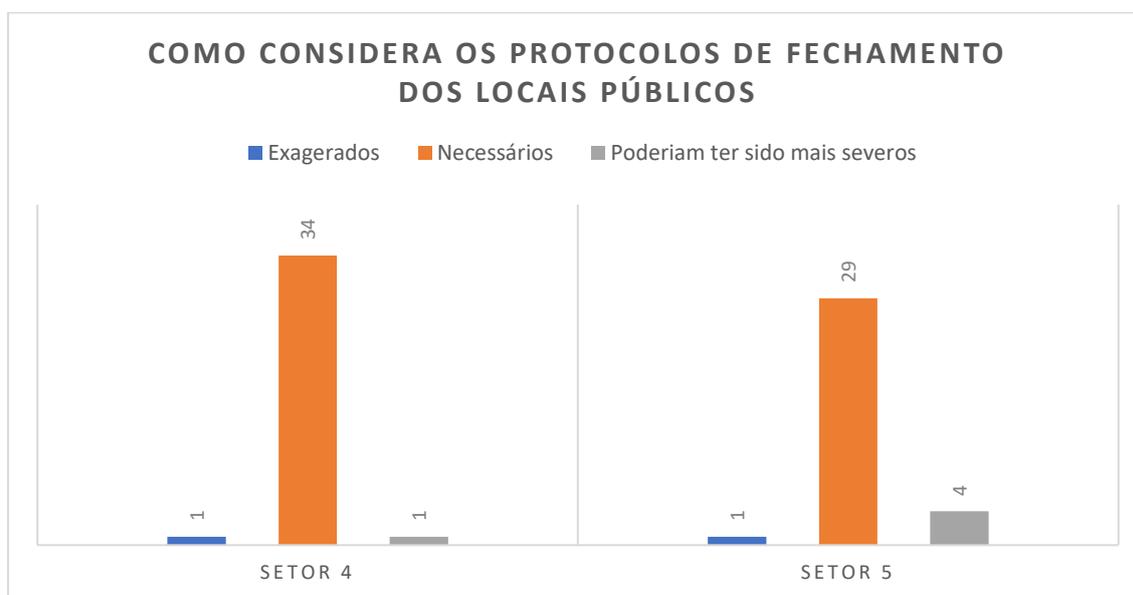
Gráfico 35 – Existe algum espaço nas proximidades



Elaboração: COLAVITE, A. P.; DANTAS, A.M.; COSTA, M.A.R

A importância dos decretos também foi pesquisada, a pergunta era sobre como considerava os protocolos de fechamento dos locais públicos: exagerados, necessário ou poderiam ter sido mais severos. A maioria dos moradores dos dois setores pesquisados consideraram necessários, sendo para o setor 4 (34), e para o setor 5 (29), e apenas 1 participante de cada setor, achou exagerado. No setor 5 obteve-se 4 participantes que afirmaram que poderiam ter sido mais severos, no setor 4 somente 1 participante. (gráfico 36).

Gráfico 36 – Como considera os protocolos de fechamento dos locais públicos



Elaboração: COLAVITE, A. P.; DANTAS, A.M.; COSTA, M.A.R

O questionário abrangeu perguntas sobre os hábitos de comportamento mudados durante a pandemia, e também lançou perguntas sobre as reflexões dos espaços livres públicos, e como esse período de afastamento da cidade pode ter refletido para os habitantes. Foram feitas perguntas sobre os possíveis pensamentos gerados pelo contexto de isolamento e distanciamento social, e que reflexões os moradores tiveram. Os respondentes poderiam escolher mais de uma opção para cada pergunta.

Ao serem questionados sobre reflexões feitas durante a pandemia, os participantes dos dois setores, afirmaram que passaram a valorizar mais os espaços livres públicos, sendo para o setor 4 (24), e o setor 5 (18), também revelaram sentir falta de frequentar os espaços livres públicos (14), e o setor 5 (15).

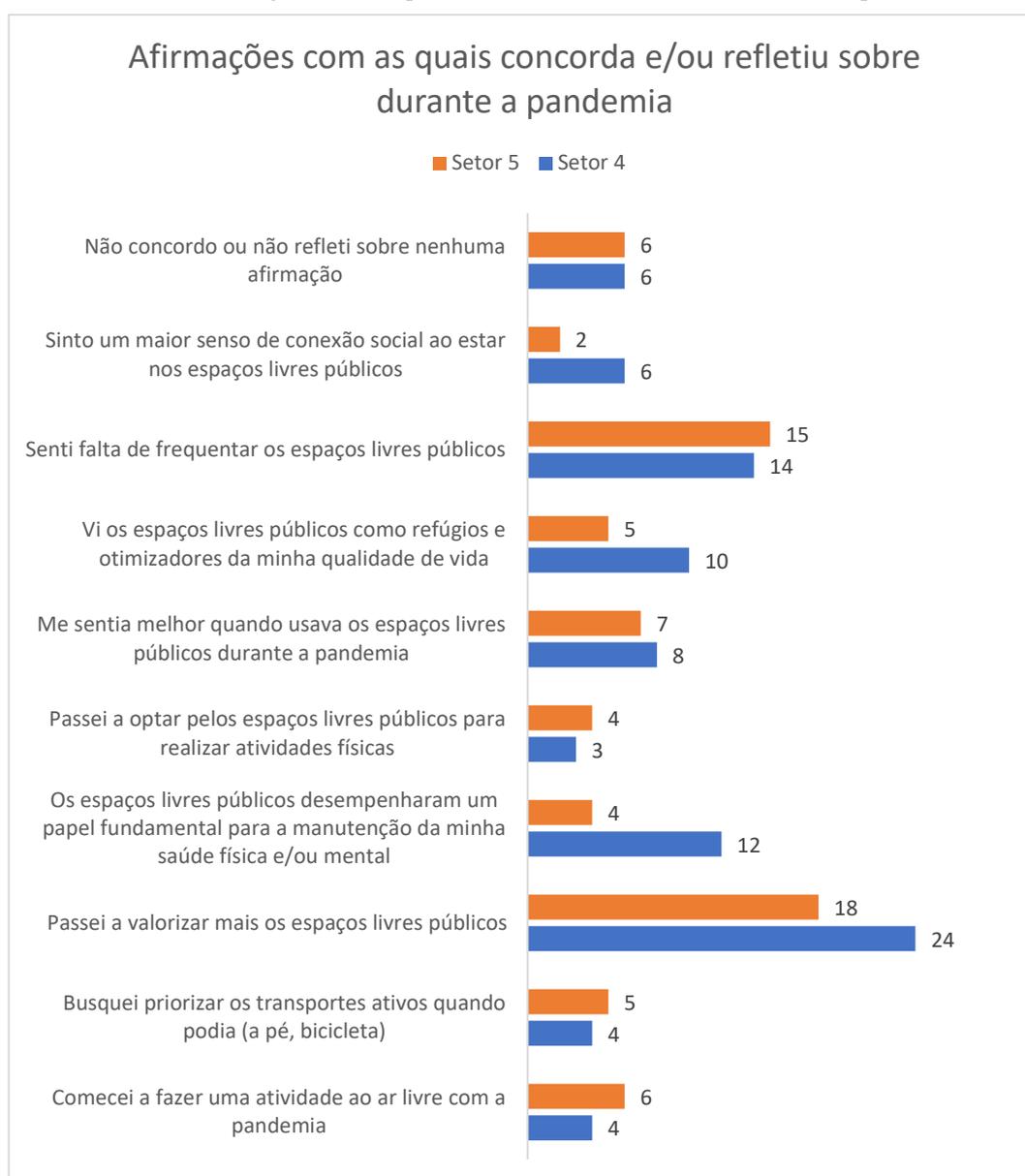
No setor 4, em terceiro lugar ficou a afirmação que os espaços livres públicos desempenham um papel fundamental para a manutenção da minha saúde física e/ ou mental (12). Em quarto lugar, a afirmação vi os espaços livres públicos como refúgios e otimizadores da minha qualidade de vida (10). Em quinto lugar, me sentia melhor quando usava os espaços

livres públicos durante a pandemia (8). Em sexto lugar, a afirmação, não concordo, ou não refleti sobre nenhuma afirmação, e também a afirmação, senti um maior senso de conexão social ao estar nos espaços livres públicos (6 cada). Em sétimo, a afirmação busquei priorizar os transportes ativos quando podia (a pé, bicicleta), e também a afirmação comecei a fazer uma atividade ao ar livre com a pandemia (4). Em último lugar, a afirmação passei a optar pelos espaços livres públicos para realizar atividades físicas (3).

No setor 5, a afirmação em terceiro lugar foi me sentia melhor quando usava os espaços livres públicos durante a pandemia (7). Em quarto lugar comecei a fazer uma atividade ao ar livre com a pandemia e também a afirmação não concordo ou não refleti sobre nenhuma afirmação (6 cada).

Em quinto lugar, vi os espaços livres públicos como refúgios e otimizadores da minha qualidade de vida, e também a afirmação busquei priorizar os transportes ativos quando podia (a pé, bicicleta) (5). Em sexto lugar a afirmação os espaços livres públicos desempenham um papel fundamental para a manutenção da minha saúde física e/ ou mental, e também passei a optar pelos espaços livres públicos para realizar atividades físicas (4). Em sétimo lugar a afirmação senti um maior senso de conexão social ao estar nos espaços livres públicos (2).

Nota-se a falta que esses espaços públicos fizeram durante os meses com restrições. Afirma-se que o período de isolamento e distanciamento social afetou a vida das pessoas dos dois setores pesquisados experienciarem e refletirem sobre a vida urbana (gráfico 37).

Gráfico 37 – Afirmações com as quais concorda e/ou refletiu sobre durante a pandemia

Elaboração: COLAVITE, A. P.; DANTAS, A.M.; COSTA, M.A.R

A comparação entre essas afirmações como a que passaram a valorizar mais os espaços livres públicos, e que também revelaram sentir falta de frequentar os espaços livres públicos, indica que houve uma reflexão sobre a importância desses espaços. Deve-se destacar que as reflexões sobre essas novas noções do espaço público trariam comportamentos e desejos futuros de planejamento urbano.

Para finalizar, o instrumento de pesquisa contou com uma pergunta sobre as mudanças que gostaria que fossem feitas nos espaços livres públicos no futuro. Assim buscou-se entender quais mudanças e ações as pessoas desejavam que fossem realizados para a aperfeiçoamento da experiência urbana em Campo Mourão. Esses dados estão compilados no gráfico 38.

Os respondentes poderiam escolher mais de uma opção para cada pergunta, e também foi sugerido que os participantes fizessem sugestões e contribuições com a pergunta, “Caso queira fazer mais algum comentário sobre o tema da pesquisa.”

No que diz respeito as mudanças que gostaria que fossem feitas nos espaços livres públicos da cidade, a mais citada pelos dois setores com 24 respondentes foi aumentar a arborização das ruas. A questão sobre a criação de mais praças e melhor manutenção, também foi citada por 24 respondentes do setor 4. Já no setor 5, por 21 participante, número menor pelo fato de que neste setor, a população é contemplada pelo Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira.

Em segundo lugar, os dois setores pesquisados escolheram a opção, melhorias e ampliação das calçadas com 22 para o setor 4, e 21 para o setor 5. Para o setor 4 a questão instalação de mais bancos nas calçadas também ficou em segundo lugar com 22 respondentes. Enquanto no setor 5 obteve-se 19 respondentes, isso se deve a melhor infraestrutura de equipamentos das praças, contendo mais bancos, sendo que em alguns parquinhos infantis do setor 4, não possui nenhum banco para os usuários, sendo que aqueles que o frequentam, levam cadeiras ou banquinhos para poder sentar enquanto seus filhos utilizam o parquinho.

A opção, melhoria da acessibilidade nos espaços livres públicos ficou em terceiro lugar para os dois setores pesquisados, perfazendo 18 para o setor 4, e 19 respondentes para o setor 5. Em quarto lugar para os dois setores ficou a questão, implantação de mais ciclovias, ciclofaixas e mobiliários adequados para bicicletas com 16 participantes para o setor 4, e 15 participantes para o setor 5.

Em quinto lugar também para os dois setores, a opção desenvolvimento de projetos de ruas fechadas para veículos, e abertas apenas para lazer durante alguns dias da semana, com 13 para o setor 5, e 14 participantes para o setor 4. E por último, a opção, outros com 1 participante para o setor 4, e para o setor 5 obteve 2 participantes (gráfico 38).

Gráfico 38 – Mudanças que gostaria que fossem feitas nos espaços livres públicos no futuro

Elaboração: COLAVITE, A. P.; DANTAS, A.M.; COSTA, M.A.R

Dessa forma, com as respostas obtidas para a última questão do formulário, “Caso queira fazer mais algum comentário sobre o tema da pesquisa.” No quadro 11 podemos perceber que algumas pessoas comentaram que os espaços públicos da cidade não estavam preparados para esse tipo de ocorrência, e por isso, muitos participantes responderam que as praças, parques e academias ao ar livre precisam de manutenção, reforma e construção de banheiros e bebedouros. Os participantes concordam com o fato de que a cidade poderia ter algumas mudanças com a criação de mais praças, sugerindo ambientes de lazer abertos, melhorias pela cidade e obras de restauração, ampliando frotas de transportes público, incentivar o uso de *bike*, deixar espaços públicos mais atrativos, melhorar estrutura da cidade, dando prioridade às necessidades dos habitantes.

A partir desta pesquisa percebe-se que de fato ocorreram mudanças no comportamento social das pessoas aos quais refletiram a importância do espaço urbano. Contudo, algumas alterações com o cuidado da higienização, como lavar as mãos, usar álcool em gel e não ficar em locais aglomerados foram apenas temporárias, e ao longo do tempo o cenário urbano voltou

às suas características primárias. Assim, faz-se necessário a criação de um planejamento que ofereça espaços públicos com melhor infraestrutura, com a finalidade de atender as necessidades da população em tais períodos atípicos.

Quadro 11 – Caso queira fazer mais algum comentário sobre o tema da pesquisa

Setor 4	Poderia ter praças mais próximos de casa
	Poderia ter mais parques na cidade
	Mais academias da terceira idade
	A academia ao ar livre do bairro precisa de manutenção
	Graças a Deus acabou a pandemia e aprendemos valorizar mais a vida
	Poderia ter torneiras nos parquinhos, banheiros.
Setor 5	Bosque precisa de reforma
	Melhorias nos espaços públicos
	Considera que a cidade melhorou
	Calçadas com acessibilidade
	Ter banheiros públicos nos espaços públicos
	Melhoria no bosque

Elaboração: COLAVITE, A. P.; DANTAS, A.M.; COSTA, M.A.R

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os espaços livres públicos são espaços essenciais para a formação das cidades. Nesses espaços acontece o convívio democrático entre as diversas classes sociais de forma inclusiva e, segura. Nesse sentido, as reflexões apresentadas na pesquisa retrataram a realidade vivida no município de Campo Mourão no período analisado de março de 2020 a fevereiro de 2022, durante a crise sanitária decorrente da COVID-19.

Com o surgimento da pandemia houve uma alteração no cotidiano dos residentes do município, os mesmos passaram por isolamento social, uma das medidas impostas para a prevenção e minimização do risco de contágio. Os governadores e prefeitos seguiram as recomendações internacionais da OMS e o Comitê Municipal de Gestão de Crise do município de Campo Mourão atuou na contínua elaboração e divulgação de decretos municipais, com o intuito de controlar e evitar a propagação da doença na cidade.

Uma das medidas de segurança, para contenção da COVID-19 em nosso município, foi a proibição de aglomeração de pessoas em locais públicos, tais como vias públicas, parques, praças e afins, bem como em locais privados. Admitindo-se apenas movimentações transitórias e de necessidade primária das pessoas.

Também ficou determinado toque de recolher para confinamento domiciliar obrigatório e *lockdown* ficando suspenso o funcionamento de todos os serviços e atividades no território do município de Campo Mourão, com exceção de mercados e supermercados, farmácias e postos de combustíveis.

O sistema público de saúde do país não se encontrava preparado para enfrentar uma crise sanitária de proporções nacionais, o que não foi diferente em nosso município. As análises apresentam que especificamente no dia 22 maio de 2021 o município estava vivendo o pior momento na pandemia, com o sistema de saúde totalmente esgotado e, novos decretos foram lançados como medidas de enfrentamento mais rigorosos.

A partir das análises observamos que houve uma diminuição nos internamentos, em virtude do *lockdown* dos dias 27/05 a 06/06 e, com o avanço da vacinação. Apesar do aumento no número de casos, a taxa de ocupação hospitalar ficou baixa, tendo em vista o processo de vacinação e que a nova variante do vírus (Ômicron) não atingia os pulmões, reduzindo a necessidade de internação dos pacientes. Os atendimentos aos pacientes com sintomas respiratórios eram no UPA, Centro de Triagem e as UBSs Jardim Cohapar e Jardim Alvorada.

Dessa forma, ao analisar os dados obtidos na pesquisa aqui discutida, pontua-se que os decretos municipais foram essenciais para conter a transmissão do vírus com medidas protetivas seguidas pela população mourãoense.

Para identificar a dinâmica espaço-temporal das ocorrências da COVID-19 no município, foram utilizados mapas trimestrais, que possibilitaram a identificação dos padrões de distribuição espacial do vírus de acordo com os setores pré-definidos para esta pesquisa.

Notamos que em primeiro momento a circulação viral e o contágio em maior proporção se deu no setor 1 que compreende a porção central da cidade, onde se correlaciona o maior fluxo de pessoas. Tanto relativo à circulação, quanto aglomeração, dado o deslocamento, em função de ser local de empregos, comércio, espaços públicos de lazer, e outros fins.

Em se tratando do quinto trimestre, que compreende de março a maio de 2021 e, se comparado ao trimestre anterior, houve aumento de casos de 3.126 para 3.995, correspondendo a 27% a mais. Notou-se que no setor 4, a maior quantidade de casos, saltou de 739 para 961 casos. E, em menor proporção de casos, 374 condizente ao setor 5. No referido trimestre, quantitativamente o número de casos confirmados aumentou, e também o registro de óbitos, totalizando 124.

Mediante esta análise da identificação dos padrões de distribuição espacial do vírus no município escolheu-se dois setores de estudos, sendo eles, o setor 4 que contempla 16 bairros, e o setor 5, que corresponde a 16 bairros. Ao relacionar as referidas áreas de lazer com o período pandêmico, observou-se que o setor 4 obteve o maior registro de casos positivados e de óbitos, ao contrário do setor 5, que obteve menor registro de casos positivados e de óbitos (Quadro 4).

Esses setores foram escolhidos por conter um número maior de praças e parques, se comparado a outros setores da cidade. Em relação a densidade demográfica desses dois setores selecionados, observou-se que a população tem melhor acesso a esses espaços por contemplar espaços públicos para lazer.

Porém os outros setores pesquisados da área urbana de Campo Mourão não possuem tantos espaços públicos para lazer, tais demandas percebidas podem, no futuro muito próximo, gerar a necessidade criação de mais praças e melhor manutenção.

As análises do questionário demonstram à percepção de uma amostra da população mourãoense apresentaram sobre como a pandemia transformou o modo de vida das pessoas e, como as medidas de proteção foram de grande valia para o controle da pandemia e contribui muito para a reabertura, com novas possibilidades de utilização e segurança dos espaços públicos, comércio e escolas.

Vimos a relevância desses espaços públicos para os moradores dos dois setores pesquisados que responderam que usavam uma vez por semana esses espaços, e que durante a pandemia, evidenciaram sua importância para manutenção e melhoria da qualidade de vida.

Constatou-se que o perfil predominante da pesquisa nos dois setores pesquisados, é representado pelo sexo feminino, de cor branca, católica, com idade entre 35 a 44 anos, com a média de renda familiar entre 2 a 3 salários mínimos para o setor 4 e para o setor 5 de 5 a 7 salários mínimos. No setor 4 predominou a escolaridade de ensino médio completo e trabalhou de forma presencial na pandemia. No setor 5, predominou a escolaridade com pós-graduação e trabalhou de forma remota.

Com as perguntas sobre a residência os participantes refletiram sobre o tamanho, e a maioria afirmou que eram confortáveis sendo 52 para os dois setores, sobre a área externa se tem área verde o setor 5 foi o que teve maior número de respondentes com 20 e o setor 4 somente 8, reforçando assim a importância dos espaços abertos das moradias através de suas varandas, sacadas e quintais.

Os participantes afirmaram que os decretos municipais foram essenciais ao controle do contágio do vírus, e deixaram de frequentar alguns locais, responderam que sentiram falta de estar em contato com o ar livre e a natureza nos períodos de isolamento social. Com isso, percebe-se que a pandemia da COVID-19 foi um fator chave para que a população assumisse uma nova percepção sobre os espaços livres públicos na cidade de Campo Mourão.

Além disso, o material visual produzido (mapas, gráficos, tabelas e quadros) pode servir ao poder público, para que compreenda com maior detalhamento como ocorreu a evolução espaço-temporal e o alastramento da pandemia da COVID-19 no espaço urbano de Campo Mourão e, dessa forma, contribuir para ações preventivas caso ocorra outra situação parecida. Também se espera que o debate sobre o papel do espaço público para a população fique mais evidente e que possa servir para ações de planejamento e organização do uso desse espaço futuramente.

REFERÊNCIAS

BRAHÃO, Sergio Luís. **Espaço público: Do urbano ao político.** Revista Brasileira de estudos urbanos e regionais. São Paulo, Annablume, 2009. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/216>. Acesso em: 12 jan. 2023

ARROYO, Mónica; ANTAS, Ricardo Mendes Jr.; CONTEL, Fabio. **Usos do território e pandemia: dinâmica e formas contemporâneas do meio técnico-científico informacional.** Rio de Janeiro: Consequências Editora, 2020.

BARRUCHO, Luis. Manaus virou a capital mundial da COVID-19 e lockdown é a única alternativa, diz pesquisador. **BBC News Brasil em Londres**, 15 jan. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55681527>. Acesso em 20 mai. 2022.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas.** Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005.

BECKER, Guilherme. Região de Campo Mourão aparece em lista das cinco maiores taxas de mortalidade por coronavírus no Brasil. **Ricmais**, 09 de abr. de 2020. Disponível em: <https://ricmais.com.br/saude/campo-mourao-coronavirus-taxa-mortalidade/>. Acesso em 27 jan. de 2023.

BEZERRA, Mariana Andrade e CUNHA, Moisés Ferreira. **Cidades, espaços públicos e comportamento: discussões sobre o cenário urbano no contexto de pandemia global.** Disponível em: < <https://www.observatoriodasmetroles.net.br/cidadesespacos-publicos-e-comportamento-discussoes-sobre-o-cenario-urbano-no-contexto-de-pandemia-global/>>. Acesso em 22 mai. 2022

BOSCO, Estevão. Covid-19 e a reconfiguração de fronteiras sociais, culturais e políticas: reflexões sobre o corpo, conhecimento e poder. In: RIBEIRO, Wagner Costa. **COVID-19 passado, presente e futuro.** São Paulo: FFLCH/USP, 59.473 kb; PDF. 2020, p. 196-207. Disponível em: <file:///C:/Users/adria/OneDrive/Documents/MESTRADO/projeto%20mestrado/LIVRO%20Covid%2019%20passado%20presente%20futuro.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2022.

BRASIL, **Lei n. 13979/2020** editada em 06.02.2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L13979.htm. Acesso em 02.07.2023

BRASIL. **Lei n. 10.257, de julho de 2001. Estatuto da Cidade.** Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

BRASIL. **Lei n. 6.766, de 19 de dezembro de 1979.** Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências. Alterada pela Lei nº 9.785, de 29 de Janeiro de 1999.

BRITO, Wilson Patrick Évora. **Os espaços verdes públicos: a percepção da população no contexto pandêmico na cidade de Bragança.** Instituto Politécnico de Bragança (ESA-IPB)

Bragança Portugal, dez. 2022. Disponível em: <https://bibliotecadigital.ipb.pt/handle/10198/26605>. Acesso em: 20 jan. 2023.

CAMPO MOURÃO. **Decreto 8.444 de 17 de março de 2020a**. Dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus covid-19. Campo Mourão, 2020. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/campo-mourao/decreto/2020/845/8444/decreto-n-8444-2020-dispoe-sobre-medidas-para-enfrentamento-da-emergencia-em-saude-publica-de-importancia-internacional-decorrente-do-coronavirus-covid-19-no-municipio-de-campo-mourao-institui-o-comite-municipal-de-acompanhamento-do-coronavirus-covid-19-e-da-outras-providencias>. Acesso em 13 jan. 2023.

CAMPO MOURÃO. **Decreto 8.455 do dia 26-03-20b**. Declara situação de calamidade pública no município de Campo Mourão. Campo Mourão, 2020. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/campo-mourao/decreto/2020/846/8455/decreto-n-8455-2020-declara-situacao-de-calamidade-publica-no-municipio-de-campo-mourao-em-razao-da-pandemia-do-coronavirus-covid-19-institui-o-comite-municipal-de-gestao-de-crise-para-enfrentamento-da-situacao-e-da-outras-providencias>. Acesso em 13 jan. 2023.

CAMPO MOURÃO. **Decreto 8.468 do dia 04-04-20c**. Decreta situação de emergência em saúde pública no município de Campo Mourão. Campo Mourão, 2020. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/campo-mourao/decreto/2020/847/8468/decreto-n-8468-2020-decreta-situacao-de-emergencia-em-saude-publica-no-municipio-de-campo-mourao-institui-o-comite-municipal-de-acompanhamento-do-coronavirus-covid-19-e-o-comite-municipal-de-gestao-de-crise-para-enfrentamento-da-situacao-dispoe-sobre-medidas-para-enfrentamento-do-coronavirus-covid-19-e-da-outras-providencias>. Acesso em 13 jan. 2023.

CAMPO MOURÃO. **Decreto 8.568 do dia 17-06-20e**. Estabelece medidas restritivas como mecanismo de enfrentamento da emergência em saúde pública, decorrente do novo Coronavírus, de acordo com a situação epidêmica da COVID-19 no Município de Campo Mourão, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/c/campo-mourao/decreto/2020/857/8568/decreto-n-8568-2020-estabelece-medidas-restritivas-como-mecanismo-de-enfrentamento-da-emergencia-em-saude-publica-decorrente-do-novo-coronavirus-de-acordo-com-a-situacao-epidematica-da-covid-19-no-municipio-de-campo-mourao-e-da-outras-providencias?q=8568>. Acesso em 08 mar. 2023.

CAMPO MOURÃO. **Decreto 8.628 do dia 30-07-20f**. Consolida as medidas decretadas com vistas à prevenção e enfrentamento da epidemia decorrente da COVID-19 no Município de Campo Mourão, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/campo-mourao/decreto/2020/863/8628/decreto-n-8628-2020-consolida-as-medidas-decretadas-com-vistas-a-prevencao-e-enfrentamento-da-epidemia-decorrente-da-covid-19-no-municipio-de-campo-mourao-e-da-outras-providencias?q=8628>. Acesso em 08 mar. 2023.

CAMPO MOURÃO. **Decreto 8.634 do dia 31-07-20g**. Altera e acresce dispositivos ao Decreto nº8.628, de 30 de julho de 2020, que consolida as medidas decretadas com vistas à prevenção e enfrentamento da epidemia decorrente da COVID-19 no Município de Campo Mourão, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/c/campo-mourao/decreto/2020/864/8634/decreto-n-8634-2020-altera-e-acresce-dispositivos-ao-decreto-n-8628-de-30-de-julho-de-2020-que-consolida-as-medidas-decretadas-com-vistas-a>

[prevencao-e-enfrentamento-da-epidemia-decorrente-da-covid-19-no-municipio-de-campo-mourao-e-da-outras-providencias?q=8634](#). Acesso em 10 mar. 2023.

CAMPO MOURÃO. **Decreto 8.668 do dia 28-08-20h**. Autoriza a reabertura dos parques municipais, com observância do protocolo sanitário que especifica, durante o período da pandemia decorrente da COVID-19, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/c/campo-mourao/decreto/2020/867/8668/decreto-n-8668-2020-autoriza-a-reabertura-dos-parques-municipais-com-observancia-do-protocolo-sanitario-que-especifica-durante-o-periodo-da-pandemia-decorrente-da-covid-19-e-da-outras-providencias?q=8668>. Acesso em 10 mar. 2023.

CAMPO MOURÃO. **Decreto 8.698 do dia 18-09-20i**. Altera dispositivo do Decreto nº8.668, de 28 de agosto de 2020, que autoriza a reabertura dos parques municipais, com observância do protocolo sanitário que especifica, durante o período da pandemia decorrente da COVID-19, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/c/campo-mourao/decreto/2020/870/8698/decreto-n-8698-2020-altera-dispositivo-do-decreto-n-8668-de-28-de-agosto-de-2020-que-autoriza-a-reabertura-dos-parques-municipais-com-observancia-do-protocolo-sanitario-que-especifica-durante-o-periodo-da-pandemia-decorrente-da-covid-19-e-da-outras-providencias?q=8698>. Acesso em 10 mar. 2023.

CAMPO MOURÃO. **Decreto 8.710 do dia 02-10-20j**. Altera e acresce dispositivos ao Decreto nº8.628, de 30 de julho de 2020, que consolida as medidas decretadas com vistas à prevenção e enfrentamento da epidemia decorrente da COVID-19 no Município de Campo Mourão, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/c/campo-mourao/decreto/2020/871/8710/decreto-n-8710-2020-altera-e-acresce-dispositivos-ao-decreto-n-8628-de-30-de-julho-de-2020-que-consolida-as-medidas-decretadas-com-vistas-a-prevencao-e-enfrentamento-da-epidemia-decorrente-da-covid-19-no-municipio-de-campo-mourao-e-da-outras-providencias?q=8710>. Acesso em 10 mar. 2023.

CAMPO MOURÃO. **Decreto 8.764 do dia 24-11-20k**. Suspende, por prazo determinado, os procedimentos cirúrgicos eletivos hospitalares nos prestadores de serviço que atuam na estratégia da COVID-19 no Município de Campo Mourão, com demanda de terapia intensiva no pós-operatório e/ou em pacientes sob anestesia geral. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/c/campo-mourao/decreto/2020/877/8764/decreto-n-8764-2020-suspende-por-prazo-determinado-os-procedimentos-cirurgicos-eletivos-hospitalares-nos-prestadores-de-servicos-que-atuam-na-estrategia-da-covid-19-no-municipio-de-campo-mourao-com-demanda-de-terapia-intensiva-no-pos-operatorio-e-ou-em-pacientes-sob-anestesia-geral?q=8764>. Acesso em 10 mar. 2023.

CAMPO MOURÃO. **Decreto 8.775 do dia 01-12-20l**. Fixa, por Prazo determinado, novas medidas restritivas para o enfrentamento da pandemia da COVID-19 no Município de Campo Mourão, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/c/campo-mourao/decreto/2020/878/8775/decreto-n-8775-2020-fixa-por-prazo-determinado-novas-medidas-restritivas-para-o-enfrentamento-da-pandemia-da-covid-19-no-municipio-de-campo-mourao-e-da-outras-providencias?q=8775>. Acesso em 02 abril 2023.

CAMPO MOURÃO. **Decreto 8.786 do dia 11-12-20m**. Fixa, por prazo determinado, novas medidas restritivas para o enfrentamento da pandemia da COVID-19 no Município de Campo Mourão, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/c/campo-mourao/decreto/2020/879/8786/decreto-n-8786-2020-fixa-por-prazo-determinado-novas->

[medidas-restritivas-para-o-enfrentamento-da-pandemia-da-covid-19-no-municipio-de-campo-mourao-e-da-outras-providencias?q=8786](#). Acesso em 02 abril 2023.

CAMPO MOURÃO. **Decreto 8.798 do dia 15-12-20n**. Dispõe sobre protocolo de saúde e diretrizes pedagógicas para o retorno das aulas presenciais nas Escolas de Rede Municipal de Ensino de Campo Mourão no ano letivo de 2021, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/c/campo-mourao/decreto/2020/880/8798/decreto-n-8798-2020-dispoe-sobre-protocolo-de-saude-e-diretrizes-pedagogicas-para-o-retorno-das-aulas-presenciais-nas-escolas-da-rede-municipal-de-ensino-de-campo-mourao-no-ano-letivo-de-2021-e-da-outras-providencias?q=8798>. Acesso em 02 abril 2023.

CAMPO MOURÃO. **Decreto 8.812 do dia 18-12-20o**. Fixa, por prazo determinado, novas medidas restritivas para o enfrentamento da pandemia da COVID-19 no Município de Campo Mourão, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/c/campo-mourao/decreto/2020/882/8812/decreto-n-8812-2020-fixa-por-prazo-determinado-novas-medidas-restritivas-para-o-enfrentamento-da-pandemia-da-covid-19-no-municipio-de-campo-mourao-e-da-outras-providencias?q=8812>. Acesso em 02 abril 2023.

CAMPO MOURÃO. **Decreto 8.477 do dia 16-04-20d**. Flexibiliza a abertura do comércio e demais atividades, mediante restrições, estabelece novas medidas de enfrentamento do Coronavírus. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/campo-mourao/decreto/2020/848/8477/decreto-n-8477-2020-flexibiliza-a-abertura-do-comercio-e-dema-is-atividades-mediante-restricoes-estabelece-novas-medidas-de-enfrentamento-do-coronavirus-covid-19-no-municipio-de-campo-mourao-revoga-os-capitulos-iv-e-v-do-decreto-n-8468-de-04-de-abril-de-2020-e-da-outras-providencias>. Acesso em 08 mar. 2023.

CAMPO MOURÃO. **Decreto 8.825 do dia 06-01-2021 a**. Fixa, por prazo determinado, novas medidas restritivas para o enfrentamento da pandemia da COVID-19 no Município de Campo Mourão, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/c/campo-mourao/decreto/2021/883/8825/decreto-n-8825-2021-fixa-por-prazo-determinado-novas-medidas-restritivas-para-o-enfrentamento-da-pandemia-da-covid-19-no-municipio-de-campo-mourao-e-da-outras-providencias?q=8825>. Acesso em 08 mar. 2023.

CAMPO MOURÃO. **Decreto 8.849 do dia 22-01-2021b**. Fixa, por prazo determinado, novas medidas restritivas para o enfrentamento da pandemia da COVID-19 no Município de Campo Mourão, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/c/campo-mourao/decreto/2021/885/8849/decreto-n-8849-2021-fixa-por-prazo-determinado-novas-medidas-restritivas-para-o-enfrentamento-da-pandemia-da-covid-19-no-municipio-de-campo-mourao-e-da-outras-providencias?q=8849>. Acesso em 08 mar. 2023.

CAMPO MOURÃO. **Decreto 8.884 do dia 19-02-21c**. Acresce e altera dispositivos bem como prorroga o prazo previsto no decreto n. 8468. Campo Mourão, 2020. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/campo-mourao/decreto/2020/849/8484/decreto-n-8484-2020-suprime-em-20-vinte-por-cento-os-vencimentos-do-prefeito-vice-prefeito-secretarios-e-diretores-municipais-pelo-prazo-de-60-sessenta-dias>. Acesso em 13 jan. 2023.

CAMPO MOURÃO. **Decreto 8.899 do dia 07-03-2021d**. Determina a aplicação das medidas restritivas de caráter obrigatório, visando o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia da COVID-19, conforme Decreto do Estado do Paraná nº 7.020, de 05 de março de 2021, altera e revoga dispositivos do Decreto nº 8.629, de 30 de julho de 2020, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/c/campo->

[mourao/decreto/2021/890/8899/decreto-n-8899-2021-determina-a-aplicacao-das-medidas-restritivas-de-carater-obrigatorio-visando-o-enfrentamento-da-emergencia-de-saude-publica-decorrente-da-pandemia-da-covid-19-conforme-decreto-do-estado-do-parana-n-7020-de-05-de-marco-de-2021-altera-e-revoga-dispositivos-do-decreto-n-8629-de-30-de-julho-de-2020-e-da-outras-providencias?q=8899](https://leismunicipais.com.br/a1/pr/c/campo-mourao/decreto/2021/890/8899/decreto-n-8899-2021-determina-a-aplicacao-das-medidas-restritivas-de-carater-obrigatorio-visando-o-enfrentamento-da-emergencia-de-saude-publica-decorrente-da-pandemia-da-covid-19-conforme-decreto-do-estado-do-parana-n-7020-de-05-de-marco-de-2021-altera-e-revoga-dispositivos-do-decreto-n-8629-de-30-de-julho-de-2020-e-da-outras-providencias?q=8899). Acesso em 08 mar. 2023.

CAMPO MOURÃO. **Decreto 8.907 do dia 17-03-2021e.** Determina a aplicação de medidas restritivas de caráter obrigatório, visando o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia da COVID-19. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/c/campo-mourao/decreto/2021/891/8907/decreto-n-8907-2021-determina-a-aplicacao-de-medidas-restritivas-de-carater-obrigatorio-visando-o-enfrentamento-da-emergencia-de-saude-publica-decorrente-da-pandemia-da-covid-19-conforme-decreto-do-estado-do-parana-n-7122-de-16-de-marco-de-2021-altera-dispositivo-do-decreto-n-8629-de-30-de-julho-de-2020-e-da-outras-providencias?r=p>. Acesso em 08 mar. 2023.

CAMPO MOURÃO. **Decreto 8.920 do dia 06-04-2021f.** Determina, pelo período que especifica, a aplicação de medidas restritivas de caráter obrigatório, visando o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia da COVID-19, e dá outras providências. Disponível em: <https://campomourao.atende.net/atende.php?rot=54002&aca=737&processo=visualizar¶metro=%7B%22codigo%22%3A%223425%22%2C%22hash%22%3A%22F6FEEF3C9AD0631205F40DFAC752E1AAB8D12396%22%7D&cidade=padrao>. Acesso em 09 mar. 2023.

CAMPO MOURÃO. **Decreto 8.965 do dia 28-04-2021g.** Consolida as medidas decretadas com vistas à prevenção e enfrentamento da epidemia decorrente da COVID-19 no Município de Campo Mourão, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/c/campo-mourao/decreto/2021/897/8965/decreto-n-8965-2021-consolida-as-medidas-decretadas-com-vistas-a-prevencao-e-enfrentamento-da-epidemia-decorrente-da-covid-19-no-municipio-de-campo-mourao-e-da-outras-providencias?r=p>. Acesso em 09 mar. 2023.

CAMPO MOURÃO. **Decreto 9.000 do dia 24-05-2021h.** Fixa, por prazo determinado, novas medidas restritivas para o enfrentamento da pandemia da COVID-19 no Município de Campo Mourão, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/c/campo-mourao/decreto/2021/900/9000/decreto-n-9000-2021-fixa-por-prazo-determinado-novas-medidas-restritivas-para-o-enfrentamento-da-pandemia-da-covid-19-no-municipio-de-campo-mourao-e-da-outras-providencias?r=p>. Acesso em 09 mar. 2023.

CAMPO MOURÃO. **Decreto 9.041 do dia 24-06-2021i.** Fixa, por prazo determinado, novas medidas restritivas para o enfrentamento da pandemia da COVID-19 no Município de Campo Mourão, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/c/campo-mourao/decreto/2021/905/9041/decreto-n-9041-2021-fixa-por-prazo-determinado-novas-medidas-restritivas-para-o-enfrentamento-da-pandemia-da-covid-19-no-municipio-de-campo-mourao-e-da-outras-providencias?r=p>. Acesso em 09 mar. 2023.

CAMPO MOURÃO. **Decreto 9.087 do dia 29-07-21j.** Fixa, por prazo determinado, novas medidas restritivas para o enfrentamento da pandemia da COVID-19 no Município de Campo Mourão, e dá outras providências. Disponível em: <https://campomourao.atende.net/atende.php?rot=54002&aca=737&processo=visualizar&chave=%7B%22codigo%22%3A%223474%22%2C%22hash%22%3A%22AC7629A3CC53309C34D18B4D5DE723E9073D6A5F%22%7D&cidade=padrao>. Acesso em 09 mar. 2023.

CAMPO MOURÃO. ATA n° 2 do dia 27-03-20a. Campo Mourão, 2020. Disponível em: <https://campomourao.atende.net/subportal/covid19/pagina/atende.php?rot=1&aca=119&ajax=t&processo=viewFile&ajaxPrevent=1682429307153&file=267FE67833ABE50E65AAF05B4D5E60056133BE35&sistema=WPO&classe=UploadMidia>. Acesso em 14 jan. 2023.

CAMPO MOURÃO. ATA n° 8 do dia 01-06-20b. Campo Mourão, 2020. Disponível em: <https://campomourao.atende.net/subportal/covid19/pagina/atende.php?rot=1&aca=119&ajax=t&processo=viewFile&ajaxPrevent=1682429424675&file=178C53E8DD2843342501FC48341FB336F751FA84&sistema=WPO&classe=UploadMidia>. Acesso em 14 jan. 2023.

CAMPO MOURÃO. ATA n° 10 do dia 16-06-20c. Campo Mourão, 2020. Disponível em: <https://campomourao.atende.net/subportal/covid19/pagina/atende.php?rot=1&aca=119&ajax=t&processo=viewFile&ajaxPrevent=1682429492386&file=3E9838E1B957C8E0E1F91680262B34E665502F6D&sistema=WPO&classe=UploadMidia>. Acesso em 14 jan. 2023.

CAMPO MOURÃO. ATA n° 25 do dia 26-11-20d. Campo Mourão, 2020. Disponível em: <https://campomourao.atende.net/subportal/covid19/pagina/atende.php?rot=1&aca=119&ajax=t&processo=viewFile&ajaxPrevent=1682429590330&file=2DA9FCAF300C71989547511630625DFC0ACD5B4C&sistema=WPO&classe=UploadMidia>. Acesso em 14 jan. 2023.

CAMPO MOURÃO. Unidade de Saúde do Cohapar volta atender atenção básica. Campo Mourão, 23 de julho de 2021. **Facebook: Prefeitura de Campo Mourão.** Disponível em: <https://www.facebook.com/prefeituracampomourao/videos/5731016913640066>. Acesso em 26 abril 2023.

CAMPO MOURÃO. Saiba onde procurar o seu primeiro atendimento. Campo Mourão, 02 de julho de 2021. **Facebook: Prefeitura de Campo Mourão.** Disponível em: <https://www.facebook.com/prefeituracampomourao/videos/252103839584454>. Acesso em 26 abril 2023.

CAMPO MOURÃO. Além da UPA e do Centro de Triagem, as Unidades de Saúde do Cohapar e Jardim Alvorada também atendem pacientes com sintomas respiratórios. Campo Mourão, 22 de junho de 2021. **Facebook: Prefeitura de Campo Mourão.** Disponível em: <https://www.facebook.com/prefeituracampomourao/videos/811115742739365>. Acesso em 26 abril 2023.

CAMPO MOURÃO. Situação caótica na UPA. Campo Mourão, 03 de março de 2021. **Facebook: Prefeitura de Campo Mourão.** Disponível em: <https://www.facebook.com/prefeituracampomourao/videos/463066728377479>. Acesso em 26 abril 2023.

CAMPO MOURÃO. Secretário de Saúde diz que estamos vivendo o pior momento da pandemia. Campo Mourão, 04 de março de 2021. **Facebook: Prefeitura de Campo Mourão.** Disponível em: <https://www.facebook.com/prefeituracampomourao/videos/488371332183394>. Acesso em 26 abril 2023.

CAMPO MOURÃO. Prefeito Tauillo Tezelli fala da falta de vagas de UTI. Campo Mourão, 04 de março de 2021. **Facebook: Prefeitura de Campo Mourão.** Disponível em:

<https://www.facebook.com/prefeituracampomourao/videos/2945931182392771>. Acesso em 26 abril 2023.

CAMPO MOURÃO. UPA atende mais de 800 pessoas nesse final de semana. Campo Mourão, 01 de março de 2021. **Facebook: Prefeitura de Campo Mourão.** Disponível em: <https://www.facebook.com/prefeituracampomourao/videos/238865414546431>. Acesso em 26 abril 2023.

CAMPO MOURÃO. LIVE sobre falta de leitos, UPA com pacientes esperando vagas , duas horas o tempo de espera para consulta. Falta de Oxigênio em Cianorte. Campo Mourão, 01 de março de 2021. **Facebook: Prefeitura de Campo Mourão.** Disponível em: <https://www.facebook.com/prefeituracampomourao/videos/619220105578769>. Acesso em 26 abril 2023.

CAMPO MOURÃO. LIVE sobre o começo da vacinação na cidade de Campo Mourão, primeira etapa trabalhadores da saúde e Lar dos Velinhos, explicação das próximas etapas no plano de vacinação municipal. Campo Mourão, 01 de março de 2021. **Facebook: Prefeitura de Campo Mourão.** Disponível em: <https://www.facebook.com/prefeituracampomourao/videos/402823094133933>. Acesso em 26 abril 2023.

CAMPO MOURÃO. Inauguração do PA. Campo Mourão, 13 de agosto de 2021. **Facebook: Prefeitura de Campo Mourão.** Disponível em: <https://www.facebook.com/prefeituracampomourao/videos/597687431116474>. Acesso em 26 abril 2023.

CAMPO MOURÃO. Ala de atendimento a COVID-19 da UPA recebeu melhorias. Campo Mourão, 14 de agosto de 2021. **Facebook: Prefeitura de Campo Mourão.** Disponível em: <https://www.facebook.com/prefeituracampomourao/videos/960210994442408>. Acesso em 26 abril 2023.

CAMPO MOURÃO. Lar do Velinhos: óbitos e casos confirmados . Campo Mourão, 18 de julho de 2021. **Facebook: Prefeitura de Campo Mourão.** Disponível em: <https://www.facebook.com/prefeituracampomourao/videos/2599687720133848>. Acesso em 26 abril 2023.

CAMPO MOURÃO. Enfermeira chefe da UPA explica como é o atendimento para Covid-19. Campo Mourão, 07 de julho de 2021. **Facebook: Prefeitura de Campo Mourão.** Disponível em: <https://www.facebook.com/prefeituracampomourao/videos/735790177175786>. Acesso em 26 abril 2023.

CAMPO MOURÃO. Construção do Centro de triagem. Campo Mourão, 07 de junho de 2021. **Instagram: Prefeitura de Campo Mourão.** Disponível em: https://www.instagram.com/reel/CP_yItDBL02/. Acesso em 26 abril 2023.

CAMPO MOURÃO. Vacinação concluída para os trabalhadores da saúde. Campo Mourão, 11 de junho de 2021. **Instagram: Prefeitura de Campo Mourão.** Disponível em: https://www.instagram.com/reel/CP_uLZUBX0H/. Acesso em 26 abril 2023.

CANABARRO, Ivo dos santos. Schonardie, Elenise Felzke; Strücker, Bianca. **A ressignificação do lugar e do não-lugar:** considerações sobre as dimensões das ocupações dos

lugares em um período de pandemia no Brasil. Rev. Dir. Cid., Rio de Janeiro, Vol. 14, N.01., 2022, p. 1-26.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A “revolução” no cotidiano invadido pela pandemia. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. **COVID-19 e a crise urbana**. São Paulo: FFLCH/USP, 2020, p.10-17. Disponível em: < <https://doceru.com/doc/xcx808e>>. Acesso em: 09 jan. 2022.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Entre a urgência e a utopia: Produção do espaço, crise urbana e direitos humanos em tempos e pandemia. In: FERREIRA, Alvaro; RUA João, LENCIONI Sandra. . **Produção do espaço e direitos humanos: a pandemia dá destaque à geografia**. Rio de Janeiro: Consequências Editora, 2022.

COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. Pandemia y Derechos Humanos em las Américas. Resolución 1/2020. Disponível em: <http://www.oas.org/es/cidh/decisiones/pdf/Resolucion-1-20-es.pdf>. Acesso em 02/07/2023

FARIA, Camila Salles de. COVID-19: Entre a vida e a economia no Mato Grosso. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. **COVID-19 e a crise urbana** [recurso eletrônico] /. -- São Paulo : FFLCH/USP, 3.484 Kb ; PDF, 2020, p.18-24. Disponível em: file:///C:/Users/adria/OneDrive/Documentos/MESTRADO/projeto%20mestrado/gesp_covid_19_e_a_crise_urbana_2020_corrigido_1.pdf. Acesso em: 09 jan. 2022.

FERREIRA, Alvaro; RUA, João; LENCIONI, Sandra. **Produção do espaço e direitos humanos: a pandemia dá destaque à geografia**. Rio de Janeiro: Consequências Editora, 2022.

FREEMAN, S.; EYKELBOSH, A. **COVID-19 and outdoor safety**: considerations for use of outdoor recreational spaces. National Collaborating Centre for Environmental Health, apr. 2020.

GALHARDI, Cláudia Pereira et al. *Fake news* e hesitação vacinal no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 1849-1858, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/PBmHtLCpJ7q9TXPwVZ3kGH/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 16 de out. de 2023

GHEL, Jan. **Cidades para pessoas**. 2ed. São Paulo, Perspectiva, 2013. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/OneDrive/Documentos/MESTRADO/projeto%20mestrado/Livro_Cidade_para_pessoas_Jan_Gehl.pdf Acesso em: 08 de jan. 2023.

JACOBI, Pedro Roberto. Uma nova ética pós Covid-19. In: RIBEIRO, Wagner Costa. **COVID-19 passado, presente e futuro**. São Paulo: FFLCH/USP, 59.473 kb; PDF. 2020, p. 208-224. Disponível em: <file:///C:/Users/adria/OneDrive/Documentos/MESTRADO/projeto%20mestrado/LIVRO%20Covid%2019%20passado%20presente%20futuro.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2022.

Levantamento Rápido de Índices para *Aedes Aegypti* (LIRAA) para vigilância entomológica do *Aedes aegypti* no Brasil: metodologia para avaliação dos índices de Breteau e Predial e tipo de recipientes / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis – Brasília : Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/OneDrive/Documentos/MESTRADO/projeto%20mestrado/disserta%20>

[C3%A7%C3%A3o%20qualifica%C3%A7%C3%A3o/manual_liraa_2013.pdf](#). Acesso em: 26 out. 2023.

MAGNOLI, Miranda Maria Esmeralda Martinelli. **Espaços livres e urbanização**: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana. 1982. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982. Acesso em: 10 fev. 2023

MARQUES, Rosa Maria; LEITE, Marcel Guedes; BERWIG, Solange Emilene; DEPIERI, Marcelo Álvares de Lima. **Pandemias, Crises e Capitalismo**. São Paulo. 1º edição. Expressão Popular, 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). Conselho Nacional de Saúde – CNS. **Recomendação nº 036, de 11 de maio de 2020**. Recomenda a implementação de medidas de distanciamento social mais restritivo (lockdown), nos municípios com ocorrência acelerada de novos casos de COVID-19 e com taxa de ocupação dos serviços atingido níveis críticos [Internet]. Brasília: Conselho Nacional de Saúde; 2020 [citado 2020 nov 12]. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/1163-recomendac-a-o-n-036-de-11-de-maio-de-2020>

» <http://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/1163-recomendac-a-o-n-036-de-11-de-maio-de-2020> Acesso em: 14 fev. 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). Saúde e Vigilância Sanitária. **Considerando um dos maiores programas de vacinação do mundo PNI completa 49 anos**. [Internet]. Conselho Nacional de Saúde; 2020 [citado 2020 nov 03]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/setembro/considerado-um-dos-maiores-programas-de-vacinacao-do-mundo-pni-completa-49-anos>. Acesso: 16 out. 2023.

MORIN, Edgar. **É hora de mudarmos de via: lições do coronavírus**. Tradução Ivone Castilho Beneditti), colaboração Sabah Abouessalam. – 2º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

MORIN, Edgar. Epistemologia da Complexidade. In: SCHNITMAN, Dora Fried (org.). **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Medicas, 1996.

NECA Bruno Rodrigues; RECHIA Simone. Ficar em casa ou ocupar os espaços de lazer ao ar livre? Reflexões e possibilidades para uma apropriação segura dos diferentes espaços públicos de lazer em tempos de pandemia. **Licere. Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer – UFMG**, v.23, n.4, dez/2020, p. 471/509. Disponível em:

<file:///C:/Users/adria/OneDrive/Documents/MESTRADO/projeto%20mestrado/artigo%20exemplo%20espa%C3%A7os%20p%C3%BAblicos.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2022.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE/ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OPAS/OMS. Folha informativa – COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus). Disponível em: **Belo Horizonte**, v.23, n.4, dez/2020. 509 https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875. Acesso em: 28 jan. 2022.

PENHA, Luciene Monteiro. A pandemia em Manaus: desafios de uma cidade na Amazônia. In: **Revista Ensaios de Geografia**, Niterói, vol. 5, nº 9, p. 118-123, maio de 2020 Submissão em: 05/05/2020. Aceite em: 24/05/2020 Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ - Brasil

PINTAUDI, Silvana Maria. O comercio em tempos desgovernados: entre rupturas e resistências. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. **COVID-19 e a crise urbana** [recurso eletrônico] /. -- São Paulo : FFLCH/USP, 3.484 Kb ; PDF, 2020, p.92-98. Disponível em: file:///C:/Users/adria/OneDrive/Documents/MESTRADO/projeto%20mestrado/gesp_covid_19_e_a_crise_urbana_2020_corrigido_1.pdf. Acesso em: 09 jan. 2022.

PUIME, Emili. **Diferenças entre espaço público privado e acessível ao público**. 2014. Disponível em: <https://emiliopuime.jusbrasil.com.br/artigos/112339069/diferencas-entre-espaco-publico-privado-e-acessivel-ao-publico>. Acesso em: 22 mar. 2023.

QUEIROGA, Eugenio Fernandes. Sistema de espaços livres urbanos: construindo um referencial teórico. In: **Paisagem Ambiente: ensaios**, n° 24, p. 81-87, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/85699>. Acesso em: 11 jan. 2023.

RIBEIRO, Wagner Costa. Covid-19: Implicações geográficas e geopolíticas. In: RIBEIRO, Wagner Costa. **COVID-19 passado, presente e futuro**. São Paulo: FFLCH/USP, 2020, p.196-207. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/552>>. Acesso em: 08 jan. 2022.

RUA, João; FERREIRA, Alvaro. Geografia e pandemia: Alguns diálogos possíveis. In: FERREIRA, Alvaro; RUA João, LENCIONI Sandra. **Produção do espaço e direitos humanos: a pandemia dá destaque à geografia**. Rio de Janeiro: Consequências Editora, 2022.

SANTANA, Paola Verri de. Orçamentos contra a Covid-19 nos portais da transparência. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. **COVID-19 e a crise urbana** [recurso eletrônico]. São Paulo: FFLCH/USP, 3.484 Kb ; PDF, 2020, p. 78-83. Disponível em: file:///C:/Users/adria/OneDrive/Documents/MESTRADO/projeto%20mestrado/gesp_covid_19_e_a_crise_urbana_2020_corrigido_1.pdf. Acesso em: 09 jan. 2022.

SANTHLER, Douglas; LEIVA Guilherme. A cidade importa: urbanização, análise regional e segregação urbana em tempos de pandemia de Covid-19. **Revista Brasileira de Estudos de População**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/GLcmncbtpsLXVQYnngWLYqN/>. Acesso em: 20 jan. 2023.

SANTOS, A. P. dos. Geografia e direitos humanos: uma reflexão em tempo de pandemia Covid-19. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru, v. 8, n. 2, p. 189–202, 2020. DOI: 10.5016/ridh.v8i2.27. Disponível em: <https://www2.faac.unesp.br/ridh3/index.php/ridh/article/view/27>. Acesso em: 24 abr. 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O futuro começa agora: da pandemia à utopia**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SILVA, José Borzacchiello da. Por uma leitura geográfica da pandemia da Covid-19. In: FERREIRA, Alvaro; RUA João, LENCIONI Sandra. **Produção do espaço e direitos humanos: a pandemia dá destaque à geografia**. Rio de Janeiro: Consequências Editora, 2022.

SILVA, Rosiéle Melgarejo da. Do mercado imobiliário ao distanciamento social: os múltiplos desafios dos espaços públicos contemporâneos. In: Dossiê: **Boletim Gaúcho de Geografia**. v.47/nº 2, 2020 (2021). Disponível em: [file:///C:/Users/adria/Downloads/108830-490829-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/adria/Downloads/108830-490829-1-PB%20(1).pdf). Acesso em: 07 fev. 2022.

TREVISAN, Camila Orsi. **Espaço Público – Espaço Privado**: reflexões sobre o espaço urbano metropolitano. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/182.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2023.

XIMENES, Deize Sbarai Sanches; *et al.* A importância dos espaços públicos e áreas verdes pós-pandemia na cidade de São Paulo (SP). **Revista LABVERDE. FAUUSP**. São Paulo. v. 10, n. 01, 2020, p. 03-21. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revistalabverde/article/view/172291/167368>> Acesso em: 02 fev. 2023.

XIMENES, Deize Sbarai Sanches; *et al.* **Pesquisa Emoções Momentâneas**: Comportamentos e Hábitos Cotidianos Pós-Pandemia. Centro de Síntese USP Cidades Globais do IEA, 2020. Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/OneDrive/Documentos/MESTRADO/projeto%20mestrado/XIMENES%20Relato de Pesquisa emocoos%20momentaneas%20XIMENES.pdf](file:///C:/Users/Usuario/OneDrive/Documentos/MESTRADO/projeto%20mestrado/XIMENES%20Relato%20de%20Pesquisa%20emocoos%20momentaneas%20XIMENES.pdf) Acesso em 13 jan. 2023.

ZURITA, Veridiana. Por um movimento Contra-Narcísico. In: RIBEIRO, Wagner Costa. **COVID-19 passado, presente e futuro**. São Paulo: FFLCH/USP, 59.473 kb; PDF. 2020, p. 225-240. Disponível em: <file:///C:/Users/adria/OneDrive/Documentos/MESTRADO/projeto%20mestrado/LIVRO%20Covid%2019%20passado%20presente%20futuro.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2022.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Decretos e Atas dos Espaços Públicos.

Documento	Assunto
Decreto nº 8.444 dia 17/03/20	A prefeitura de Campo Mourão declarou situação de emergência na cidade em razão da pandemia do novo Coronavírus através.
Decreto nº 8.455 dia 26/03/20	Declarado a primeira confirmação de caso positivado de Coronavírus aumento das medidas para enfrentar COVID-19 estava pautado o fechamento de parques municipais e a continuidade do fechamento do comércio e das atividades não essenciais.
Decreto nº 8.468 dia 04/04/20	Foi criado e instituído o Comitê Municipal de Gestão de Crise, para trabalhar com o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública no Município de Campo Mourão medidas como: O uso obrigatório de máscaras por toda a população que estiver em vias e espaços públicos, continuou a suspensão das atividades em parques públicos, proibido a aglomeração de pessoas em locais públicos, tais como parques, praças e afins.
Decreto nº 8.477 dia 16/04/20	População teria que se manter-se recolhida em suas residências, diariamente, no período entre às 23h00 à 6h00 do dia seguinte, os parques ainda permanecem fechados.
Ata nº 08 dia 01/06/20	Foi pedido para abrir o bosque, mas não foi aceito devido aglomeração e não conseguir fiscalizar com rigor os finais de semana.
Ata nº 10 dia 16/06/20	Teve um aumento dos casos na COMCAM, o vírus vem se espalhando rapidamente nos municípios e foi pedido maior fiscalização para todos os prefeitos. O descumprimento da norma inserta neste artigo acarretará multa de 500 reais. Obrigatório uso de máscara.
Decreto nº 8.568 dia 17/06/20	Proibido a aglomeração de pessoas em praças, parques. A população teria que se manter recolhida em suas residências, diariamente, no período entre às 23h00 à 6h00 do dia seguinte. O descumprimento da norma inserta neste artigo acarretará multa de 500 reais. Obrigatório uso de máscara.
Decreto nº 8.628 dia 30/07/20	Continua proibido a aglomeração de pessoas em locais públicos, tais como parques, praças e afins. O descumprimento da norma inserta neste artigo acarretará multa de 500 reais. Obrigatório uso de máscara.
No Decreto nº 8.634 dia	Permaneceu proibida a utilização e a aglomeração e permanência de pessoas em áreas de lazer públicas, tais como quadras esportivas, complexos de esporte e lazer, academias da terceira idade, pistas de skate, praças, etc. O descumprimento da norma inserta neste artigo acarretará multa de 500 reais. Toque de recolher das 22h00 até as 06h00 do dia seguinte
Decreto nº 8.668 dia 28/08/20	Reabertura dos parques municipais sob a gestão da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente – SEAMA a partir de 1 de setembro observando-se os protocolos sanitários. O descumprimento da norma inserta neste artigo acarretará multa de 500 reais. Obrigatório uso de máscara.
Decreto nº 8.698 dia 08/09/20	A continuação do funcionamento dos parques municipais das 06h00 às 19h00, diariamente, observando-se o protocolo sanitário estabelecido neste Decreto.

Decreto nº8.764 dia 01/12/20	<p>Ficam determinadas as seguintes medidas restritivas pelo prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação deste Decreto:</p> <p>Suspensão da programação de Natal nos espaços públicos (Praça São José e Praça Getúlio Vargas), ficando vedada a instalação de brinquedos, funcionamento de praça de alimentação, passeios de trenzinho, entre outros atrativos;</p> <p>Fechamento do Estádio Municipal Roberto Brzezinski e dos parques municipais sob a gestão da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente - SEAMA;</p> <p>O descumprimento da norma inserta neste artigo acarretará multa de 500 reais.</p> <p>Obrigatória uso de máscara.</p>
Decreto nº 8786 dia 11/12/20	<p>Ficou determinado suspensão da programação de Natal nos espaços públicos (Praça São José, Praça Getúlio Vargas, Praça Alvorada e Praça do Japão), ficando vedada a instalação de brinquedos, funcionamento de praça de alimentação, passeios de trenzinho, entre outros atrativos.</p> <p>Também ficou determinado a proibição de consumo de bebida alcoólica em espaços públicos, proibição de aglomeração de pessoas em locais públicos, tais como vias públicas, parques, praças e afins, bem como em locais privados, admitindo-se apenas movimentações transitórias.</p> <p>O descumprimento da norma inserta neste artigo acarretará multa de 500 reais.</p> <p>Obrigatória uso de máscara.</p>
Decreto nº 8.825 dia 06/01/2021	<p>Ficou determinadas as seguintes medidas restritivas pelo prazo de 15 (quinze) dias:</p> <p>Fechamento do Estádio Municipal Roberto Brzezinski e das áreas comuns (parquinhos, bebedouros, arenas multiuso, academias da terceira idade, entre outras) dos parques municipais sob a gestão da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente - SEAMA;</p> <p>Proibida a aglomeração de pessoas em locais públicos, tais como vias públicas, parques, praças e afins, bem como em locais privados, admitindo-se apenas movimentações transitórias das pessoas</p> <p>O descumprimento da norma inserta neste artigo acarretará multa de 500 reais.</p> <p>Obrigatória uso de máscara.</p>
Decreto nº8849 dia 22/01/2021	<p>Achou-se necessário divulgar um novo Decreto prorrogando por mais 15 dias o fechamento do Estádio Municipal Roberto Brzezinski e das áreas comuns, dos parques municipais sob a gestão da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente - SEAMA; proibição de consumo de bebida alcoólica em espaços</p> <p>O descumprimento da norma inserta neste artigo acarretará multa de 500 reais.</p> <p>Obrigatório uso de máscara.</p>
Decreto nº 8884 dia 19/02/2021	<p>Considera que, até o dia 05 de março de 2021 permanecia proibida a aglomeração de pessoas em locais públicos, tais como vias públicas, parques, praças e afins, bem como em locais privados, admitindo-se apenas movimentações transitórias.</p> <p>Toque de recolher das 00h00 até as 06h00 do dia seguinte, para confinamento domiciliar obrigatório em todo território do Município de Campo Mourão.</p> <p>O descumprimento da norma inserta neste artigo acarretará multa de 500 reais.</p>

	Obrigatório uso de máscara.
Decreto nº8899 dia 07/03/2021	<p>Reabertura dos parques municipais sob a gestão da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente – SEAMA, para a prática de atividades esportivas individuais somente de segunda a sexta-feira</p> <p>Para os dias 13 e 14 de março de 2021, foi decretado a suspensão do funcionamento de todos os serviços e atividades no território do Município de Campo Mourão, com exceção de mercados e supermercados, farmácias, postos de combustíveis.</p> <p>O descumprimento da norma inserta neste artigo acarretará multa de 500 reais.</p> <p>Obrigatório uso de máscara.</p>
Decreto nº8907 dia 10/03/2021	<p>Foi decretado novamente <i>lockdown</i> durante o final de semana compreendido pelos dias 19, 20 e 21 de março de 2021.</p> <p>Para os espaços públicos municipais o acesso continuava restrito, aberto somente de segunda a sexta-feira para a prática de atividades esportivas individuais,</p> <p>Proibido a comercialização e o consumo de bebidas alcoólicas em espaços de uso público ou coletivo no período das 20 horas as 05 horas, diariamente. Essas medidas foram aplicadas até o dia 01 de abril de 2021.</p> <p>O descumprimento da norma inserta neste artigo acarretará multa de 500 reais.</p> <p>Obrigatório uso de máscara.</p>
Decreto nº8920 dia 06/04/2021	Restrição provisória de circulação em espaços, e vias públicas, mas agora com um novo horário sendo das 23 horas às 05 horas, diariamente.
Decreto nº8965 dia 28/04/2021	<p>Reabertura das quadras esportivas, os complexos de esporte e lazer, o estádio Municipal Roberto Brzezinski, os parques municipais sob a gestão da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente – SEAMA.</p> <p>O funcionamento dos parques municipais ficou com os horários das 06h00 às 19h00, diariamente</p>
Decreto nº9000 dia 24/05/2021	<p>Toque de recolher das 20h00 até as 05h00 do dia seguinte, para confinamento domiciliar obrigatório em todo território do Município de Campo Mourão.</p> <p>Suspensão de atividades não essenciais e fechamento dos parques por 10 dias, a partir do dia 27 de maio até o dia 06 de junho de 2021.</p> <p>O descumprimento da norma inserta neste artigo acarretará multa de 500 reais.</p> <p>Obrigatório uso de máscara.</p>
Decreto nº9087 dia 29/07/2021	Toque de recolher das 23h00 até as 05h00 do dia seguinte, para confinamento domiciliar obrigatório em todo território do município de Campo Mourão
ATA Nº45 dia 09/08/2021	Foi discutido também diminuir o toque de recolher para 00 horas às 5 horas. Os parques municipais sob a gestão da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente - SEAMA, permanecia abertos das 06h00 às 19h00, diariamente, observando-se o protocolo sanitário
ATA nº47 dia 16/09/2021	Ficou decidido extinguir confinamento domiciliar obrigatório em todo território do município de Campo Mourão.

ATA n°48 dia 18/11/2021	Considerado que não poderia ser permitido as comemorações de natal na praça São José,
Decreto n°9288 dia 29/11/2021	Declarou à implantação do parque a ser denominado “Parque Lagoa Dourada – Memorial às Vítimas da COVID-19” no Jardim Ecoville.

Fonte: Elabora pela autora

APÊNDICE B – Questionário a ser aplicado com a população (disponível no arquivo em PDF)

29/11/2023, 14:11

A PANDEMIA DA COVID-19 NO ESPAÇO URBANO DE CAMPO MOURÃO: mudanças nas práticas socioespaciais e no us...

A PANDEMIA DA COVID-19 NO ESPAÇO URBANO DE CAMPO MOURÃO: mudanças nas práticas socioespaciais e no uso do espaço público

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado participante, você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada "A PANDEMIA DA COVID-19 NO ESPAÇO URBANO DE CAMPO MOURÃO:

mudanças nas práticas socioespaciais e no uso do espaço público", desenvolvida pelos pesquisadores Ana Paula Colavite, Maria Antonia Ramos da Costa e Adriane Mendes Dantas.

O objetivo geral da presente pesquisa é averiguar os desdobramentos e reflexos da Pandemia da Covid-19 no espaço urbano de Campo Mourão, com base nas práticas socioespaciais e nas relações da população com o uso do espaço público.

O convite para a sua participação se deve a sua condição de morador neste município, destaca-se ainda que o participante deve ter idade maior ou igual a 18 anos. Destaca-se que as respostas serão coletadas virtualmente pelo Google Formulários.

A participação é voluntaria, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, não terá prejuízo algum caso decida não consentir sua participação e poderá interromper a participação a qualquer momento. Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações repassadas, qualquer dado que possa identificar os participantes será omitido na divulgação dos resultados obtidos e estes serão guardados em local seguro e acessados apenas pelos pesquisadores desta proposta. A participação não gera custo e possui riscos mínimos (conforme descritos no item próprio deste formulário), porém salientamos que estaremos o tempo todo disponíveis para atendê-lo se for o caso, nos meios citados adiante.

A qualquer momento os (as) participantes podem solicitar qualquer informação sobre sua participação ou sobre a pesquisa aos pesquisadores, o que poderá ser feito através dos meios de contato:
pesquisadores Ana Paula Colavite (e-mail: apcolavite@hotmail.com, Maria Antonia Ramos Costa (e-mail: maria.costa@unespar.edu.br) e Adriane Mendes Dantas (e-mail: adrianemendesdantas@hotmail.com), ou por meio do endereço Av. Comendador Norberto Marcondes, 733 - Centro, Campo Mourão - PR, sala do PPGSeD.

O formulário contém 4 sessões de perguntas com um total de 51 questões. Esse questionário ficará armazenado em mídia digital e somente os pesquisadores

29/11/2023, 14:11

A PANDEMIA DA COVID-19 NO ESPAÇO URBANO DE CAMPO MOURÃO: mudanças nas práticas socioespaciais e no us...

terão acesso as respostas. Ao final da pesquisa, todo o material será mantido em arquivo, sob a guarda e responsabilidade do pesquisador responsável, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução CNS n° 466/2012.

O recrutamento será realizado em trabalho de campo, com visitas domiciliares em residências aleatórias, antes do aceite da participação na pesquisa, será lido o TCLE e esclarecidas as dúvidas que porventura surjam, a participação é voluntária e será preservada da identidade dos (as) participantes. Pretende-se obter o quantitativo médio de 60 respostas.

Com relação aos (às) participantes da pesquisa, estes correm o risco de sentirem-se desconfortáveis enquanto respondem ao questionário, por terem que refletir sobre a insegurança que vivenciaram durante os períodos críticos da Pandemia. Porém destaca-se que podem desistir do seu preenchimento a qualquer momento. Eventualmente alguma pessoa que tenha sido acometida pela COVID-19 pode apresentar sentimentos desconfortáveis pela lembrança de situação negativa. Os contatos dos pesquisadores serão disponibilizados aos participantes e estes poderão entrar em contato a qualquer momento. Os questionários serão anônimos para que os respondentes não se sintam expostos, porém, para aumentar a segurança e confiabilidade dos dados/respostas, é necessário incluir o seu e-mail pessoal no campo determinado, além disso, o participante só poderá acessar o formulário de coleta, após declarar que foi devidamente esclarecido e concordar em participar VOLUNTARIAMENTE da pesquisa.

Com o desenvolvimento da pesquisa pretende-se apresentar um panorama das transformações vivenciadas pela população mourãoense em suas relações e práticas socioespaciais no decorrer da pandemia da COVID-19. Com base nos dados que serão coletados podem ser realizados trabalhos futuros de esclarecimento do assunto e palestras sobre o tema.

Os resultados desta pesquisa serão divulgados em palestras dirigidas ao público participante, relatórios individuais para os entrevistados, artigos científicos e no formato de dissertação ou tese.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – UNESPAR. Unespar Campus Paranavaí – Avenida Gabriel Esperidião, S/N - Sala 20 – Jardim Morumbi, Paranavaí – PR; CEP: 87.703-000; Telefone: (44) 3424-0100; E-mail: cep@unespar.edu.br.

O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma, o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

Nós, Ana Paula Colavite, Maria Antonia Ramos Costa e Adriane Mendes Dantas declaramos que fornecemos todas as informações referentes ao projeto de pesquisa supra nominado.

* Indica uma pergunta obrigatória

29/11/2023, 14:11

A PANDEMIA DA COVID-19 NO ESPAÇO URBANO DE CAMPO MOURÃO: mudanças nas práticas socioespaciais e no us...

1. Concorda em participar desta pesquisa? *

Marcar apenas uma oval. sim não*Pular para a pergunta 2*

PERFIL DO(A) PARTICIPANTE

2. Gênero *

Marcar apenas uma oval. Homem Mulher Outro

3. Idade *

4. Religião

5. Cor/raça *

Marcar apenas uma oval. Branco Preta Amarela Parda Indígena Ignorado

29/11/2023, 14:11

A PANDEMIA DA COVID-19 NO ESPAÇO URBANO DE CAMPO MOURÃO: mudanças nas práticas socioespaciais e no us...

6. Estado civil *

Marcar apenas uma oval.

- Solteira(o)
- Casada(o)
- Separada(o)
- Divorviada(o)
- União estável
- Viúva(a)
- Outro

7. Escolaridade *

Marcar apenas uma oval.

- Ensino Fundamental incompleto
- Ensino Fundamental completo
- Ensino Médio incompleto
- Ensino Médio completo
- Ensino Superior incompleto
- Ensino Superior completo
- Pós-graduação incompleta
- Pós-graduação completa

8. Profissão ou ocupação atual *

9. Você mudou de emprego/serviço durante a pandemia? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Outro

29/11/2023, 14:11

A PANDEMIA DA COVID-19 NO ESPAÇO URBANO DE CAMPO MOURÃO: mudanças nas práticas socioespaciais e no us...

10. Caso queira descrever ou explicar

11. Com relação ao seu trabalho, durante a pandemia você: *

Marcar apenas uma oval.

- Continuou trabalhando presencialmente em todo momento que foi permitido
- Trabalhou de forma remota (em casa)
- Trabalhou de forma híbrida, parte do tempo em casa e parte do tempo presencialmente
- Não trabalhou
- Outro

12. Qual a renda média familiar? *

Marcar apenas uma oval.

- Menos de 1 salário mínimo
- 1 salário mínimo
- 2 a 3 salários mínimos
- 4 a 5 salários mínimos
- 5 a 7 salários mínimos
- 7 a 10 salários mínimos
- mais de 10 salários mínimos
- Prefere não declarar

29/11/2023, 14:11

A PANDEMIA DA COVID-19 NO ESPAÇO URBANO DE CAMPO MOURÃO: mudanças nas práticas socioespaciais e no us...

13. Sua renda mudou durante a pandemia? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim, aumentou
- Sim, diminuiu
- Não alterou
- Outro: _____

14. Caso tenha mudado, qual o motivo da mudança?

Pular para a pergunta 15

CARACTERÍSTICAS DA RESIDÊNCIA NO PERÍODO DE ISOLAMENTO SOCIAL

15. Reside em: *

Marcar apenas uma oval.

- Casa
- Apartamento
- Chácara
- Condomínio fechado
- Outro

29/11/2023, 14:11

A PANDEMIA DA COVID-19 NO ESPAÇO URBANO DE CAMPO MOURÃO: mudanças nas práticas socioespaciais e no us...

16. Bairro e nome da rua onde reside *

17. A residência onde mora é: *

Marcar apenas uma oval.

- Própria - já quitada
- Própria - Financiada
- Alugada
- Emprestada
- Outra

18. Quantas pessoas residem no mesmo domicílio/residência? Teve alguma alteração durante a pandemia? *

19. Com relação ao tamanho da sua residência, você considera que, para o número de pessoas que reside é: *

Marcar apenas uma oval.

- Espaço pequeno
- Espaço médio
- Espaço grande
- Outro

29/11/2023, 14:11

A PANDEMIA DA COVID-19 NO ESPAÇO URBANO DE CAMPO MOURÃO: mudanças nas práticas socioespaciais e no us...

20. Com relação ao conforto de sua residência, você considera: *

Marcar apenas uma oval.

- Pouco confortável
- Confortável
- Muito confortável
- Outro: _____

21. O tamanho da sua residência e o conforto dela durante os períodos mais críticos da pandemia foi: *

Marcar apenas uma oval.

- Insuficiente
- Parcialmente suficiente
- Suficiente
- Outro: _____

22. Explique a resposta anterior:

29/11/2023, 14:11

A PANDEMIA DA COVID-19 NO ESPAÇO URBANO DE CAMPO MOURÃO: mudanças nas práticas socioespaciais e no us...

23. Caso tenha trabalhado em sua residência durante a Pandemia, com relação ao espaço da sua casa, você: *

Marcar apenas uma oval.

- Já tinha um local ou cômodo específico e adequado para isto
- Adaptou um dos cômodos para isso
- Não teve um local ou cômodo específico para isto
- Não se encaixa
- Outro

24. Caso tenha estudado em sua residência durante a Pandemia, com relação ao espaço da sua casa, você: *

Marcar apenas uma oval.

- Já tinha um local ou cômodo específico e adequado para isto
- Adaptou um dos cômodos para isso
- Não teve um local ou cômodo específico para isto
- Não se encaixa
- Outro

25. Caso precisou estudar/trabalhar em sua residência durante a pandemia, precisou compartilhar o local ou cômodo destinado a isso? *

Marcar apenas uma oval.

- Não precisei compartilhar
- Compartilhei com mais uma pessoa
- Compartilhei com duas ou mais pessoas
- Outro

29/11/2023, 14:11

A PANDEMIA DA COVID-19 NO ESPAÇO URBANO DE CAMPO MOURÃO: mudanças nas práticas socioespaciais e no us...

26. Caso queira fazer um comentário sobre o tempo que precisou estudar ou trabalhar em casa, relacionado ao espaço da residência, nos de sua opinião:

27. Caso alguém tenha se contaminado na sua residência, foi possível fazer o isolamento social adequado? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Outro: _____

28. Condições e restrições da residência: *

Marque todas que se aplicam.

- Tem área verde
- Terreno sem calçamento
- Área externa toda calçada
- Tem vista para a rua
- Tem vista da cidade
- Áreas comuns abertas
- Áreas comuns fechadas
- É possível tomar sol
- Tem área externa iluminada
- Tem espaço arejado
- Tem espaço para exercícios
- Nenhuma das opções se aplica

Pular para a pergunta 29

O ISOLAMENTO SOCIAL E O USO DO ESPAÇO PÚBLICO NA PANDEMIA

29/11/2023, 14:11

A PANDEMIA DA COVID-19 NO ESPAÇO URBANO DE CAMPO MOURÃO: mudanças nas práticas socioespaciais e no us...

29. Qual o meio de transporte foi mais usado por você no dia a dia durante a pandemia? *

Marcar apenas uma oval.

- Veículo
- Motocicleta
- Bicicleta
- A pé
- Carona
- Taxi ou carro por aplicativo
- Ônibus coletivo
- Transporte locado (ex. van, ônibus etc)
- Outro

30. Caso tenha trabalhado presencialmente ou de forma híbrida durante a Pandemia, com relação ao meio de transporte utilizado para ir até o local, você: *

Marcar apenas uma oval.

- Teve muita dificuldade para se deslocar
- Teve dificuldade para se deslocar
- Teve pouca dificuldade para se deslocar
- Não teve alterações
- Outro

31. Durante a pandemia deixou de frequentar algum local? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Apenas nos momentos mais críticos
- Somente aqueles que estavam fechados pelos decretos
- Outro

32. Quais locais parou de frequentar, ou diminuiu significativamente a frequência? *

Marque todas que se aplicam.

- Supermercado
- Padaria
- Comércio não essencial
- Banco
- Lotérica
- Lanchonete/restaurante
- Barzinhos e casas noturnas
- Igreja ou templo religioso
- Praças e parques
- Casa de parentes e amigos
- Academia
- Posto de saúde
- Consultório médico ou odontológico
- Não fui nesses lugares
- Outro

33. Você considera que a sua frequência de uso dos espaços citados na questão anterior: *

Marcar apenas uma oval.

- Mudou muito durante a Pandemia
- Mudou pouco durante a Pandemia
- Não mudou praticamente nada durante a Pandemia

34. Sobre o respeito aos decretos de isolamento social *

Marcar apenas uma oval.

- Segui a risca as orientações e determinações
- Segui parcialmente as orientações e determinações
- Não segui as orientações e determinações
- Não sei, ou não quero opinar

29/11/2023, 14:11

A PANDEMIA DA COVID-19 NO ESPAÇO URBANO DE CAMPO MOURÃO: mudanças nas práticas socioespaciais e no us...

35. Como você se adaptou ao isolamento social? *

Marcar apenas uma oval.

- Não tive problemas de adaptação
- Tive poucos problemas de adaptação
- Tive dificuldade para me adaptar
- Tive muita dificuldade para me adaptar
- Não cumpri o isolamento social
- Outro

36. Quais locais você sentiu mais falta de frequentar durante a pandemia? *

Marque todas que se aplicam.

- Supermercado
- Padaria
- Comércio não essencial
- Banco
- Lotérica
- Lanchonete/restaurante
- Barzinhos e casas noturnas
- Igreja ou templo religioso
- Praças e parques
- Casa de parentes e amigos
- Academia
- Posto de saúde
- Consultório médico ou odontológico
- Não senti falta de nenhum desses lugares
- Outro

29/11/2023, 14:11

A PANDEMIA DA COVID-19 NO ESPAÇO URBANO DE CAMPO MOURÃO: mudanças nas práticas socioespaciais e no us...

37. Após a abertura total dos espaços e a liberação de frequência a esses, teve algum desses espaços que não voltou a frequentar? *

Marque todas que se aplicam.

- Supermercado
- Padaria
- Comércio não essencial
- Banco
- Lotérica
- Lanchonete/restaurante
- Barzinhos e casas noturnas
- Igreja ou templo religioso
- Praças e parques
- Casa de parentes e amigos
- Academia
- Posto de saúde
- Consultório médico ou odontológico
- Outro

38. Caso queira complementar as respostas anteriores, ou fazer algum comentário, nos dê a sua opinião:

39. Antes da pandemia você usava os espaços livres públicos de Campo Mourão? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Outro: _____

29/11/2023, 14:11

A PANDEMIA DA COVID-19 NO ESPAÇO URBANO DE CAMPO MOURÃO: mudanças nas práticas socioespaciais e no us...

40. Em média, qual era sua frequência de uso dos espaços livres públicos em Campo Mourão antes da pandemia? *

Marcar apenas uma oval.

- Não tinha o hábito
- 1 vez por mês
- 2 vezes por mês
- 1 vez por semana
- 3 vezes por semana
- Todos os dias

41. Quais eram os espaços públicos livres que frequentava antes da pandemia? *

Marque todas que se aplicam.

- Ruas e calçadas
- Praças próximas a residência
- Praças mais distantes da residência
- Parques próximos a residência
- Parques mais distantes da residência
- Não frequentava esses espaços públicos

42. Indicar quais eram os espaços frequentados (nome)?

29/11/2023, 14:11

A PANDEMIA DA COVID-19 NO ESPAÇO URBANO DE CAMPO MOURÃO: mudanças nas práticas socioespaciais e no us...

43. Você considera que a sua frequência de uso dos espaços citados na questão anterior: *

Marcar apenas uma oval.

- Mudou muito durante a Pandemia
- Mudou pouco durante a Pandemia
- Não mudou praticamente nada durante a Pandemia
- Só mudou durante os decretos
- Outro: _____

44. Quais eram suas motivações para usar os espaços públicos antes da pandemia? *

Marque todas que se aplicam.

- Relaxar
- Realizar exercícios físicos
- Encontrar pessoas/socializar
- Praticar atividades ao ar livre
- Estar em contato com a natureza
- Passear (a pé, bicicleta ou outros modos ativos)
- Fazer compras ao ar livre (sem entrar em estabelecimentos)
- Trabalhar (venda de produtos, apresentações de rua, outras modalidades)
- Não frequentava o espaço público
- Outros

45. Existe algum espaço nas proximidades da sua residência que você usa para o lazer ou outra atividade? Quais? *

29/11/2023, 14:11

A PANDEMIA DA COVID-19 NO ESPAÇO URBANO DE CAMPO MOURÃO: mudanças nas práticas socioespaciais e no us...

46. De que forma o fechamento desses espaços nos períodos críticos da pandemia te afetou? *

Marcar apenas uma oval.

- Muito
- Parcialmente
- Pouco
- Não afetou

47. Você considera que os protocolos de fechamento dos locais públicos foram: *

Marcar apenas uma oval.

- Exagerados
- Necessários
- Poderiam ter sido mais severos
- Poderiam ter sido mais flexíveis
- Outro: _____

48. Caso queira fazer um comentário sobre a resposta anterior

29/11/2023, 14:11

A PANDEMIA DA COVID-19 NO ESPAÇO URBANO DE CAMPO MOURÃO: mudanças nas práticas socioespaciais e no us...

49. Selecione as afirmações que concorda e/ou refletiu sobre durante a pandemia *

Marque todas que se aplicam.

- Passei a valorizar mais os espaços livres públicos
- Senti falta de frequentar os espaços livres públicos
- Comecei a fazer uma atividade ao ar livre com a pandemia
- Busquei priorizar os transportes ativos quando podia (a pé, bicicleta)
- Passei a optar pelos espaços livres públicos para realizar atividades físicas
- Sinto um maior senso de conexão social ao estar nos espaços livres públicos
- Me sentia melhor quando usava os espaços livres públicos durante a pandemia
- Vi os espaços livres públicos como refúgios e otimizadores da minha qualidade de vida
- Os espaços livres públicos desempenharam um papel fundamental para a manutenção da minha saúde física e/ou mental
- Não concordo ou não refleti sobre nenhuma afirmação

50. Selecione as mudanças que gostaria que fossem feitas nos espaços livres públicos no futuro: *

Marque todas que se aplicam.

- Aumentar a arborização das ruas
- Melhorias e ampliação das calçadas
- Instalação de mais bancos nas calçadas
- Melhoria da acessibilidade nos espaços livres públicos
- Criação de mais praças e melhor manutenção das existentes
- Implantação de mais ciclovias, ciclofaixas e mobiliários adequados para bicicletas
- Desenvolvimento de projetos de ruas fechadas para veículos e abertas apenas para lazer durante alguns dias da semana
- Outros

51. Caso queira fazer mais algum comentário sobre o tema da pesquisa.
